UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

VIVIAN DE OLIVEIRA NEVES FERNANDES

A América Latina na Mídia Alternativa

A Produção de Notícias na *Radioagência NP*
e na *Agência Pulsar Brasil*

São Paulo

2014

VIVIAN DE OLIVEIRA NEVES FERNANDES

A América Latina na Mídia Alternativa

A Produção de Notícias na *Radioagência NP* e na *Agência Pulsar Brasil*

*Dissertação apresentada para Exame para o Nível
Mestrado no programa de Pós-graduação em Ciências da
Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo*

*Área de concentração: Estudo dos Meios e da Produção
Mediática / Informação e Mediações nas Práticas Sociais
Orientador: Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly*

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Serviço de Documentação

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Fernandes, Vivian de Oliveira Neves.

A América Latina na Mídia Alternativa - A Produção de Notícias na Radioagência NP e na Agência Pulsar Brasil / Vivian de Oliveira Neves Fernandes; orientador Luciano Victor Barros Maluly. - São Paulo, 2014. 165 f. : il.

Dissertação (Mestrado)--Universidade de São Paulo, 2014.

1. Agências de notícias. 2. América Latina. 3. Jornalismo internacional. 4. Mídia alternativa. 5. Radiojornalismo. I. Fernandes, Maluly. II. Título. III. Título: A América Latina na Mídia Alternativa.

Nome: FERNANDES, Vivian de Oliveira Neves

Título: A América Latina na Mídia Alternativa - A Produção de Notícias na *Radioagência NP* e na *Agência Pulsar Brasil*

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em
Ciências da Comunicação

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Aos mistérios do planeta,
àqueles que deixam saudades
e à lúdica revolução.*

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de muita vontade e muitas pessoas, que me ajudaram ao longo de todo o processo e pelas quais tenho imenso carinho e amor. Primeiro, minha família – mãe, pai, Victor e todo mundo –, que sem eles eu não seria nada. Os amigos, minha segunda família, também foram importantes para esse percurso. Alguns foram essenciais: Pim, Terra, Bebinha, Nália, Néli, Luiz, Joaquina, Ka, Biba, Thi, Mamá, Bg, Baiana, Lívia, Dedê e tantos outros que minha memória falha não deixou que eu lembrasse agora. Obrigada pela paciência, por entenderem minha ausência e por não desistirem de mim.

Agradecer à USP e ao meu orientador, professor Luciano Maluly, que me abriu as portas dessa universidade de forma tão querida e por quem guardo grande respeito e consideração. Também aos colegas orientandos, com quem foi uma alegria dividir esse momento. Aos professores que tive o prazer de acompanhar as disciplinas – Alice Mitika, Celso Frederico e Mauro Wilton – e aos colegas de turma, que me ajudaram muito a crescer. Aos professores da banca de qualificação, Celso Frederico, novamente, e o companheiro Igor Fuser, pelas observações sempre atentas, por concertar o rumo das partes perdidas do texto e pelo incentivo na pesquisa. À CAPES, pela concessão da bolsa, fundamental para que eu realizasse de forma mais tranquilo esta pesquisa. Aos tantos colegas pesquisadores e professores de diferentes partes do mundo que tive o prazer de cruzar em congressos pelo Brasil e pelo mundo.

Obrigada ao MST, ao Brasil de Fato SP, à Agência Pulsar Brasil e, especialmente, à Radioagência NP, com carinho maior ao Américo e à Dani, que me “suportaram” de diferentes formas ao longo da pesquisa. Agradeço a todos os entrevistados, que abriram meu olhar ao dividirem um pouco de suas experiências. Com essas referências eu pude me tornar uma pessoa melhor, através das dores e das delícias dessa caminhada.

RESUMO

FERNANDES, Vivian de Oliveira Neves. **A América Latina na Mídia Alternativa – A Produção de Notícias na *Radioagência NP* e na *Agência Pulsar Brasil***. 2014. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Esta dissertação é um estudo sobre as notícias da América Latina produzidas na mídia alternativa, com foco no radiojornalismo. Com isso, busca-se contribuir na construção conceitual do atual jornalismo alternativo latino-americano. Pretende-se compreender o caráter contra-hegemônico desse jornalismo quanto à sua forma e seu conteúdo, inseridos em suas práticas produtivas. O rádio alternativo, em seu atual momento histórico, com ampla utilização da internet e em meio à convergência midiática, é a concretude empírica que contribui para a compreensão do fenômeno pesquisado. O objeto de estudo se refere ao jornalismo realizado sobre temas da América Latina na mídia alternativa, com recorte em duas agências de notícias para rádio: a *Radioagência NP* e a *Agência Pulsar Brasil*. Além disso, é ponto de discussão da dissertação a concepção de América Latina e sua relação com projetos comunicacionais de organizações políticas e movimentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Agências de notícias; América Latina; Jornalismo internacional; Mídia alternativa; Radiojornalismo.

ABSTRACT

FERNANDES, Vivian de Oliveira Neves. **Latin America in Alternative Media – News Production in *Radioagência NP* and *Agência Pulsar Brasil***. 2014. Dissertation (Master's Degree) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

This dissertation is a study on news about Latin America produced by alternative media, focusing on radio journalism. Therewith, it seeks to contribute with the conceptual construction of current Latin American alternative journalism. It intends to comprehend the counter-hegemonic aspect of this journalism regarding its form and content, inserted in its productive practices. Alternative radio, in its current historical moment, with ample internet use and amid media convergence, is the empirical concreteness that contributes for this study's comprehension on the researched phenomenon. The object of study refers to journalism made over Latin American themes in alternative media, particularly in two news agencies for radio: *Radioagência NP* and *Agência Pulsar Brasil*. Furthermore, this dissertation discusses the concept of Latin America and its relations with communication projects from political organizations and social movements.

KEYWORDS: Alternative media; International Journalism; Latin America; News Agency; Radio Journalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produções radiojornalísticas da Radioagência NP entre julho e dezembro de 2013	106
Tabela 2 – Produções radiojornalísticas da editorial internacional da Radioagência NP entre julho e dezembro de 2013	114
Tabela 3 – Produções radiojornalísticas da Agência Pulsar Brasil entre julho e dezembro de 2013	135
Tabela 4 - Produções radiojornalísticas da editoria internacional da Agência Pulsar Brasil entre julho e dezembro de 2013	142

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: América Latina e Mídia Alternativa	20
1.1. Qual América Latina?	21
1.2. Disputa por hegemonia: bases para compreensão da mídia alternativa	36
1.3. Aspectos da comunicação alternativa no Brasil e na América Latina	41
CAPÍTULO 2: Rádios e agências alternativas latino-americanas e o jornalismo internacional	59
2.1. A América Latina na mídia: rádio e agências de notícias	61
2.2. O rádio alternativo latino-americano	69
2.3. Do rádio na Internet às radioagências de notícias	80
CAPÍTULO 3: A cobertura latino-americana nas <i>Radioagência NP</i> e na <i>Agência Pulsar Brasil</i>	90
3.1. <i>Radioagência NP</i>	94
3.2. A América Latina na <i>Radioagência NP</i>	108
3.3. <i>Agência Pulsar Brasil</i>	123
3.4. A América Latina na <i>Agência Pulsar Brasil</i>	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

INTRODUÇÃO

As ideias de democracia, pluralidade e equilíbrio nos processos e práticas comunicacionais são demandas antigas, defendidas e realizadas desde o surgimento dos meios de comunicação de massa. Porém há uma disputa evidente em torno da mídia, que se tornou uma questão debatida em âmbito mundial a partir dos anos de 1970, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) se debruçou sobre essa problemática. Assim, é criada a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, presidida pelo irlandês Sean MacBride e composta por intelectuais e especialistas de todo o mundo. Em 1980, como resultado desses estudos e discussões, foi lançado o Relatório MacBride, “Um mundo e muitas vozes” (a edição brasileira data de 1983).

No documento, a comunicação ocupa papel central na organização e na consolidação dos modos de vida e é compreendida como um espaço fundamental de constituição da sociedade moderna e das relações entre indivíduos, grupos sociais e nações. Sendo esse espaço de diálogo e de construção de discursos e valores, a comunicação também se apresenta como local de disputas políticas, econômicas e culturais. Logo, as desigualdades ocasionadas nesta área – em função da falta de construção democrática e de liberdade de expressão e participação – são tratadas como uma problemática interna dos países e entre as nações. De acordo com esta leitura, o Relatório MacBride propôs a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), para que houvesse maior participação dos países em desenvolvimento (como os latino-americanos) no fluxo internacional da comunicação.

O contexto em que evolui a comunicação vem definido pelas lutas políticas e sociais que configuram o consenso social predominante em cada sociedade. A organização da comunicação numa sociedade democrática deriva essencialmente de uma decisão política, que traduz os valores do sistema social existente. Assim, a solução para o problema político da comunicação deve ser procurada no sentido de um equilíbrio entre a parte legítima que corresponde ao poder, na utilização dos meios de comunicação social, e a possibilidade de acesso a eles que se ofereça às diversas tendências e forças vivas da comunidade. (UNESCO, 1983, p. 33).

A partir das contradições presentes no sistema societário e da falta de espaços democráticos e livres nos grandes meios comunicacionais, torna-se fundamental a presença da mídia alternativa, que, de maneira distinta aos veículos comerciais, tem como principais sujeitos de sua construção os setores populares da sociedade civil que se apresentam em movimentos sociais, organizações populares e sindicais. Essas experiências contra-hegemônicas de mídia se baseiam na contraposição às relações econômicas, políticas e culturais dominantes na sociedade, portanto, também à atividade midiática empresarial que, sendo parte da estrutura capitalista, se organiza a partir de fins comerciais e de obtenção de lucro.

Relacionada à questão da mídia alternativa, está a defesa da democracia nos meios de comunicação, baseada na ideia do direito à comunicação enquanto um direito humano a ser garantido a todos. Essa afirmação é direcionada aos cidadãos que desejam participar da esfera pública midiática para enviar suas mensagens, debater e participar da produção de conteúdo comunicacional. Ainda faz parte dessa ideia a ampliação de emissores midiáticos, garantindo uma participação equilibrada entre os diversos atores sociais e as distintas opiniões presentes na sociedade.

Diante desse contexto e da constante busca por democracia na comunicação, esta dissertação se propõe a investigar o atual momento da mídia alternativa brasileira, tendo como recorte a produção jornalística em rádio e sua relação com a América Latina – seus povos e países. Para tanto, além da abordagem teórica sobre esses temas, toma-se como objetos empíricos para análise a *Radioagência NP* e a *Agência Pulsar Brasil*, que são experiências alternativas de radiojornalismo construídas junto a movimentos sociais e organizações populares e comunitárias.

Na análise sobre as experiências de comunicação popular e alternativa, a professora aposentada da Escola de Comunicações e Artes da USP e consultora da UNESCO, Regina Festa (1986), aponta que estas se “desenvolvem e refluem na mesma medida da capacidade de os movimentos sociais articularem o seu projeto alternativo de sociedade” (p. 30). A pesquisadora ainda acrescenta algumas características sobre essa forma de comunicação:

- que são os espaços políticos, democráticos e as alianças que definem e viabilizam esse tipo de comunicação;

- que a origem desses canais e meios de comunicação se dá na medida em que surgem novas condições para a articulação do discurso social, religioso e político;
- que ela decorre do processo político-social e que, enquanto instrumentos, são incapazes por si mesmos de alterar de forma substantiva a realidade social;
- que ela não se reduz a meios e técnicas, mas abrange o mundo amplo das manifestações humanas em seus distintos estágios de inserção social;
- que a adoção de novos instrumentos e técnicas de comunicação se dá na medida do avanço das forças sociais que, como diz Paulo Freire, aprendem com a realidade que as determina e na medida do desenvolvimento da produção e de novas técnicas pelo sistema capitalista;
- que todo esse processo supera os marcos da comunicação como tal para localizar-se também no âmbito do projeto social e político que determina enquanto instrumento e expressão do desejo de mudança ou aprimoramento da ordem existente. (p. 30).

Pautar democracia na comunicação também diz respeito ao ofício do jornalista e à forma de produção de notícias nesta área, que passa a se comprometer com outros valores e projetos de sociedade distintos ao hegemônico. Logo, o processo de produção no trabalho jornalístico pode ser um dos aspectos que ajudam a caracterizar a mídia alternativa. Para o teórico de comunicação e cultura Jesús Martín-Barbero (2003b), o papel do comunicador é o de mediador: “aquele que torna explícita a relação entre diferença cultural e desigualdade social”, aumentando o número de emissores e criadores de narrativas, e o qual se volta “basicamente para o entendimento da comunicação como a colocação em comum de sentidos da vida e da sociedade” (p. 69). Assim, no manejo da tarefa jornalística, o mediador faz uso da “palavra que mobiliza as diferentes formas e capacidades de apropriar-se do mundo e de dar-lhe sentido” (p. 70), abrindo espaço para o diálogo de pessoas e grupos, para que estes narrem e construam sua própria identidade, com a valorização das diferentes “falas”. Segundo o autor, “a nova tarefa do comunicador é menos a de manejador de técnicas e mais aquela de mediador que põe em comunicação as diversas sociedades que conformam cada país e nossos países entre si” (p. 70).

O caráter contra-hegemônico presente no jornalismo alternativo diz respeito, portanto, à forma, ao conteúdo e às suas práticas produtivas; com uma agenda distinta à trabalhada pela grande mídia e com uma abordagem de cunho popular. Na cobertura internacional, essa tendência se mantém, com os veículos contra-hegemônicos

preocupando-se com as histórias e os acontecimentos dos “excluídos” e “marginalizados”, das regiões “periféricas” do mundo, pois estes são os setores aos quais buscam representar e para os quais voltam suas propostas políticas. Dentro disso, nas experiências brasileiras há uma intencionalidade pela integração latino-americana, em contraposição às grandes potências internacionais, assim como ocorrem nas relações políticas e econômicas mundiais. Este último ponto se torna evidente ao se analisar as últimas movimentações dos países da América Latina na constituição de blocos regionais independentes e autônomos em relação aos interesses de nações com caráter imperialista, em especial os Estados Unidos, e o apoio que vêm tendo de movimentos sociais. Esse é o caso da Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA), que foi criada em 2004.

Na perspectiva da construção de mídias alternativas, o rádio se inscreve como um meio privilegiado devido a algumas de suas características, como o *baixo custo* de produção, em relação aos outros suportes, e a acessibilidade aos receptores provocada pela sua *linguagem oral* (ORTRIWANO, 1985) – em países com altas taxas de analfabetismo funcional, como é o caso de muitos latino-americanos, esse traço torna-se ainda mais fundamental. Porém, o rádio também é caracterizado por priorizar mensagens com temas locais de onde a emissora está sediada (evidente, principalmente, nas rádios regionais e de cidades do interior). Esse quadro evidencia-se também nas emissoras comunitárias e livres, o que se apresenta como um desafio para o trabalho com temáticas internacionais.

Em distintos momentos da história latino-americana o rádio foi utilizado por setores populares como o meio alternativo que contribuiu no alcance de seus objetivos políticos e como suporte na construção dos projetos societários por eles defendidos. Podem ser citados como exemplos as rádios dos mineiros bolivianos em contextos de greve e de defesa da democracia no país, a partir da década de 1940; aquelas criadas pelos guerrilheiros cubanos do Movimento 26 de Julho nos anos de 1950; e, também, as emissoras com perfil comunitário em meados de 1980 (PULLEIRO, 2012).

A partir da década de 1990, com os avanços da internet, novos modelos de emissão e recepção de áudio surgem. Com essa migração para a rede mundial de computadores, características próprias se somam ao universo radiofônico. Dentre as possibilidades advindas pelo meio *online* estão a transmissão via *streaming*, em tempo

real de uma programação de rádio (seja exclusiva pela internet ou como retransmissão do conteúdo do *dial*), e o consumo de informação através do *download*, que tem como um de seus produtos o *podcast*.

Com a internet, mais atores sociais passam a ter possibilidade de transmitir suas mensagens pela rede. Isso se deve ao fato de que, diferente dos emissores do modelo analógico, no meio digital não são necessárias concessões do Estado para transmissão. Como lembram os pesquisadores de Economia Política da Comunicação, César Bolaño e Valério Brittos (2007), “é a *Internet* que tem sido considerada a maior novidade para o rádio, pois, independente de qualquer autorização governamental, amplia a possibilidade de áudio exclusivo, tornando-se um recurso ainda mais importante para novos entrantes” (p. 273). Contudo, Bolaño e Brittos (2007) também apontam para o desafio da conquista do público, pois aí está presente uma das desigualdades que marcam o modelo comunicacional de massa atual. Nesse ponto fica evidente a disparidade entre pequenos produtores e grandes conglomerados de mídia, que trazem consigo a experiência e o investimento nos trabalhos de anos em *broadcasting*.

Entre as possibilidades abertas pela internet, um tipo de emissor de conteúdo radiofônico que emerge é o das radioagências de notícias. Estas não se enquadram nas definições de rádio via internet, contudo, são plataformas midiáticas inscritas no radiojornalismo. São classificadas como agências de notícias, mas de um produto e um público prioritário definidos: notícias para rádios. Portanto, através da linguagem radiojornalística, produzem textos e áudios que se destinam principalmente para as rádios. No entanto, estas não são seus destinatários exclusivos, afinal, estando na web, alcançam o público usuário da internet interessado em informação.

Esta pesquisa é sobre a construção das notícias a partir do trabalho dos jornalistas na mídia alternativa, tendo o radiojornalismo e o conteúdo sobre a América Latina como objetos de análise. Por meio da reflexão em torno da comunicação contra-hegemônica, do rádio e do jornalismo alternativos, além dos novos modelos de radiojornalismo a partir da internet e da convergência digital, busca-se compreender como as questões referentes à região latino-americana são trabalhadas em duas agências de notícias para rádio: a *Radioagência NP* e a *Agência Pulsar Brasil*, conhecendo, assim, um pouco mais da mídia alternativa brasileira na atualidade.

A *Radioagência NP*¹, que iniciou suas atividades em 2004, assinala que seu “objetivo é tratar de assuntos que geralmente não têm espaço na grande mídia, como as questões que atingem os movimentos sociais e a classe trabalhadora brasileira e da América Latina”². Ela desenvolve parceria com outros veículos de comunicação alternativa, em especial com o jornal *Brasil de Fato* e com meios de movimentos sociais, como os desenvolvidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O outro veículo pesquisado é a *Agência Pulsar Brasil*³, criada em 2005, que faz parte da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC). De acordo com informações da agência: “o conteúdo produzido procura ser alinhado com o pensamento dos movimentos populares da América Latina”. Acrescentando que “assim podemos dizer que não temos compromisso com a imparcialidade, tão aclamada pelos veículos de comunicação com fins comerciais. Mas temos compromisso com a busca pela verdade e com os grupos resistentes do continente”⁴.

No capítulo 1, são trabalhadas questões referentes à conceituação de América Latina, a partir de um caráter histórico, político e identitário, e dos projetos em disputa atualmente na região. Também é realizado um resgate da contribuição teórica do pensamento de Gramsci no que tange o Estado Ampliado e a disputa pela hegemonia, e a formulação posterior de contra-hegemonia, para desenvolver a análise da mídia alternativa em sua relação com o contexto da América Latina. Dentro desse capítulo, ainda é abordada a formulação de Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) inscrita no Relatório MacBride, da UNESCO. Além de referenciais teóricos e históricos da mídia alternativa no Brasil e na América Latina, com abordagens nos meios impressos, televisivo e na internet.

O dispositivo rádio é um dos temas do capítulo 2, bem como a cobertura internacional e a relação com as agências de notícias. O rádio alternativo latino-americano, com enfoque em sua trajetória histórica e de desenvolvimento na região, é outro assunto abordado nesta seção. Também é tratada a atualidade do rádio em seu

¹ < <http://www.radioagencianp.com.br>>.

² Informação extraída do site da Radioagência NP. Disponível em: < <http://www.radioagencianp.com.br/node/1>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

³ < <http://www.brasil.agenciapulsar.org/>> ou < <http://amarcbrasil.org/category/pulsar-brasil/agencia-pulsar/>>.

⁴ Informação extraída do site da Pulsar Brasil. Disponível em: < <http://www.brasil.agenciapulsar.org/nota.php?id=6>>. Acesso em 2 abr. 2014.

momento de convergência midiática e em sua interface com os avanços tecnológicos digitais e da internet, que possibilitam a utilização de novas formas do meio radiofônico em experiências alternativas de comunicação, como é o caso de radioagências de notícias.

O último capítulo analisa as experiências de mídia alternativa a partir da produção de notícias na *Radioagência NP* e na *Agência Pulsar Brasil*, referentes à cobertura feita sobre a América Latina. Em um primeiro momento, é resgatada a história dessas agências de notícias e suas linhas editoriais, bem como uma breve análise de conteúdo geral de suas produções noticiosas, de um período em comum que abrange o segundo semestre de 2013. Na sequência, a análise se volta para o universo da América Latina nessas agências, buscando compreender a linha editorial para temas internacionais e a produção de conteúdo sobre a região latino-americana, partindo do levantamento da produção sobre a América Latina, de 1 de julho a 31 de dezembro de 2013.

Como proposta metodológica, o estudo tem por base a pesquisa bibliográfica, entrevistas abertas com pesquisadores e com os responsáveis pelos veículos estudados, como jornalistas e integrantes de organizações e movimentos sociais que participam dessas experiências. Também é feita uma análise de conteúdo de uma amostragem dos materiais radiojornalísticos produzidos pelas agências pesquisadas.

A revisão bibliográfica partiu da consulta e reflexão em torno dos temas América Latina, mídia alternativa, radiojornalismo, história da mídia alternativa latino-americana, jornalismo internacional e processo de produção de notícias.

Documentos e arquivos internos da *Radioagência NP* e *Agência Pulsar Brasil* foram acessados e se entrevistou os responsáveis pela construção inicial desses veículos, com vistas a conhecer a história das agências e suas características marcantes. Também para melhor compreender as escolhas editoriais e jornalísticas presentes em seu processo de produção noticiosa. A partir dos projetos editoriais, cartas de apresentação, relatos de reuniões, entre outros documentos, e através das entrevistas, buscou-se reconstruir uma trajetória das agências que fundamentassem a compreensão de seu surgimento, mudanças e escolhas político-editoriais.

Entrevistas qualitativas com os envolvidos na construção histórica e na produção dos materiais das duas agências foram realizadas com a finalidade de se compreender o

processo de construção dos discursos sobre a América Latina. As entrevistas também ocorreram com os jornalistas que compõem a redação da *Radioagência NP* e da *Agência Pulsar Brasil* no período analisado.

Como parte da pesquisa, uma etapa consistiu na seleção de matérias que abordassem a América Latina, para uma melhor análise da relação entre teoria e prática trabalhada nas radioagências. O período selecionado foi de seis meses (os mesmos para ambos os veículos) e foram entrevistadas as equipes de redação que trabalharam nesse período. O período de um semestre foi escolhido devido ao reduzido número de matérias publicadas diariamente por esses veículos (reflexo da pouca quantidade de jornalistas em suas redações). Foram selecionadas as notícias que tratassem de temas referentes à América Latina, incluindo as notícias sobre apenas um dos países que compõem a região (ex.: Argentina, Chile, México, etc.). Na análise, foi levada em consideração a quantidade de notícias publicadas sobre a América Latina, em comparação com a quantidade total de matérias do período, os temas mais recorrentes (ex.: direitos humanos, trabalho, movimentos sociais, etc.), a seleção das pautas e fontes, e outros elementos da rotina de trabalho das equipes de jornalistas.

Com a análise de conteúdo dos produtos produzidos pela *Radioagência NP* e *Agência Pulsar Brasil* que tratassem de assuntos referentes aos países latino-americanos, aliada à análise dos relatos e experiências do trabalho dos jornalistas, pretendeu-se compreender o processo produtivo das notícias nessas radioagências (as categorias de seleção das pautas, escolha das fontes e das agências de notícias, contexto discursivo em que são elaboradas as notícias e o enfoque dados a essas).

A justificativa desta pesquisa decorre da necessidade de uma compreensão das atuais experiências de jornalismo alternativo. Nisso está presente a história dessas iniciativas, seus objetivos, linha editorial, organização interna, prática e produção noticiosa, além do contexto que cerca esses fenômenos. Com isso, optou-se por analisar o modelo de radioagências de notícias, que acabam por refletir o “antigo” e o “moderno” da mídia eletrônica, o rádio – um centenário dispositivo de comunicação de massa – na sua fase mais recente, em diálogo com a internet. A abordagem pelo rádio e jornalismo alternativos na América Latina deve-se ao fato de que tratar dos países e povos latino-americanos é uma questão cara defendida por movimentos sociais e

projetos contra-hegemônicos de sociedade, inclusive em suas experiências comunicacionais.

Nesse sentido, o objetivo principal desta pesquisa é conhecer o atual jornalismo alternativo construído no Brasil, em face à construção do “outro estrangeiro” latino-americano na narrativa de radioagências alternativas, também entrecortada pela análise do trabalho nesse processo de produção da notícia no radiojornalismo. Assim, esta pesquisa busca somar-se aos esforços de construção conceitual da comunicação alternativa, com vistas a enriquecer suas práticas.

Os objetos empíricos estudados – *Radioagência NP* e *Agência Pulsar Brasil* – são projetos que se destacam pelo fornecimento de informação alternativa sobre outros países, em especial os latino-americanos, no campo do radiojornalismo. As duas agências para rádio analisadas compõem o campo das organizações da sociedade civil construtoras de um projeto de sociedade que defende reformas e/ou transformações profundas no Estado.

O referencial teórico está amparado nas relações de poder que envolvem a disputa pela produção de sentidos e construção da cultura na sociedade, da qual a mídia participa. É utilizado o conceito de hegemonia, formulado por Antonio Gramsci dentro da sua “Teoria do Estado ampliado”. Para o pensador marxista, a “sociedade civil”, diferentemente da “sociedade política” (Estado *stricto sensu*), tem sua correlação de forças, entre grupos com projetos societários discordantes, apoiada na busca pela “hegemonia”, que seria a condução ideológico-cultural da sociedade. Para isso, estão organizados diversos “aparelhos privados de hegemonia” (mídia, igrejas, escolas, sindicatos, movimentos sociais, entidades sem fins lucrativos, entre outras), que aderem voluntariamente a esses projetos das classes sociais. Contando com esses instrumentos, o “bloco histórico” dominante busca a construção do “consenso” através de práticas e discursos que remetem a uma produção simbólica e moral; e é nessa disputa que as classes subalternas, a classe trabalhadora, se inserem. A partir disso, a dissertação resgata formulações de uma entrevista realizada com o professor da USP, Dennis de Oliveira, que contextualiza a relação da ideia de contra-hegemonia, formulada pelos seguidores do pensamento gramsciano, e sua utilização na América Latina e na relação com os meios de comunicação.

Para a abordagem em relação à mídia alternativa na América Latina, procura-se adotar conceitos e experiências de autores do continente, que abordam os distintos meios – impresso, televisão, rádio e internet. Entre eles, estão pesquisadores como Regina Festa (1986), Máximo Simpson Grinberg (1987), Luiz Fernando Santoro (1989), Arlindo Machado (1986), Bernardo Kucinski (1991), Cicilia Peruzzo (1999; 2009), Natalia Vinelli (2011) e Adrián Pulleiro (2012). Há, também, um caminho percorrido nesta pesquisa pelo histórico da construção e uso do termo América Latina, resgatando desde pensamentos de clássicos como José Martí e da Teoria da Dependência, até formulações recentes de pesquisadores como João Feres Jr (2005).

Pretende-se, ainda, compreender melhor as práticas de produção jornalística nos atuais veículos alternativos, no caso, na *Radioagencia NP* e na *Agência Pulsar Brasil*. Para isso, são analisadas as notícias de outros países nessas agências, com enfoque naquelas referentes à América Latina. Na relação entre radiojornalismo e jornalismo internacional, no texto “A estrutura radiofônica”, a professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo, Gisela Swetlana Ortriwano (1985), apresenta o rádio como o meio de comunicação “mais popular” e de “maior alcance público”, atingindo populações que “não têm acesso a outros meios, seja por motivos geográficos, econômicos ou culturais” (p. 78). Portanto, traçando um paralelo com a disputa de hegemonia na sociedade civil, o rádio se destaca como uma massiva forma de debate junto à população. Assim, resgatar as experiências de rádio alternativo desenvolvidas na América Latina pelas classes subalternas também faz-se importante nesta dissertação, para isso um dos referenciais é o pesquisador argentino Pulleiro (2012).

Ainda sobre o rádio, para entender o atual momento desse meio em face às mudanças oriundas com a internet, são retomadas reflexões sobre webrádios e formatos como *podcasts*, que estão presentes em textos de Mariano Cebrián Herreros (2001), Luiz Artur Ferraretto (2010), Valci Zucoloto (2012) e Lígia Maria Trigo-de-Souza (2003).

Por fim, vale ressaltar que esta dissertação surge da intencionalidade de aliar a teoria à prática e tendo como base o pensamento crítico, colocando-se, assim, como uma ferramenta que possa contribuir com as experiências de mídia dos movimentos sociais e setores populares.

CAPÍTULO 1

América Latina e Mídia Alternativa

A América Latina não possui um conceito único ou consensual, por vezes pode ser analisada pela questão geográfica, outras vezes por aspectos culturais, históricos ou linguísticos. De qualquer forma, já é de uso comum a expressão “América Latina” – e a denominação de seus povos como “latino-americanos” – para se referir ao conjunto de países que fica “abaixo do rio Grande”, fronteira do México com os Estados Unidos, até a Terra do Fogo, extremo sul da Argentina.

Expressão criada para se opor e diferenciar da “outra” América, a anglo-saxônica, o termo América Latina foi logo apropriado por diversas potências internacionais e passou a ser usado na relação entre nações, em assuntos diplomáticos, na política, economia e cultura. Também como elemento discursivo, em especial de setores contra-hegemônicos da região, que têm entre suas questões estratégicas o anti-imperialismo, gerando a contraproposta afirmativa da identidade nacional e latino-americana.

Atualmente, a expressão é recorrente para identificar países da América do Sul, América Central e o México; assim como vem acompanhado do termo Caribe – referente aos países da região do mar do Caribe (ao lado da América Central e entre as Américas do Sul e do Norte).

Apesar de muito utilizado, o conceito é polêmico entre os pesquisadores. Então, se faz necessário compreender a história do termo América Latina, seus usos e contextos, inclusive em sua relação com os debates comunicacionais, como aqueles feitos no interior da Organização das Nações Unidas (ONU).

Também imerso em polêmicas está o termo mídia alternativa, que possui diferentes definições e usos, a depender do contexto histórico e político em que é empregado por seus interlocutores. Portanto, conceituar mídia alternativa a partir de um olhar latino-americano – prioritariamente histórico e teórico-político – foi uma opção adotada nesta pesquisa para traçar os contornos que definem esta vertente contra-hegemônica da comunicação social.

Logo, este capítulo inicia-se com um levantamento conceitual do que é entendido como América Latina, através das origens do conceito, os usos a partir de aspectos político-econômicos e culturais, além das disputas de projetos políticos regionais na atualidade. Aborda também algumas considerações sobre o processo de disputa por hegemonia, retornando à teoria de Antonio Gramsci. E, a partir da formulação do conceito de contra-hegemonia pelos gramscinianos, busca-se compreender o papel dos meios de comunicação na sociedade. Com essas discussões, por fim, pretende-se abordar os conceitos de comunicação alternativa e a história desses meios na América Latina.

1.1. Qual América Latina?

“América Latina” é utilizado como um termo genérico e pouco preciso por muitos interlocutores que o empregam para reforçar discursos que procuram diferenciar um conjunto de países ao sul dos Estados Unidos. Porém, em função da utilização constante e crescente dessa expressão, cada vez torna-se mais fundamental a precisão do que se procura designar com o seu uso, seja pelo viés geográfico, histórico, econômico, político, cultural ou identitário.

Por um recorrido histórico, o surgimento do conceito de América Latina aponta dois cenários em que este foi formulado. Apesar de controverso, para muitos autores o primeiro registro do termo foi encontrado em língua espanhola no poema “Las Dos Americas”, de 1856, do colombiano radicado na França, José Maria Torres de Caicedo (1830-1889), que era jornalista, poeta, crítico e escritor. A poesia de Caicedo é dividida em dez partes e é na nona que o termo “América Latina” aparece:

Más aislados se encuentran, desunidos,
Esos pueblos nacidos para aliarse:
La unión es su deber, su ley amarse:
Igual origen tienen y misión;
La raza de la América latina,
Al frente tiene la sajona raza,
Enemiga mortal que ya amenaza
Su libertad destruir y su pendón.

La América del Sur está llamada
A defender la libertad genuina,
La nueva idea, la moral divina,
La santa ley de amor y caridad.
El mundo yace entre tinieblas hondas:
En Europa domina el despotismo,
De América en el Norte, el egoísmo,
Sed de oro e hipócrita piedad.⁵

No início da poesia, Caicedo exalta as conquistas do sistema republicano nos Estados Unidos e da importância da luta desse povo. A partir da terceira parte, o foco passa a ser a história e os sonhos dos países e povos da América do Sul, América Central e México. Ao passo da admiração perante a união e a aliança entre os estados norte-americanos para a busca por sua independência, o poeta convoca os povos latino-americanos para fazer o mesmo. Ao longo do texto, outra reflexão levantada pelo colombiano diz respeito à importância da união entre os países da América Latina para conter as intenções expansionistas e imperialistas sobre a região por parte de europeus e norte-americanos.

Alarmado com o expansionismo territorial dos EUA, que em 1856 já havia anexado metade do território mexicano e patrocinado a invasão da Nicarágua pelo bucaneiro William Walker, Caicedo pregava a formação de uma confederação de repúblicas latino-americanas para resistir à agressão que vinha do norte. A base dessa união seria a herança comum dos povos desses países, que para Caicedo incluía não somente a língua espanhola e o catolicismo, mas também o republicanismo e a rejeição do sistema escravocrata. (FERES JR., 2005, p. 54).

Na análise feita sobre o texto, fica clara a não consideração do Brasil, monárquico e lusófono, ao que era considerada “América Latina”. Fato que, segundo o pesquisador brasileiro João Feres Jr. (2005), é recorrente em discursos em língua espanhola ou nos Estados Unidos, em que muitas vezes o termo *Latin America* é usado como sinônimo de *Spanish America*.

⁵ Mais ilhados se encontram, desunidos,/Esses povos nascidos para se aliarem:/A união é seu dever, sua lei amarem-se:/Igual origem têm e missão;/A raça da América latina,/À frente têm a raça saxona,/Inimiga mortal que já ameaça/sua liberdade destruir e seu perdão.//A América do Sul está convocada/A defender a liberdade genuína,/A nova ideia, a moral divina,/A santa lei de amor e caridade./O mundo jaz entre trevas ondas:/Em Europa domina o despotismo,/ De América no Norte, o egoísmo,/Sede de oro e hipócrita piedade. (Tradução nossa).

O segundo cenário inicial de uso do conceito de América Latina é francês, sob o regime de Napoleão III, no século XIX. Nesse contexto, surgiu a ideia de “panlatinismo”, apoiada na unidade de todos os povos latinos, tendo a França como vanguarda – o que denota que não haveria uma igualdade entre essas nações. O projeto francês consistia em reconquistar “um papel de proeminência na história da civilização humana – papel esse perdido para os povos germânicos e anglo-saxões” (FERES JR., 2005, p. 52). Um dos ideólogos dessa doutrina foi o historiador e conselheiro do imperador, Michel Chevalier, que usava a expressão “race latine”, um início para o que viria a se tornar essa concepção de América Latina. Nesse momento, “nos meios intelectuais das jovens nações independentes da América que a expressão *América Latina* foi aceita e reivindicada com maior vigor” (DINIZ, 2007, p. 138).

Ainda sobre essa vertente, esse período era marcado pelo surgimento na Europa do romantismo enquanto um movimento filosófico e literário que abriu portas para a formação de ideologias e movimentos nacionalistas. Dentro disso, havia um entendimento de equivalência entre língua e raça; portanto, usos e costumes (atualmente entendidos enquanto parte constitutiva da cultura) eram considerados como aspectos raciais. Porém, o nacionalismo presente no panlatinismo romântico se configurava, na realidade, em um projeto imperial.

Na agenda política desse imperialismo, a submissão das ex-colônias ibéricas no continente americano ao domínio e influência franceses figurava com destaque. Passando dos planos aos atos, Napoleão III ordenou, em 1861, a invasão do México – um país rico em recursos e em posição estratégica ótima tanto para frear a expansão territorial americana quanto para servir de base à expansão do domínio francês sobre o continente. [...] Porém, a ocupação francesa e seu títere austríaco [o designado ao trono imperial Maximiliano, da Casa de Habsburgo] não conseguiram suficiente apoio do povo mexicano e acabaram sendo derrotados pelas forças republicanas mexicanas em 1867. (FERES JR., 2005, p. 53).

A presença da discussão de um projeto político anti-imperialista nesses dois cenários do surgimento da expressão América Latina se faz evidente. Seja nos termos de uma bandeira política contra o projeto imperialista dos Estados Unidos sobre os demais países da região, característico no surgimento do termo “América Latina” em espanhol; seja em relação às pretensões imperialistas do Estado monárquico da França, com o uso de “*Amérique Latine*” em francês.

Também no século XIX tem destaque o pensamento do cubano José Martí (1835-1895), que formulou a respeito da cultura e história do povo latino-americano, com uma abordagem crítica acerca dos problemas da região. Seu texto mais famoso é “Nuestra América”, de 1891, escrito durante seu exílio em Nova York. Martí apontava a existência de uma identidade cultural entre os povos da América espanhola e a necessidade da unidade entre os países para garantir a soberania frente ao poder imperialista norte-americano.

Porque já ressoa o hino unânime; a atual geração leva às costas, pelo caminho adubado por seus pais sublimes, a América trabalhadora; do rio Bravo ao estreito de Magalhães, sentado no dorso do condor, espalhou o Grande Semi, nas nações românticas do continente e nas ilhas doloridas do mar, a semente da América nova! (MARTÍ, 1983, p. 201).

Os escritos e pensamento de Martí foram resgatados pelo peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), que foi escritor, jornalista, sociólogo e fundador do Partido Comunista do Peru e da Confederação Geral dos Trabalhadores de seu país. Mariátegui é considerado um dos primeiros e mais influentes pensadores do marxismo latino-americano. Além dele, outros militantes e pensadores políticos também reivindicam as ideias de Martí sobre a unidade latino-americana, como “Miguel Astúrias (Guatemala), Fidel Castro, Che Guevara, Anibal Quijano etc.” (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 12).

Do ponto de vista da prática diplomática, o ex-ministro brasileiro de Relações Exteriores (de 1993 a 1995, no governo do presidente Itamar Franco; e de 2003 a 2010, na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva), Celso Amorim, sustenta, durante discurso na Cidade do México em novembro de 2007, que por muito tempo pairou uma ambiguidade e um indistinto uso do termo América Latina. Com isso, em muitos países a expressão era substituída por América Meridional ou América do Sul, e com frequência sugeria significar “toda a área abaixo dos Estados Unidos”:

Na primeira metade do século XX, embora a expressão América Latina fosse usada genericamente, as ideias dominantes na política regional giravam em torno do pan-americanismo e da solidariedade hemisférica. Acreditava-se então que o Hemisfério Ocidental representava um *locus* com características próprias e que as nações americanas mantinham entre si uma relação de irmandade política, em

função da história colonial comum, das instituições republicanas de governo e de outros fatores. (AMORIM, 2007).

A partir do fim da 2ª Guerra Mundial e no processo de criação da ONU, fundada em 1945, os países da região latino-americana passaram a desempenhar um papel mais ativo no cenário mundial. Decorrente dessa atuação, o ex-chanceler Amorim aponta, no referido discurso, que os organismos criados pelos acordos de Bretton Woods⁶ não tiveram caráter exclusivo de reconstrução da Europa, o que abre espaço para relações com os países latino-americanos, por exemplo. Nessa ocasião, optou-se pela criação do Banco Mundial que se tornou o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Com a criação pela ONU da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), em 1948, a América Latina entra “oficialmente” como um grupo regional no sistema das Nações Unidas. Posteriormente, em 1984, o termo Caribe foi acrescentado ao nome da Cepal. O órgão foi criado com o objetivo de diagnosticar os principais problemas relativos ao atraso econômico capitalista da região. Entre os intelectuais que participaram da Comissão estavam o argentino Raúl Prebisch, os brasileiros Celso Furtado, Ignácio Rangel e Aníbal Pinto, e o greco-francês Argüiri Emmanuel. Em suas formulações, nota-se que a definição latino-americana, no caso relacionado à economia, passava por sua contraposição aos países desenvolvidos e imperialistas:

Esse órgão das Nações Unidas centrava sua explicação sobre a realidade do atraso latino-americano a partir do conceito de desenvolvimento desigual, fruto de uma relação díspar entre países denominados centro (com tecnologia estendida por todos os setores de forma similar – homogênea e diversificada) e periferia (com concentração do avanço em um setor em contraste com os demais setores – heterogênea e especializada). (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 23).

A Cepal formulava suas teorias para buscar soluções dentro do sistema capitalista, objetivando um desenvolvimento mais equitativo entre as nações, com um importante papel do Estado como executor de políticas nesse sentido. Em paralelo aos

⁶ Os acordos de Bretton Woods são o resultado da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada nos Estados Unidos, em 1944, e são considerados um marco na história mundial por redesenhar o funcionamento do capitalismo em face à segunda Grande Guerra e à crise econômica de 1929.

estudos e políticas desenvolvidas pelos cepalinos, e com uma crítica a estes, estavam os intelectuais vinculados à chamada Teoria da Dependência, criada em meio às ditaduras militares que assolaram a região. Entre os formuladores desse campo, figuravam Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Andre Gunder Frank, entre outros. Com uma abordagem do marxismo não-eurocêntrica, eles “buscavam novas interpretações para as causas do subdesenvolvimento e da exploração capitalista na América Latina” (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 07). Nesta vertente, eram formuladas análises e explicações da dependência econômica dos países latino-americanos em relação às economias centrais do capitalismo, também sobre o atraso tecnológico dessas nações, a partir do desenvolvimento capitalista desigual no cenário internacional. Surgiram como propostas algumas políticas planejadas para os Estados dos países da região, a fim de se avançar com o desenvolvimento dos setores produtivos e alterar sua posição periférica na economia mundial.

Ainda na década de 1950, vigorava uma ideologia pan-americana, como demonstra a Operação Pan-Americana, do ex-presidente brasileiro Juscelino Kubitschek, em 1958, que gerou a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Já nos anos de 1960, o quadro levemente se altera:

Foi, sobretudo, na década de 1960 que a noção de América Latina passou a ser usada como base concreta para iniciativas regionais no campo diplomático. O Tratado de Montevideu, de 1960, criou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), com o objetivo ambicioso de estabelecer uma zona de comércio preferencial entre todos os países da região. Em 1964, surgiu a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), que contribuiu para articular posições no âmbito do GRULA na fase preparatória à Primeira UNCTAD e também durante aquela Conferência pioneira. (AMORIM, 2007).

Também nos anos de 1960, toma corpo uma das principais iniciativas dos Estados Unidos para o domínio da região: a Aliança para o Progresso – “um programa com o propósito explícito de promover a rápida modernização da *Latin America*” (FERES JR., 2005, p. 96). Com a Carta de Punta del Este, de 1961, foi definido o projeto que conclamou os governos de países latino-americanos a criarem planos de desenvolvimento nacional auxiliados pelo Estado norte-americano. Entre os fatores que motivaram a iniciativa, implementada na presidência de John F. Kennedy, estão

tentativa de bloquear a disseminação das ideias ligadas à União Soviética na região, além de impedir a possibilidade de aumento dos focos guerrilheiros e incentivo a processos revolucionários, seguindo o exemplo da Revolução Cubana, iniciada em 1959. A Aliança para o Progresso também visava abrir os mercados dos países latino-americanos ao investimento das empresas de capital estadunidense. Assim, o objetivo era propagandear os ideais econômicos e culturais do capitalismo dos Estados Unidos.

O órgão precursor da Aliança para o Progresso foi o Latin American Task Force (LAFT) – “um grupo reunido por Kennedy com o objetivo de elaborar políticas para deter o progresso do comunismo no Hemisfério Ocidental” (FERES JR., 2005, p. 96). Este grupo também foi o mentor de outras iniciativas, entre elas o Project Camelot e os programas gerais, como o Peace Corps e a United States Agency for International Development (USAID). Esta última, como entidade articuladora de planos para educação, saúde, habitação, etc.

Nos anos de 1980, em função de um contexto econômico e político de dificuldades em comum – como a crise da dívida –, acentua-se a prática política regional de formato latino-americano. Isso fica evidente com a criação do Grupo do Rio, em 1986, em que “pela primeira vez, os mandatários latino-americanos se articularam diretamente, em foro regional próprio, sem a presença de nenhuma potência externa, fossem os Estados Unidos ou qualquer outra” (AMORIM, 2007). No decorrer dos anos, outras articulações regionais próprias tomam corpo, como é o caso da mais recente dessas iniciativas, a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), que foi criada na Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, realizada na Riviera Maya (México), em fevereiro de 2010.

Uma discussão mais cultural sobre a “latinidade” desta porção da América pode ser encontrada na obra de Gilberto Freyre, “Americanidade e latinidade da América Latina”, de 1966. No ensaio, ele traz algumas discussões acerca da formação dos países latino-americanos a partir de seus povos. Comenta a importância do contato de diversas culturas e povos nessa formação, seja de ameríndios, colonizadores espanhóis, portugueses e franceses (abrindo exceções para holandeses e ingleses), negros traficados e, principalmente, no final do século XIX e início do XX, imigrantes de outras nações europeias, como italianos, ou até não-latinos, como japoneses.

Com isso, e citando exemplos relacionados a artes, arquitetura, gastronomia e outras áreas, Freyre (1966) defende a caracterização de algo “inconfundivelmente supranacional: de latino-americano”, argumentando certos parentescos nas produções culturais dos países geograficamente localizados nas Américas do Sul, Central, no México e também no Caribe, como Cuba e Haiti. O autor chega até a citar Porto-Rico⁷ como sendo um desses territórios:

São parentescos, êsses, que parecem resultar de interpenetrações entre valores latinos e americanos, entre valores eruditos e primitivos, entre valores Católicos e animistas, entre valores europeus e ameríndios ou afro-ameríndios, que se têm processado nessas áreas da América Latina de modo semelhante: dentro de um estilo de convivência humana e de um sentido psicossocial de tempo que se desenvolveram latinamente nessas áreas americanas em contraste com um estilo de convivência e com um sentido de tempo que deram outros aspectos às relações de europeus com não-europeus, de civilizados com primitivos, de cristãos com pagãos, na América ocupada por anglo-saxões, na sua maioria, burgueses ainda inseguros do seu status sócioeconômico e Protestantes, nem sempre de todo seguros da sua ortodoxia religiosa; uma ortodoxia antes hebraica (etnocêntrica) que cristã (cristocêntrica). (FREYRE, 1966).

Freyre (1966) estabelece uma diferenciação cultural entre os latino-americanos e o que ele chama de anglo-americanos. Para isso, ele cita desde obras artísticas, até tradições dos povos em sua relação com a religião. Um exemplo seriam as festas religiosas dos santos do catolicismo na cultura latino-americana – como um “tempo litúrgico, festivo, lúdico” –, em oposição ao anglo-americano do protestantismo com sua ideia de progresso, desenvolvimento e bem estar material – como um “tempo-trabalho”. Ele ainda menciona exemplos da tradição latino-americana, como a do consumo do chimarrão, da *siesta* (cochilo depois do almoço) e das janelas de cortiças em xadrez ao invés do uso europeu do vidro – em função do tipo de clima em cada região. Para ele, isso representa uma mescla que desbancou os valores “imperialistas europeus” através da confirmação de uma “civilização semi-européia, semi-nãoeuropéia”, conformadas por culturas dos africanos, ameríndios, orientais e árabes.

⁷ Porto Rico é um protetorado – território autônomo que é protegido diplomática ou militarmente contra terceiros por um Estado ou entidade mais forte – dos Estados Unidos. Localiza-se no Caribe, próximo à ilha de Hispaniola (Haiti/República Dominicana). O conjunto de ilhas do Estado Livre Associado de Porto Rico tem como línguas oficiais o inglês e o espanhol, sendo esta a mais falada pela população.

Ao final de seu ensaio, Freyre (1966) indica que o conjunto continental latino-americano de populações e culturas coexiste com uma “variedade quase sempre mais notável que essa unidade, por ser mais pitoresca do que ela”, e esse caráter torna a cultura latino-americana tão distinta de “outros conjuntos de populações e de culturas afins”. Para ele, a chave de interpretação da América Latina não “está num latinismo (europeu) rigidamente puro ou num indigenismo (americano) igualmente puro”.

Essa definição de latinidade ao mesmo tempo que de americanidade, por parte da América Latina, tudo indica que compreende todo o conjunto de suas expressões de ethos e de cultura, de sentido sociológico: seu comportamento político; sua atividade econômica, seus estilos de convivência social tanto quanto suas manifestações de literatura, de arte, de filosofia e de ciência do Homem, à base de quanto há já de específico em sua experiência. (FREYRE, 1966).

Por parte dos norte-americanos, no entanto, os aspectos a se ressaltar na diferenciação com os latino-americanos eram provenientes de outro ponto de vista. Segundo Feres Jr. (2005), o uso do termo “Latin America” na América do Norte ao longo do século XX pode ser compreendido a partir de três oposições assimétricas. A primeira, a assimetria cultural a partir do uso de “Latin America” como a negação dos hábitos, costumes e instituições atribuídos ao “Eu coletivo” norte-americano; sendo a América imaginada como protestante, universalista e democrática, e a “Latin America” como o outro católico, particularista e autoritário. A segunda oposição é a assimétrica temporal, que denota um entendimento da “Latin America” definido pela ausência de sincronia com o presente histórico do “Eu” americano, devido a sua incapacidade histórica. Seria como uma autoimagem norte-americana como moderna, progressista e desenvolvida – um agente de sua própria história – e a “Latin America” como primitiva, tradicional, atrasada e subdesenvolvida. Por fim, a terceira oposição assimétrica seria racial, sendo demarcada por uma visão do “Outro” como não portador ou incompleto das características físicas e/ou psicológicas do “Eu”; ou seja, a América se definia como branca e anglo-saxônica e a “Latin America” como uma região de não-brancos e mestiços.

Mais recentemente, a questão da América Latina pode ser analisada a partir do prisma dos projetos político-econômicos regionais em disputa. Na análise de alguns dos principais movimentos sociais da região, entre eles o Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST), articulados na Via Campesina⁸, as linhas gerais do novo contexto político latino-americano se dividem em três frentes. A primeira, da tentativa de formação da Área de Livre-Comércio (ALCA), com um projeto neoliberal liderado pelos Estados Unidos, a partir dos anos de 1980. A segunda, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com caráter neodesenvolvimentista, com início na década de 1990. E a terceira, da Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA), referenciada no chamado “Socialismo do Século XXI” e tendo como liderança a Venezuela, a partir do governo de Hugo Chávez (1999-2013).

No despertar do novo século, três grandes propostas se destacam em meio à disputa política latinoamericana (KATZ, 2006): uma nova ofensiva imperialista dos Estados Unidos – através de tratados de livre comércio (TLC's) e incursões militares; e dois projetos oriundos do campo político formado após a jornada de lutas contra a ALCA – um projeto neodesenvolvimentista, liderado por Brasil e Argentina nos marcos do MERCOSUL e da IIRSA; e a proposta dos países da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), que apresentam uma alternativa anti-imperialista e popular para a América, com bases no chamado “Socialismo do Século XXI”. (BOCCA, 2013, p. 60)

De uma reunião convocada pelo Institute for International Economics, em 1989, nos Estados Unidos, com a presença do governo norte-americano, economistas latino-americanos e de representantes de organismos financeiros internacionais – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) – formula-se a doutrina conhecida como “Consenso de Washington”, que propõem modelos de implementação das políticas neoliberais na América Latina.

Foram dez as áreas debatidas e que conformam o programa do Consenso de Washington, a saber: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual. (CARCANHOLO, 1995, apud BOCCA, 2013, p. 23).

⁸ Movimento internacional que reúne entidades camponesas, de trabalhadores agrícolas, pequenos e médios produtores, sem terras, indígenas e migrantes. Mais informações no site: < <http://viacampesina.org/es/>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

Enquanto reflexo dessa doutrina, a aplicação do neoliberalismo na região passaria a corresponder a políticas como a abertura dos mercados, a diminuição do papel dos Estados nacionais na economia, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a implementação de democracias liberais, na continuidade da economia extrativista e agroexportadora da região, entre outros. Para reafirmar essas diretrizes e garantir um aparato legal para sua aplicação, diante desse cenário, “era necessário um Tratado de Livre-comércio continental, que garantisse legalmente o que a política, a economia e a ideologia neoliberal já haviam garantido” (BOCCA, 2013, p. 32). Portanto, surge a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)⁹. Ideia esta lançada pelos Estados Unidos, em 1994, durante a Cúpula das Américas.

Apesar da ofensiva norte-americana para sua plena implantação, as negociações fracassaram entre os 34 países envolvidos (todos os Estados americanos, com exceção de Cuba), porém ainda se mantêm tentativas de acordos neoliberais desse tipo. Contra o projeto, movimentos sociais da região se articularam e realizaram campanhas, sendo que no Brasil foi organizado um plebiscito popular que perguntava à população se o país deveria aderir ou não à ALCA.

O Plebiscito brasileiro foi construído por 120.860 voluntários e militantes, e apurou 10.234.143 votos em 46.475 urnas espalhadas por todo o país. Dos votantes do Plebiscito Popular, 98,32% eram contra a assinatura do tratado da ALCA. (BOCCA, 2013, p. 56).

Já o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)¹⁰ foi criado em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, a partir da necessidade de integração sub-regional e desenvolvimento econômico destes países. Em 1994, foi firmado o Protocolo de Ouro Preto, que estabeleceu a estrutura institucional do grupo e o dotou de personalidade jurídica internacional. O acordo visa atuar sobre os seguintes eixos: político; econômico-comercial; integração produtiva; agricultura familiar; ciência e tecnologia; cooperação energética; correção de assimetrias estruturais; aperfeiçoamento institucional; desenvolvimento social; direitos humanos; e serviços (BOCCA, 2013, p. 38). De maneira mais direta, a integração desses Estados prevê:

⁹ Site oficial: < http://www.ftaa-alca.org/alca_p.asp>. Acesso em: 16 jan. 2014.

¹⁰ Site oficial: < <http://www.mercosul.gov.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

[...] livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes.¹¹

Além dos iniciais quatro países membros, atualmente o MERCOSUL conta com a Venezuela como membro pleno. Ainda figuram como Estados Associados a Bolívia, o Chile, o Peru, a Colômbia e o Equador. E a Guiana e o Suriname possuem formas de participação em reuniões do grupo.

Além da Campanha Continental contra a ALCA, o descontentamento em relação às políticas neoliberais se expressou com os Fóruns Sociais Mundiais, sendo o primeiro realizado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 2001. A crítica também se materializou com o fortalecimento do Foro de São Paulo¹². Iniciada com a eleição à presidência de Hugo Chávez, na Venezuela, em 1999, uma série de governos progressistas chegaram à região, muitos deles articulados, através de seus partidos, no próprio Foro de São Paulo. Seguiram a lista de vitórias eleitorais, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (Brasil, em 2003 e 2011, respectivamente); Néstor e Cristina Kirchner (Argentina, em 2003 e 2007, respectivamente); Evo Morales (Bolívia, em 2005); Michelle Bachelet (Chile, em 2006 e em 2014); Rafael Correa (Equador, em 2006); Daniel Ortega (Nicarágua, em 2006); Manuel Zelaya (Honduras, em 2006); Fernando Lugo (Paraguai, em 2008); Tabaré Vázquez e José Mujica (Uruguai, em 2004 e 2009, respectivamente).

Este bloco heterogêneo (apontado de maneira simplificada como “governos progressistas”), composto por forças distintas, encontra unidade em alguns pontos, tais como a crítica ao neoliberalismo, o fortalecimento dos Estados nacionais, uma política interna que contemple políticas sociais em favor das classes populares e, no plano internacional, a busca pela construção de uma política autônoma em relação aos Estados Unidos. (BOCCA, 2013, p. 73).

¹¹ Artigo do Ministério de Relações Exteriores do Brasil sobre o Mercosul. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

¹² O Foro de São Paulo é uma organização criada em 1990 a partir de um seminário internacional que reuniu partidos e organizações de esquerda da América Latina e do Caribe para discutir alternativas às políticas neoliberais e buscar soluções para a integração econômica, política e cultural da região. Mais informações no site: < <http://forodesaopaulo.org/>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Diante do contexto de governos progressistas na região, em 2004, Venezuela e Cuba apresentaram a proposta da Aliança Bolivariana para os povos de Nossa América (ALBA)¹³, em sentido contrário à integração neoliberal representada pela ALCA, ou pelos de tratados de livre comércio (TLC's) que o governo norte-americano buscou aplicar após o fracasso do acordo. Também se diferenciava em relação ao MERCOSUL, que possui um viés mais econômico-comercial, que aglutina setores do empresariado e da indústria dos países-membros, mediados pelos governos dessas nações, que também mantém relações deste tipo com outros países emergentes, em uma relação Sul-Sul mundial. Já a ALBA prioriza a relação governos-povos, com enfoque em políticas sociais, com espaço à participação de movimentos populares (BOCCA, 2013). A Aliança se apresenta como uma plataforma de integração dos países da América Latina e do Caribe:

Ela coloca ênfase na solidariedade, complementaridade, justiça e cooperação, que tem o histórico e fundamental propósito de unir as capacidades e potencialidades dos países que o compõem, no intuito de produzir as transformações estruturais e do sistema de relações necessárias para alcançar o desenvolvimento integral, necessárias para a continuidade de nossa existência como nações soberanas e que lutam por uma causa justa. Além disso, é uma aliança política, econômica e social em defesa da independência, autodeterminação e da identidade dos povos que a compõem. (tradução nossa)¹⁴

Atualmente, compõem a ALBA, Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, São Vicente e Granadinas, e Antígua e Barbuda. Ela está dividida em quatro conselhos. Um deles é o “Social”, composto pelos ministros de áreas sociais dos países-membros. Outro é o “Político”, formado pelos ministros de Relações Exteriores de cada país participante. O conselho “Econômico”, em que participam ministros de áreas relativas à indústria, economia, finanças, acordos, planejamento e desenvolvimento. E, ainda, o de “Movimentos Sociais”, que articula distintos

¹³ Site oficial: < <http://alba-tcp.org/>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

¹⁴ It puts emphasis on solidarity, complementarity, justice and cooperation, which has the historical and fundamental purpose to join the capacities and strengths of the countries comprising it, in a view to producing the structural transformations and the relations system necessary to achieve the integral development, required for the continuity of our existence as sovereign and just nations. Additionally, it is a political, economic, and social alliance in defense of the independence, self-determination and the identity of the peoples comprising it. - **Apresentação da ALBA**. Disponível em: < <http://alba-tcp.org/en/contenido/alba-tcp-eng>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

movimentos sociais dos países-membros e daquelas nações da região que não aderiram à Aliança, mas “que se identificam com esse esforço, e tem a responsabilidade de contribuir com o desenvolvimento e extensão do processo da ALBA” (tradução nossa)¹⁵.

Em maio de 2013, também ocorreu a Assembleia de Fundação dos Movimentos Sociais rumo à ALBA, que teve como eixos: a luta contra a militarização e a criminalização do protesto social; a batalha contra as transnacionais e os processos de privatização; a defesa dos direitos da Mãe Terra e do Bem Viver; e a solidariedade internacional. Dela participaram 200 delegados de 22 países do continente, na Escola Nacional Florestan Fernandes, na cidade de Guararema, interior paulista, no Brasil¹⁶.

Do ponto de vista da comunicação na América Latina, um dos importantes marcos dessa discussão é o que vem junto ao debate da Democratização dos Meios de Comunicação, que tem início como tal em fóruns da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a partir dos anos de 1970. A crítica para o início do debate vinha dos chamados “países não alinhados” (dos quais diversos países latino-americanos faziam parte) que reivindicavam maior equilíbrio no fluxo de informações entre os países do “primeiro” e do “terceiro mundo”.

Fruto desses debates, e da formação da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, presidida pelo irlandês Sean MacBride e composta por intelectuais do tema de todo o mundo (como o colombiano Gabriel García Márquez e o chileno Juan Somavia), tem origem o Relatório MacBride, que foi publicado em livro sob o nome “Um mundo e muitas vozes – Comunicação e Informação na nossa época”, de 1980. No Brasil, o relatório foi lançado em livro pela UNESCO em 1983.

Segundo o Relatório MacBride (UNESCO, 1983, p. 21-22), entre as funções atribuídas à comunicação, estão a *informação* (que lida com a produção e difusão de notícias, fatos e opiniões); a *socialização* (constituição de experiências e pensamentos em comum para formar uma coesão e participação social); a *motivação* (estímulo individual e coletivo para se alcançar objetivos comuns); o *debate e diálogo* (troca de

¹⁵ Which identify with this effort, and has the responsibility to contribute to the development and extension of the ALBA-TCP process. - **Conselho de Movimentos Sociais da ALBA**. Disponível em: < <http://alba-tcp.org/en/contenido/social-movements-council-alba-tcp>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

¹⁶ Informação disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520245-assembleia-de-fundacao-dos-movimentos-sociais-rumo-a-alba-assumir-o-desafio-historico>>; e no site do MST: < <http://www.mst.org.br/Assembleia-da-ALBA-ratifica-a-construcao-da-integracao-continental-frente-ao-imperialismo>>. Acessos em: 17 jan. 2014.

argumentos que contribuam a acordos e esclarecimentos de temas de interesse público); a *educação* (partilha de conhecimentos em consonância com a formação intelectual e para a vida); a *promoção cultural* (estímulo à atividade criadora e artística); a *distração* (uso de elementos comunicacionais para atividades recreativas individuais e coletivas); e a *integração* (facilitação do acesso à diversidade de mensagens de pessoas, grupos e nações, promovendo o conhecimento e a compreensão mútuos).

Isso torna a comunicação uma base para compreender e manifestar a participação e a discussão pública em sociedade, reforçando, assim, sua dimensão política e cultural. Nessa linha de pensamento, a comunicação é entendida como mediadora social e como expressão de relações de poder, vinculadas a práticas de domínio ou libertação. Portanto, em face da desigualdade do fluxo informacional entre as nações (desenvolvidas e subdesenvolvidas) e no interior dos próprios países (grupos dominantes e excluídos), o Relatório MacBride propõe diretrizes e orientações com o objetivo de superar esse modelo e avançar na democracia no espaço comunicacional. Para tal, é sugerida uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC).

Em sintonia com essas postulações, é possível apontar que, historicamente, os meios de comunicação de massa foram utilizados como instrumentos das classes sociais para divulgação de suas ideias e de construção de hegemonia na sociedade. Para atuar nessa área, além das questões econômicas e das relações com o Estado que sustentam uma classe no poder, há também uma reprodução discursiva e de valores do grupo social dominante sobre as classes subalternas. Nesse sentido, Martín-Barbero (2003a) afirma que é necessário pensar sobre a “hegemonia comunicacional do mercado na sociedade: a comunicação convertida no mais eficaz motor de desengate e de inserção das culturas – étnicas, nacionais ou locais – no espaço/tempo do mercado e das tecnologias globais” (p. 13).

Como polo oposto ao campo de interesses hegemônicos na atualidade, encontram-se os setores populares, as classes subalternas, que de forma organizada se expressam por meio de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e outros tipos de organizações vinculadas a um projeto societário distinto ao dominante. Na expressão midiática, esse setor se vale da comunicação popular, alternativa e sindical (entre outras

denominações), com forma e conteúdo estruturados em torno de um referencial contra hegemônico.

Desta maneira, por fim, torna-se importante ressaltar que, a partir do percurso detalhado anteriormente, toma-se como base a ideia de América Latina em seu viés de oposição a uma América anglo-saxônica e de enfrentamento ao projeto imperialista das potências mundiais, em particular aos Estados Unidos. Esse é o mesmo viés abordado por grande parte dos meios de comunicação alternativos e pelos movimentos sociais que o constroem, como é o caso das agências de notícias estudadas nesta pesquisa, em especial, da *Radioagência NP*, que faz parte de projetos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Diante disso, a reafirmação do uso do termo América Latina e dos povos latino-americanos, em sua história e cultura comuns e em questões políticas e econômicas, pode ser apresentada junto à concepção de contra hegemonia e de mídia alternativa.

1.2. Disputa por hegemonia: bases para compreensão da mídia alternativa

Refletir acerca das relações de poder e de disputas de projetos societários passa, cada vez mais, por compreender as formas manifestas e ocultas desempenhadas pelos meios de comunicação. Para tanto, um dos referenciais teóricos utilizados para se analisar o papel da mídia e do jornalismo no contexto social são as formulações do intelectual marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937). As bases conceituais por ele produzidas influenciaram fortemente importantes escolas de pensamento sobre comunicação e cultura, como os Estudos Culturais e as escolas latino-americanas oriundas dessa vertente (WOLF, 1992).

Uma das principais contribuições de Gramsci, dentro da linha de pensamento marxista, foi a teoria do “Estado Ampliado”, que parte da base econômica da divisão da sociedade em classes sociais, compreendendo o Estado enquanto uma relação entre o que seria o Estado *strictu sensu* – a *sociedade política* – e a *sociedade civil*. O primeiro se caracteriza por ser a junção de aparelhos burocráticos administrativos e reguladores da luta de classes e dotado do poder de *coerção*, por meio de aparelhos militares. Nessa

abordagem, o Estado é representante dos interesses da classe dominante. Na mediação entre a infraestrutura econômica e a *sociedade política*, está a *sociedade civil*. Gramsci afirma que “a distinção entre sociedade política e sociedade civil [...] é uma distinção metodológica [e não] uma distinção orgânica; [...] na realidade efetiva, sociedade civil e Estado se identificam”. (GRAMSCI apud COUTINHO, 2003, p. 130).

Dentro do âmbito da *sociedade civil*, o ponto-chave de análise é a *hegemonia*, que se caracteriza como a disputa entre as classes sociais antagônicas pela liderança político-ideológica dentro da sociedade. Segundo o professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Dennis de Oliveira¹⁷, essa formulação de Gramsci tem inspiração na obra “O Príncipe”, de um dos fundadores da ciência política moderna, Nicolau Maquiavel (1469-1527), que pode ser resumida na frase: “a capacidade de se exercer a liderança com o consentimento dos liderados”, de acordo com o professor.

A ideia de *hegemonia*, parte da compreensão de que as classes sociais possuem projetos societários próprios. Sendo que a classe dominante sustenta-se a partir de um *bloco social e histórico* (aliança entre setores sociais e frações destes setores) e, também, pela construção de *consenso*, que cria a aceitação coletiva na sociedade de interesses corporativos, de classe. Ou seja, “exercer o consenso é transformar aquilo que é particular em universal”, aponta Oliveira. O professor ainda salienta que, para Gramsci, esse exercício do poder não se dá através de um líder, como vislumbrava Maquiavel, mas através de uma organização política que é o partido, considerado o “príncipe moderno”, na visão gramsciana.

Portanto, a forma de organização na disputa dentro da *sociedade civil* ocorre por meio de *aparelhos privados de hegemonia*, que não possuem ligação direta com o Estado (*sociedade política*). O sentido é de que possuem autonomia de organização em relação ao Estado por parte desses “sujeitos políticos coletivos de massa”, ou seja, aderem voluntariamente ao seu projeto, sem a necessária utilização de mecanismos coercitivos para tal. Estes aparelhos se apresentam de distintas formas, como partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, sistema educacional, Igreja, organizações não governamentais (ONG’s), meios de comunicação de massa, entre outros.

¹⁷ Entrevista concedida à autora por Dennis de Oliveira, no dia 27 de março de 2013. Áudio completo em anexo.

Importante frisar que o pensamento de Gramsci aponta que não se pode desligar a disputa pela *hegemonia* da base econômica da sociedade e do Estado, com seus aparatos econômicos, legais e jurídicos. Juntos, são processos que constituem as formas de dominação de uma classe sobre a outra.

Com base nesta concepção da hegemonia, Gramsci nos propõe observar como o poder das classes dominantes e do Estado das sociedades capitalistas, e inclusive das socialistas ainda existentes, se estruturam a partir das relações político-culturais sustentadas em distintas formas de combinação de forças e consensos, com base nas quais se ordenam os sistemas econômicos, sociais, políticos e culturais. (MENDEZ, 2012). (tradução nossa).¹⁸

O Estado compreendido de maneira ampliada se estrutura pelo estabelecimento de compromissos entre as classes. Neste contexto, é possível estabelecer um equilíbrio para manter a classe dominante-dirigente no poder. Há, por parte desta, o oferecimento de certo grau de concessões materiais e ideológicas que permitem à classe dominada-dirigida participar sem comprometer os interesses dominantes. Porém, isso somente tem sentido naquelas sociedades onde há realmente uma *sociedade civil* organizada, e não naquelas em que o Estado se sustenta a partir do uso exclusivo da *coerção*.

Para melhor compreender esse ponto, é importante retomar a concepção de Gramsci para distinguir as sociedades de tipo *Ocidental* e as de tipo *Oriental*. Essa divisão é realizada não por questões geográficas, mas sim histórico-políticas. Significa que as sociedades *Orientais* possuem um Estado forte e estruturado, enquanto a *sociedade civil* é “primitiva e gelatinosa” – como ele próprio denomina – ou seja, não possuem organização e força social, ou são coagidas para não possuírem tais características, e, assim, não participam das decisões do Estado e da sociedade como um todo. Já as sociedades *Ocidentais* possuem um equilíbrio de forças entre o Estado *strictu sensu* e a *sociedade civil*, nas quais estas esferas se sustentam mutuamente. Cabe ao Estado *stricto sensu* o âmbito da *coerção* e à *sociedade civil* a disputa em torno do *consenso*. Uma sociedade do tipo *Ocidental*, na referência gramsciana, é onde “se dá

¹⁸ Con base en esta concepción de la hegemonía, Gramsci nos propone observar cómo el poder de las clases dominantes y del Estado de las sociedades capitalistas, e incluso de las socialistas aún existentes, se estructura a partir de relaciones político-culturales sustentadas en distintas formas de combinación de fuerzas y consensos, con base en las cuales se ordenan los sistemas económicos, sociales, políticos y culturales. (MENDEZ, 2012)

uma relação mais equilibrada entre *sociedade civil* e *sociedade política*, ou seja, onde se concretizou a ‘ampliação’ do Estado”. (COUTINHO, 2003, p. 147)

A *supremacia* dentro da sociedade é, como caracterizou Gramsci, a unidade presente no Estado Ampliado, a relação dialética entre a *coerção* e o *consenso*, a *hegemonia* e a dominação, nas mãos de um grupo social.

[...] a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também [dirigente]. (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

Gramsci, vinculado a uma perspectiva marxista, desenvolve seu pensamento a partir de uma formulação sobre como conduzir de forma tática a tomada de poder por parte da classe trabalhadora dentro de sociedades *Ocidentais*. Ele trabalha com a ideia de *guerra de posição*, em que “as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços, da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação” (COUTINHO, 2003, p. 147).

Para Dennis de Oliveira, a contribuição do pensamento de Gramsci para a discussão comunicacional e jornalística é que ela afasta a ideia liberal de que o jornalismo é algo “neutro”. Para explicar esse ponto, Oliveira utiliza o exemplo dos intelectuais, que não possuem um conhecimento “neutro”, pois “os intelectuais não são uma classe à parte da luta política e da luta social. Eles constroem conhecimento em articulação com a luta de classes. É isso o que Gramsci chama de intelectual orgânico”. Assim, na obra gramsciana aparece a necessidade que a classe trabalhadora também precisaria formar os seus intelectuais orgânicos, assim como os possui a classe dominante, pois são esses sujeitos que atuam na esfera da disputa de *hegemonia*.

Nos escritos de Gramsci ainda é ressaltado que “[...] não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a

sociedade civil enquanto esfera específica do ser social” (COUTINHO, 2003, p. 129). Além disso, para Gramsci, “a imprensa é a parte mais dinâmica dessa estrutura ideológica” da classe dominante em sua “‘frente’ teórica ou ideológica”, que se vale de uma organização material voltada para a sua manutenção.

A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais. (GRAMSCI, 2006, p. 78).

Sob a ótica do pensamento de Gramsci, o jornalismo deveria ser de tipo “*integral*” isto é, “o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área” (2006, p. 197).

Em referência à organização interna da maioria dos veículos de esquerda, no pensamento gramsciano, se tem como base princípios democráticos e de articulação entre diversos setores. Desta forma, serão formados conselhos administrativos e editoriais com a participação de representantes de movimentos e organizações sociais, jornalistas e intelectuais. A característica de espaço organizativo e de formulação dos jornais, Gramsci (2006) entende que deve estar presente no próprio funcionamento cotidiano das redações de imprensa:

Um tipo de colegiado deliberativo, que busca incorporar a competência técnica necessária para operar de um modo realista, foi descrito em outro local, onde se fala do que ocorre em certas redações de revistas, que funcionam ao mesmo tempo como redação e como círculos de cultura. O círculo critica de modo colegiado e contribui assim para elaborar os trabalhos dos redatores individuais, cuja operosidade é organizada segundo um plano e uma divisão do trabalho racionalmente preestabelecidos. Através da discussão e da crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para a educação recíproca), mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de complementar a qualificação coletiva, consegue-se efetivamente elevar o nível médio dos redatores individuais, alcançar o nível ou a capacidade do mais preparado, assegurando à revista uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica; e não

apenas isso, mas criam-se também as condições para o surgimento de um grupo homogêneo de intelectuais [...]. (p. 35)

Já a *contra-hegemonia*, conceito que pode ser empregado na definição da comunicação produzida pelos setores de esquerda, da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, não é um termo cunhado por Gramsci, mas por intelectuais que seguiram sua linha de pensamento, em especial na América Latina. De acordo com Dennis de Oliveira, nesta região, a reflexão em torno desse ponto ganha força, pois está aliada ao histórico de opressão e violência que marca a trajetória dos povos latino-americanos – que têm raízes nos indígenas originários e africanos que foram oprimidos por outros povos, além dos europeus – e da construção de suas nações. Isso gera iniciativas contra-hegemônicas – seja nos meios de comunicação, ou em outras instituições sociais, como escolas, partidos políticos, etc. – pautadas pela busca de espaços de libertação, contra a opressão, e de democracia. Também, segundo Oliveira, da necessidade de construção de “novos paradigmas culturais, políticos e assim por diante. Aí, então, com base nesse pensamento, surge essa ideia de comunicação alternativa, popular, contra-hegemônica”.

1.3. Aspectos da comunicação alternativa no Brasil e na América Latina

Na estrutura social, a comunicação, em todas as suas expressões, ocupa papel central na disputa pela hegemonia, com sua ampla difusão na sociedade e enquanto parte constitutiva dos processos culturais. Os meios de comunicação participam dos jogos simbólicos em torno da formação das identidades e das representações, criando espaços de sociabilidade e de construção de sentidos do real.

A comunicação é percebida, em todo caso, como o cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários a partir dos quais as pessoas representam aquilo que temem ou que têm direito de esperar, seus medos e suas esperanças. Os meios de comunicação começaram assim a fazer parte decisiva dos novos modos como nos percebemos como latino-americanos. O que significa que neles não apenas se reproduz ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das majorias, não somente se comercializam formatos,

mas recriam-se as narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva. (MARTIN-BARBERO, 2003b, p. 63).

A comunicação alternativa, popular, democrática, cidadã, ou outro nome que a caracterize, pode também ser compreendida como *contra-hegemônica*. Na conceituação sobre comunicação alternativa, esse argumento é destacado por Dennis de Oliveira¹⁹. Ele analisa que, diante disso, “a comunicação alternativa na América Latina é uma atitude, uma ação política, que está muito mais ligada a uma radicalização da democracia do que necessariamente a um projeto socialista, embora possa ter isso em seu bojo”. Para o pesquisador, o conceito de contra-hegemonia se amplia na América Latina, diferente ao estritamente vinculado a um projeto socialista presente na obra de Gramsci. Segundo Oliveira, isso ocorre devido a uma tradição política conservadora das elites latino-americanas, que monopolizam os meios de comunicação em distintos países. Nesse caso, experiências de mídia com caráter democrático e até liberais clássicos (que atuam na defesa do Estado Democrático de Direito) podem ser consideradas contra-hegemônicas, que defendem uma agenda distinta à da pauta única dos grandes meios de comunicação.

Portanto, os meios alternativos parecem surgir em contextos específicos a partir da necessidade de expressão massiva que chegue ao conjunto da sociedade, tendo em vista a falta de abertura para tal no espectro midiático existente. Como salienta o jornalista argentino e pesquisador da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), Máximo Simpson Grinberg (1987), essas experiências surgem da “própria práxis social, quando se faz necessário para gerar mensagens que encarnem concepções diferentes ou opostas às difundidas pelos meios dominantes” (p. 24), porque esses atores não se sentem representados ou não veem seu discurso representado nos meios hegemônicos. “Aparece então como parte de uma atividade que o transcende, vinculado sempre ao propósito de *modificar em algum sentido a realidade*, ainda que este propósito se encontre com os limites que o próprio contexto lhe impõe”, reforça Grinberg (1987, p. 24).

Dentro disso, é importante trazer luz ao tema a partir de um viés de historicidade, abordando os contextos político-sociais, os sujeitos envolvidos e as

¹⁹ Entrevista concedida à autora por Dennis de Oliveira, no dia 27 de março de 2013. Áudio completo em anexo.

experiências que demarcam períodos da prática de comunicação alternativa. Sendo que os principais atores da construção de experiências midiáticas alternativas aos grupos dominantes são os setores organizados da sociedade civil que se contrapõem às relações econômicas, políticas e culturais vigentes. A partir das contradições presentes no sistema social e da ausência de espaços democráticos e livres de atuação, esses grupos de oposição se organizam de diversas formas, como em movimentos sociais e redes de articulação, a fim de influenciar nos debates da sociedade, além de buscar conquistas de direitos e mudanças estruturais. A ocorrência de projetos de meios de comunicação alternativos e populares em diversos momentos da história brasileira, que também pode ser estendida à latino-americana, depende desses fatores, pois ela:

[...] se manifesta sincronicamente com o movimento das forças sociais e com sua capacidade de articular propostas políticas. [...] de acordo com a capacidade de articulação das forças de oposição em torno de projetos históricos de caráter nacional. (FESTA, 1986, p. 10).

Na definição do conceito de comunicação alternativa, e de sua extensão midiática, vale ressaltar que não há um consenso. Frente às dificuldades de delimitação, na presente pesquisa se assume como referencial o pensamento gramsciniano de contra-hegemonia. Atrelado a isto, quando se adota a ideia de “alternativo” como uma “opção entre duas coisas”, a intenção é a de abordar esses meios de comunicação como a opção “frente aos grupos que usufruem, em proveito de setores privilegiados (econômicos e/ou políticos) a *propriedade e/ou controle* dos meios de informação” (GRINBERG, 1987, p. 20-21). Outro elemento que se faz importante é a questão do conteúdo produzido por esses meios.

E ao falar de conteúdo referimo-nos explicitamente a quatro aspectos fundamentais: a) os *temas* escolhidos, isto é, o que se considera “notícia”, que aspectos da realidade se supõem de maior ou menor interesse para os receptores; b) a *hierarquização* das informações; c) sua *classificação* por seções (ou áreas da realidade) e seu tratamento; e d) a *linguagem*, o discurso particular do meio alternativo num determinado contexto. (GRINBERG, 1987, p. 21).

Vários formatos e processos produtivos cabem no leque dos alternativos, de acordo com seu contexto e objetivos. Desde aqueles que possuem propriedade coletiva, ampla participação, conteúdo antiautoritário, ambivalência entre emissor e receptor, e

multidirecionalidade das mensagens. Até os que possuem acesso mais restrito quanto ao uso e participação, mas com construção anti-hierárquica interna, com a produção de mensagens de caráter contrário aos dominantes, que apesar de um discurso unidirecional mantém um caráter antiautoritário; entre outras possibilidades (GRINBERG, 1987, p. 25-28). Porém, em todas elas o conteúdo do discurso aparece como elemento central de conformação de mídia alternativa, o que permite afirmar que, nas palavras do mesmo autor “sem discurso alternativo não há meio alternativo” (p. 29-30).

Acredito que agora estamos em condições de tentar uma definição (provisória) do conceito: diremos que é alternativo todo meio que, num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder político, econômico e cultural [...] implica uma *opção frente ao discurso dominante*; opção à qual confluem, em grau variável, os sistemas de propriedade, as possibilidades de participação dos receptores na elaboração das mensagens, as fontes de financiamento e as redes de distribuição, como elementos complementares. (GRINBERG, 1987, p. 30).

A ideia de uma comunicação pautada pela construção de um projeto societário distinto ao dominante, com valores, práticas e conteúdo contra-hegemônicos, teve, no Brasil, alguns momentos históricos de construção de experiências²⁰, como na imprensa operária dos anarco-sindicalistas, do final do século XIX e início do século XX, tendo como principal jornal *A Plebe*, dos anos de 1917 a 1919 (GONÇALVES, 2007). Além da imprensa partidária do Partido Comunista Brasileiro, das décadas de 1940 e 1950. Neste último período, “o principal jornal comunista era, sem dúvida, a *Tribuna Popular* que possuía uma tiragem de 30 mil exemplares diários e chegou a atingir, no seu auge, em 1946, cerca de 50 mil exemplares vendidos diariamente” (BUONICORE, 2004).

Outro importante momento de crescimento da comunicação contra-hegemônica foi durante o período das ditaduras militares na América Latina. No Brasil, esse movimento ocorreu no período de 1964 a 1980, quando cerca de 150 veículos impressos foram criados e, posteriormente, acabaram deixando de existir, sendo que metade deles não chegou a durar nem um ano. Eles se caracterizavam enquanto contra-hegemônicos no âmbito político e ideológico, conformados como oposição à ditadura militar e ao imperialismo, principalmente, estadunidense. Pode-se considerar que “os jornais

²⁰ Periodização proposta por Antonio Albino Canelas Rubim e Maria Nazareth Ferreira, citado por MIANI, 2010.

alternativos, criaram um espaço público alternativo” (KUCINSKI, 1991, p. XXII). Foi nessa época que o termo “imprensa alternativa” começou a ser utilizado no país.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. [...] Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo. (KUCINSKI, 1991, p. XVI).

A aglutinação e o fortalecimento dos grupos de esquerda e das suas experiências de imprensa foram impulsionados tanto pela necessidade de resistir à opressão provocada pelos regimes autoritários que se espalharam pela região latino-americana, quanto pelo ideal revolucionário e pela perspectiva da possibilidade de conquista do poder político oriundos da Revolução Cubana de 1959.

O ideal revolucionário socialista era marcante nesse período, o qual teve inúmeras experiências de organizações voltadas para a prática da guerrilha (urbana e rural), da clandestinidade e da formação de frentes políticas amplas – com distintos partidos, movimentos e indivíduos de orientação revolucionária – em toda a América Latina. Acompanhando essa movimentação conjuntural, houve um crescimento da imprensa alternativa brasileira e de diversos países da região.

O boom da imprensa alternativa não foi, entretanto, um fenômeno exclusivamente brasileiro. Mais ou menos na mesma época, regimes autoritários que se pautaram pela censura aos meios de comunicação, pela perseguição a jornalistas e pelo fechamento de órgãos de imprensa instalaram-se em outros países do Cone Sul: na Argentina (1966 e 1976), no Uruguai (1967 a 1973) e no Chile (1973). Em alguns, esse tipo de jornalismo apresentou características comuns, como a rejeição ao regime autoritário. (CADERNOS DA COMUNICAÇÃO, 2005, p. 11).

Segundo Kucinski (1991), algumas das expressões mais marcantes desse período brasileiro eram os jornais “políticos”, muitas vezes atrelados a organizações partidárias, que dividiam espaço com os veículos “existencialistas”, de expressão contracultural. No primeiro grupo, figuravam jornais como o *Opinião* e o *Movimento*; enquanto na outra fileira estavam o *Pasquim*, o *Bondinho* e o *EX*.

No Uruguai, projetos de jornais ligados a partidos construíram uma forte tradição; e na Argentina, houve também expressão dos grupos políticos organizados, a exemplo do diário *Noticias* (ESQUIVADA, 2009), desenvolvido pela organização política *Montoneros*. Apesar de circular antes do golpe argentino de 1976, vale destacá-lo, pois no período anterior à ditadura militar, durante o terceiro mandato do presidente Juan Domingos Perón, já havia um combate entre grupos revolucionários e conservadores e militares, além de um fechamento político. O *Noticias* deixou de existir por motivos políticos, sendo seu término ordenado pela sua sucessora de Perón e esposa, Isabel de Perón, em um governo fortemente influenciado por grupos de direita anticomunistas, como a “Triple A” (Aliança Anticomunista Argentina). Ainda no caso argentino, uma das expressivas experiências jornalísticas do período ditatorial (marcado por forte repressão e extermínio de militantes de esquerda) foi a *Agência de Noticias Clandestina*, conhecida como *ANCLA*, criada por antigos jornalistas e colaboradores do *Noticias*, que passaram a ter um trabalho de plantar informações na imprensa local e internacional de denúncias de crimes contra os direitos humanos cometidos pelos militares (VINELLI, 2008).

Porém, vale retomar que, na América Latina, as experiências caracterizadas como populares e alternativas de construção de veículos midiáticos têm origem anterior ao período marcado por ditaduras militares. Diversas formas de expressão nos meios de comunicação surgiram a partir de organizações políticas e mobilizações sociais dos grupos subalternos. De acordo com a investigadora estadunidense, que publicou estudos sobre a influência dos Estados Unidos na América do Sul em parceria com Luiz Ramiro Beltrán, Elizabeth Fox (1989), “grande parte dos meios alternativos existiam já antes da última onda de ditaduras” e “esses meios eram obra de indivíduos ou grupos que econômica, étnica, política, geográfica e culturalmente estavam excluídos do poder” (p. 44) (tradução nossa)²¹. A pesquisadora sinaliza para algumas formas de comunicação alternativa praticadas nesse período, como rádios, uso de fitas cassetes, câmeras de vídeos e outros aparatos de gravação.

Entre as experiências destacadas desse momento estão as “rádios mineiras”, organizadas pelos trabalhadores da mineração na Bolívia a partir de 1947; e, também, as

²¹ gran parte de los media alternativos existían ya antes de la última oleada de dictaduras y esos medios eran obra de individuos o grupos que económica, étnica, política, geográfica y culturalmente estaban excluidos del poder (FOX, 1989, p. 44).

rádios com fins de educação e alfabetização construídas pelo setor progressista da Igreja Católica, com iniciativas espalhadas por toda a região latino-americana. Posterior ao período fundador das iniciativas de produção alternativa no rádio, em que as utilizações vinculadas a trabalhadores, processos de transformação social e com fins educacionais pela Igreja foram marcantes, há o período da ampliação das rádios livres e comunitárias – que ganhou força a partir dos anos 1980 –; e o movimento de expansão da radiofonia alternativa de forma mais massiva, plural e profissional, caracterizado como o de “rádios cidadãos”, com início nos anos 1990 (PULLEIRO, 2012). Há ainda o momento mais recente de avanço das novas tecnologias da comunicação, que marca a construção radiofônica pela internet. Contudo, o tema das rádios alternativas é abordado com mais profundidade em outra seção desta pesquisa.

Com o surgimento um pouco mais tardio em relação ao rádio, a TV e o vídeo populares e alternativos na América Latina possuem como uma referência inicial marcante as experiências do *Noticiero ICAIC Latinoamericano*, produzido pelo Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográficas (ICAIC), logo nos primeiros momentos da revolução cubana de 1959. Criado com uma proposta internacionalista e de contrainformação perante os meios de comunicação internacionais e o antigo regime cubano (de Fulgêncio Batista), o *Noticiero* “desempenhou um papel estratégico na consolidação da identidade cultural cubana”, além de possuir “uma ampla cobertura nacional e internacional que percorreu noventa países” (BUSTOS, 2011, pp. 156-157) (tradução nossa)²². Sua primeira edição data de 6 de junho de 1960, tendo permanecido em atividade até 19 de julho de 1990, terminando no contexto de desmoronamento do campo de países socialistas do leste europeu e início do “período especial” em Cuba.

Com umas 1493 edições, de uma produção semanal de dez minutos em média de duração, e de vinte no caso daqueles de caráter “monotemático”, o *noticiero* durante trinta anos encarnou a política cultural privilegiada do instituto cinematográfico cubano. [...] Desde o principio, as atualidades nacionais e internacionais, rodadas em branco e preto e em 35 mm, se distribuían em cópias para todos os cinemas do país, e em 16 mm para os programas de “cinema móvel” que chegavam aos povos mais distantes das grandes cidades. (BUSTOS, 2011, p. 149). (tradução nossa).²³

²² desempeñó un papel estratégico en la consolidación de la identidad cultural cubana, además de poseer una amplia cobertura nacional e internacional que recorrió noventa países (BUSTOS, 2011, pp. 156-157).

²³ Con unas 1493 ediciones, de una producción semanal de diez minutos promedio de duración, y de veinte en el caso de los de carácter “monotemático”, el noticiero durante treinta años encarnó la política

O modo de fazer jornalismo audiovisual do *Noticiero* se diferenciou das outras experiências desse modelo em Cuba (*Cineperiódico* e *Cine-Revista*) pelo seu caráter experimentalista. Em sua produção não havia um roteiro pré-estabelecido, era feito em estrutura de documentário, com dinamismo das imagens e uma forma nova e popular, com pitadas de humor, na transmissão das notícias. Era diferente também por sua linha editorial, o conteúdo transmitido era essencialmente pautado pelas transformações políticas, sociais e culturais da revolução cubana. Além de veicular notícias internacionais “onde se informava, fundamentalmente, sobre as lutas dos povos da América Latina, Ásia e África” (BUSTOS, 2011, p. 155) (tradução nossa)²⁴. A cobertura e a estética diferenciadas renderam ao *Noticiero ICAIC Latinoamericano* fazer parte, desde 2010, do registro “Memória do Mundo”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo considerado um documento histórico único em seu gênero.

Além disso, o projeto se soma ao movimento do Novo Cinema Latino-americano, que foi um fenômeno dos anos 1960 de expressão do cinema militante na região, com influências da contracultura estadunidense, do maio de 1968 francês e das lutas por libertação do Terceiro Mundo. Esse movimento foi constituído oficialmente na cidade chilena de Viña Del Mar, em 1967, com uma reunião dos cineastas do continente. O Novo Cinema Latino-americano foi uma das bases que influenciaram muitas experiências alternativas e populares de vídeo e TV, que acabaram por ganhar maior força após as ditaduras militares, no período de redemocratização desses países. Ademais do fator político, a década de 1980 foi importante nesse salto de produção devido às possibilidades de maior disseminação e acesso a tecnologias de vídeo (filmadoras, vídeo cassete, entre outros).

Como experiências a se destacar nesse tema, no Chile, a primeira TV alternativa é proveniente do rádio. A clandestina *Radio Liberación* (veículo do Movimiento de

cultural privilegiada del instituto cinematográfico cubano. [...] Desde el principio las actualidades nacionales e internacionales, rodadas en blanco y negro y en 35 mm, se distribuían en copias para todos los cines del país, y en 16 mm para los programas de “cine móvil” que llegaban a los pueblos más alejados de las grandes ciudades. (BUSTOS, 2011, p. 149).

²⁴ donde se informaba, fundamentalmente, sobre las luchas de los pueblos de América Latina, Asia y África (BUSTOS, 2011, p. 155)

Izquierda Revolucionario – MIR) começa a desenvolver constantes intervenções nos sinais oficiais de televisão em meados dos anos 1980.

Assim, por breves minutos se interrompia alguma transmissão importante para lançar mensagens contra a ditadura ou informar sobre algum fato relevante para a luta de resistência. Basicamente era um sinal de áudio que se montava sobre as imagens, iniciando, sem querer, a primeira experiência popular de televisão em nosso país. Alguns anos depois, no calor das lutas pelo fim da ditadura, nascem distintas iniciativas para utilizar o vídeo como ferramenta pedagógica em diversos processos de educação popular, em paralelo, e, incipientemente, produtoras e comunicadores assumem o vídeo como meio de comunicação para registrar a realidade que não mostravam os meios controlados pelos militares, ao mesmo tempo que, servia como suporte à memória coletiva, documentando lutas do povo em seu conjunto. (VILLAGRA, 2011, p. 120). (tradução nossa).²⁵

Grupos de vídeo popular passaram a realizar trabalhos em bairros populares chilenos, furando o bloqueio imposto pelo regime ditatorial de Augusto Pinochet (1973-1990), com fins educativos e de denúncia das violações de direitos humanos, mostrando a real situação do país baixo a ditadura. Posterior a esse período, surgem experiências como a *TV Señal 3*, a primeira televisão popular chilena, em 1997, no bairro de La Victoria, um dos mais emblemáticos da capital Santiago, por ter ocorrido ali uma das primeiras ocupações urbanas da América Latina, no ano de 1957. Atualmente, há duas redes de televisões comunitárias e populares no país, uma é a Red de Televisoras Populares y Comunitarias de Chile, da qual faz parte a *Señal 3*, e a outra é a Red de Medios de los Pueblos.

Experiências de cinema militante também se espalharam pela Argentina nos anos de 1990, que desembocaram em uma atuação marcante junto ao movimento de massas que surge no país em dezembro de 2001, como resposta às medidas de austeridade do governo de Fernando de La Rúa (1999-2001). Frente à crise econômica,

²⁵ Así, por breves minutos se interrumpía alguna transmisión importante para lanzar proclamas contra la dictadura o informar de algún hecho relevante para la lucha de resistencia. Básicamente fue un señal de audio que se montaba sobre las imágenes iniciando, sin querer, la primera experiencia popular de televisión en nuestro país.

Unos años después, al calor de las luchas por derrocar la dictadura, nacen distintas iniciativas para utilizar el vídeo como herramienta pedagógica en diversos procesos de educación popular, a la par, e incipientemente productoras y comunicadores asumen el vídeo como medio de comunicación para registrar la realidad que no muestran los medios controlados por los militares, al mismo tiempo que servir como soporte a la memoria colectiva documentando luchas del pueblo en su conjunto. (VILLAGRA, 2011, p. 120).

os resultados são “panelaços” da população e fortalecimento de movimentos sociais, como o de “piqueteros” – movimento formado por trabalhadores grevistas e desempregados.

A este ciclo, seguiram logo os gloriosos e combativos dias de 19 e 20 de dezembro [de 2001], o surgimento de novos coletivos, aqueles que agrupavam documentaristas como a ADOC [Associação de Documentaristas Argentinos], e aqueles que agrupavam jornalistas, fotógrafos, câmeras e ativistas nascidos baixo a luz de uma incandescente Praça de Maio: “Argentina Arde”. O trabalho em comissões permitiu a produção e realização, de maneira periódica, dos chamados *Videoinformes de Argentina Arde*, feitos com o suporte de grupos de cinema militante, que fazíamos a cobertura, momento a momento, do que estava acontecendo na cidade e em vários lugares do interior do país. Estes vídeo-informes, que colocavam em circulação contrainformação a partir de diferentes olhares e perspectivas, são um dos antecedentes da televisão alternativa, popular e comunitária que vem crescendo, pouco a pouco, nos últimos anos. (GUZZO, 2011, p. 39). (tradução nossa).²⁶

A partir dessa movimentação surgem canais como *Claypole*, na região sul da província de Buenos Aires, em 2002; e *Barricada TV*, na cidade de Buenos Aires, em 2008. Esta última é um canal alternativo e popular que funciona na primeira fábrica ocupada por trabalhadores para reativar sua produção na Argentina, a metalúrgica IMPA. Assim, se insere em uma perspectiva política e social maior, dentro de uma frente de luta: “é um projeto político mais amplo, no qual a dimensão comunicacional, particularmente a televisão, é entendida como uma ferramenta com um papel fundamental na construção de poder popular” (CARDILLO, 2011, p. 187) (tradução nossa)²⁷. Sua transmissão ocorre pelo canal 5, desde o bairro portenho de Almagro, e também por internet no endereço eletrônico www.barricadatv.org.

²⁶ A este ciclo siguieron luego los gloriosos y combativos días del 19 y 20 de diciembre [de 2001] el surgimiento de nuevos colectivos, aquellos que agrupaban documentalistas como ADOC [Asociación de Documentaristas Argentinos], y aquellos que agruparon periodistas, fotógrafos, camarógrafos y activistas nacidos bajo la luz de una encendida Plaza de Mayo: “Argentina Arde”. El trabajo en comisiones permitió la producción y realización en forma periódica de los llamados Videoinformes de Argentina Arde, hechos con el aporte de los grupos de cine militante, quienes cubríamos momento a momento lo que estaba sucediendo en la ciudad y varios lugares del interior del país. Estos videoinformes, que ponían en circulación contrainformación desde diferentes miradas y perspectivas, son uno de los antecedentes de la televisión alternativa, popular y comunitaria que viene creciendo de a poco en los últimos años. (GUZZO, 2011, p. 39).

²⁷ es un proyecto político más amplio en el cuál la dimensión comunicacional, particularmente la televisión, es entendida como una herramienta que tiene un rol fundamental en la construcción de poder popular (CARDILLO, 2011, p. 187).

Articulado a essas iniciativas, militantes de TVs alternativas da Argentina contribuíram também na criação da *TV 2 Televisión Comunitaria de Villa Cólón*, em Montevideu, Uruguai, em 2006. Segundo seus próprios construtores, esta é a primeira e a única emissora comunitária em terras uruguaias²⁸. Nesses dois países, assim como em outros da região, mudanças na legislação sobre os meios de comunicação a partir dos anos 2000 (na Argentina, com a presidenta Cristina Kirchner, e no Uruguai com o presidente José Mujica) possibilitaram uma ampliação do debate e construção de TVs e rádios comunitárias e alternativas.

Fruto de governos que provocaram mudanças em sua base legal, movimentações semelhantes ocorreram na Venezuela, através de medidas do antigo presidente Hugo Chávez (1999-2013), com apoio tecnológico e econômico, que impulsionaram projetos de mídia comunitária. Uma das pioneiras, fruto do novo marco legal da radiodifusão venezuelana, é a *Catia TV*, no bairro Simón Rodríguez, região oeste da capital Caracas. O projeto iniciou com exibição de filmes e gravações do cotidiano da comunidade, que eram projetadas em espaços públicos. Já a primeira transmissão ocorreu no ano 2000, mas somente em 2001 a TV foi ao ar oficialmente, que contou em seu ato de legalização com a presença do ex-mandatário Hugo Chávez. A formação de TVs comunitárias se expandiu por todo o país nos anos subsequentes, com existência dessas experiências em ao menos 15 estados venezuelanos, sendo que o que possui maior número desses canais é o estado de Táchira, que conta com cinco emissoras populares habilitadas: *TV Michelena*; *Montaña TV*; *TV Vida*; *Jaureguina TV*; e, *TV Rubio*. Esta última surgiu em 1996, mas devido a sua condição jurídica instável teve que interromper a transmissão em 1999, voltando ao ar com outorga legal do Estado no ano de 2003. Atualmente, a *TV Rubio* emite seu sinal para os mais de 70 mil habitantes dos povoados de Rubio e Bramón (LLOREDA, 2011).

A origem das experiências populares e alternativas de TV no Brasil teve seu alicerce também no vídeo popular e, de forma mais tímida, na mudança legal de 1997 (a lei da TV a cabo, em seu artigo 23, criou o canal comunitário), ainda reflexo do período de redemocratização do país, com a criação de canais de radiodifusão comunitária. Essa mudança ao mesmo tempo em que legaliza essas emissoras, impõem uma série de

²⁸ Informação retirada do documento Marco de Acuerdos para el Impulsode la Televisión Comunitária, da TV 2. Disponível em: <<http://lavozfmradiocomunitaria.es.tl/Canal-2-tv-Comunitaria.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

barreiras para sua emissão, sobrevivência e crescimento; além de não garantir que elas mantenham seu caráter realmente comunitário.

Enquanto uma das importantes iniciativas brasileiras no âmbito do audiovisual alternativo está a criação da Associação Brasileira de Vídeo no Movimento Popular, em 1984, fruto de um encontro que reuniu ativistas da área de todo o Brasil. Na mesma época, surgiram diversas experiências televisivas populares no país, como a *TV Bixiga*, criada na cidade de São Paulo, em 1986. Ela é uma pioneira da televisão de bairro e nessa empreitada “foram instalados seis monitores de vídeo que passaram a transmitir regularmente, nos finais de semana, cenas de ruas, de seus habitantes, sua cultura, enfim um programa que registrasse as memórias e acontecimentos do bairro” (SANTORO, 1989, p. 76).

Outro projeto é a *TV dos Bancários*, surgida em 1986, pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, com produção de “videojornais, vídeos de formação sindical e documentação audiovisual das lutas da categoria”, que teve como exemplo a cobertura da greve de setembro de 1986, com o programa “Cobra que não anda vira cinto”, em que ocorreu uma cobertura em vídeo da movimentação grevista e exibição para a categoria e para o público em outras greves (SANTORO, 1989, p. 77). Reflexo dessa linha de atuação do Sindicato de Bancários tem-se as atividades nos meios de comunicação executadas atualmente pela *Rede Brasil Atual*²⁹, que conta com site de notícias, revista e emissoras de rádio. Estas últimas através de uma parceria do Sindicato dos Bancários de São Paulo e dos Metalúrgicos do ABC, que estão sob a frequência 98,9 FM em São Paulo, 93,3 FM no litoral paulista e 102,7 FM no noroeste paulista; com alcance estimado de 22 milhões de pessoas.

Atualmente, há como exemplos de televisões comunitárias, com concessão do governo federal, duas emissoras: a *TV Comunitária de Curitiba*, acessível na TV a cabo ou no endereço eletrônico www.cwbtv.net; e a *TV Cidade Livre*, comunitária do Distrito Federal, www.tvcomunitariadf.com.br/tvcidadelivredf.

Como iniciativas mais recentes, pode-se trazer ao debate as experiências de mídia alternativa via internet. As novas tecnologias da comunicação e informação são utilizadas, nesse contexto de globalização midiática e estrutura em rede, além da disputa por hegemonia, para dar voz aos movimentos sociais, setores marginalizados da

²⁹ Site oficial: < <http://www.redebrasilatual.com.br> >.

sociedade e organizações políticas, por esses próprios atores ou por grupos alternativos de comunicação que se posicionam ao seu lado e em sua defesa.

A cobertura de eventos sociais através da Internet acentuou-se a partir de 2000, sob a influência dos protestos antiglobalização. Agências independentes distribuíam, pelos quatro quadrantes, materiais noticiosos sobre o que se passava nas mobilizações. A repercussão internacional motivou a organização de redações compartilhadas, que encampam os princípios do copyleft e da publicação aberta. [...] A instantaneidade, a transmissão descentralizada, a abrangência global da Web, a rapidez, o barateamento de custos e a autonomia frente às diretivas ideológicas e mercadológicas da mídia hegemônica são as vantagens mais usufruídas. (MORAES, 2007).

Uma das experiências mais difundidas nesse sentido foi a do *Centro de Mídia Independente* (*Independent Media Center - Indymedia*), que surgiu a partir das articulações do Fórum Social Mundial, com seu slogan “Um outro mundo é possível”, que teve sua primeira edição em 2001, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Ele “consiste na estrutura e no uso da comunicação interativa e no processo de informação na Internet, onde qualquer leitor também pode ser o escritor, o conteúdo produzido é público e pode ser modificado antes, durante e depois da publicação” (GÓES, 2006). Os leitores dos diversos sites desse instrumento espalhados pelo mundo podem tornar-se colaboradores do mesmo e publicar textos, artigos, fotos e vídeos, criando uma grande rede mundial de compartilhamento de informações. Outros exemplos estão nas agências de notícias alternativas digitais, como a *IPS* (Inter Press Service), a *Adital* (Agência de Informação Frei Tito para a América Latina) e a *Agência Carta Maior*. Sob o leque dos movimentos antiglobalização, as três agências possuem trajetórias e formações distintas.

A *IPS*³⁰ surgiu em 1964, fundada pelo jornalista ítalo-argentino Roberto Sávio, sendo “precursora das agências de notícias alternativas”, ela possui “o objetivo de fazer um jornalismo de representação igualitária de gênero, diversidade étnica e distribuição geográfica e promover a participação democrática na vida econômica, social e política” (GÓES, 2006). A partir do contexto da Guerra Fria, a agência focou na circulação de informações da região Sul do globo, além de promover a integração regional e as diversas formas de desenvolvimento dessas nações. Constituída como “associação

³⁰ Site oficial: < <http://www.ips.org/ipsbrasil.net/index.php>>.

internacional sem fins lucrativos de jornalistas e de outros profissionais no campo das comunicações”, a *IPS* possui “status consultivo de ONG (Organização Não-Governamental) no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da Organização das Nações Unidas” (GÓES, 2006). No ano de 2006, os dados de sua abrangência eram de atuação com jornalistas em cerca de 120 países e três mil meios de comunicação e milhares de grupos da sociedade civil, acadêmicos e outros usuários como destinatários de suas mensagens, que chegam via satélite e Internet e estão disponíveis em vários idiomas.

Como uma iniciativa para divulgar notícias da América Latina e Caribe surgiu a *Adital*³¹, “a partir do interesse de três entidades italianas: a Fondazione Rispetto e Parità (FRP), a Agenzia di Stampa (Adista), a Rete ‘Radiè Resch’ (RRR)” (GÓES, 2006), que apresentaram o projeto ao religioso dominicano, militante dos direitos humanos e escritor Frei Betto. Logo no início do ano 2000, começou a ser articulado o projeto, sediado na cidade de Fortaleza, no Ceará, que envolvia ativistas, movimentos populares e de direitos humanos ligados à Igreja Católica. Em março de 2001, a *Adital* foi oficialmente lançada. Essa agência se apresenta “como canal de comunicação para a inserção da agenda social latino-americana e caribenha na mídia nacional e internacional, através de cobertura jornalística profissional” (GÓES, 2006), que tem como destinatários outros meios de comunicação ao redor do mundo. Participam de sua construção diversos colaboradores e jornalistas ligados a movimentos sociais, ONGs e do meio universitário.

Na conjuntura de articulação de diversos movimentos sociais e organizações do Terceiro Setor, foi lançada em 2001, durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a *Agência Carta Maior*³², que se destina ao público em geral e a outros veículos de comunicação. Esta “publicação eletrônica multimídia” possui jornalistas atuando em diversas capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília; além de colaboradores, comentaristas e parcerias com outros meios de comunicação alternativos nacionais e estrangeiros. Como se autodefine, a *Carta Maior* é “especializada em temas como direitos humanos, meio ambiente, política, economia e

³¹ Site oficial: < <http://www.adital.com.br/site/index.asp?lang=PT&>>.

³² Site oficial: < <http://www.cartamaior.com.br/templates/index.cfm>>.

movimentos sociais”, e um dos seus principais focos, “em função mesmo de sua origem, é o processo do Fórum Social Mundial e de integração da América Latina”³³.

Com páginas na internet, mas tendo como experiência principal a forma impressa, atualmente, também estão entre as experiências brasileiras de imprensa alternativa, influenciadas pelo pensamento contra-hegemônico, as revistas mensais *Caros Amigos* e *Fórum*, e o jornal semanal *Brasil de Fato*.

A *Caros Amigos*³⁴ é uma das experiências nacionais pioneiras no período pós-democratização do Brasil. Lançada em abril de 1997, sob direção de Sérgio de Souza, a revista reuniu um grupo de profissionais da área da comunicação para “criar um veículo que se contrapusesse ao jornalismo predominante. Buscavam um conteúdo mais questionador, mais crítico e progressista”. Dessa época para a atualidade, a *Caros Amigos* “se tornou referência de publicação contra-hegemônica, alternativa e de reflexão crítica do pensamento neoliberal”, além da procura por “praticar um jornalismo independente, crítico e comprometido com a transformação da sociedade brasileira”³⁵. A revista busca trazer de volta a imprensa feita por jornalistas engajados da década de 1970. Baseado nesse ideal, “pode ser entendida como uma nova representante da vertente alternativa do jornalismo nacional, [...] como uma releitura atualizada e revigorada de trajetórias que se (re)articularam, interagem e se somam” (PEREIRA FILHO, 2005, p. 73).

Mais uma publicação do campo alternativo é a *Revista Fórum*³⁶, de circulação mensal em todo o país, “com análises e informações sobre eventos políticos, econômicos e sociais”. Uma edição experimental da publicação foi lançada em janeiro de 2001, com a cobertura do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre. Já o número zero da publicação só veio a ser lançado meses depois, em abril do mesmo ano, “e, devido ao sucesso junto aos movimentos sociais brasileiros, tornou-se periódica ainda em setembro”. Atualmente, sua tiragem registra 20 mil exemplares mensais, tendo entre seus principais leitores os profissionais liberais de áreas como educação, economia, jornalismo, direito e sociologia; além de estudantes, sindicalistas e

³³ Informação do site da Agência Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/quemSomosMostrar.cfm?idioma_id=1>. Acesso em: 01 abr. 2013.

³⁴ Site oficial: <<http://carosamigos.terra.com.br/>>.

³⁵ Trechos da apresentação do site da revista Caros Amigos em: <<http://carosamigos.terra.com.br/>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

³⁶ Site oficial: <<http://revistaforum.com.br/>>.

ativistas políticos. A *Revista Fórum* também possui em seu projeto “um Conselho Editorial formado por representantes de diferentes segmentos da sociedade civil brasileira”³⁷.

Como um dos mais importantes projetos de comunicação do campo político popular (que envolvem organizações de esquerda e movimentos sociais, como o MST) do último período, o jornal *Brasil de Fato*³⁸ foi lançado em 2003, como uma experiência de mídia impressa construída pelos movimentos sociais, sindicatos, jornalistas, intelectuais e militantes de esquerda que acreditaram na importância de ter um veículo próprio de informação, unitário entre esses coletivos e pessoas. Também que levasse ao povo os fatos e acontecimentos da classe trabalhadora e daqueles que estão construindo alternativas ao atual sistema social (capitalismo), construindo formas e ações que buscam transformá-lo. No projeto editorial do *Brasil de Fato* fica explícito o propósito de sua criação:

Na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental. E é com essa concepção que o MST, em consonância com outros movimentos sociais, como a Via Campesina, a Consulta Popular, as pastorais sociais, criaram o jornal Brasil de Fato – um jornal político, de circulação nacional, para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país. Portanto, o Brasil de Fato é o resultado das aspirações de milhares de lutadores de movimentos populares, intelectuais de esquerda, sindicatos, jornalistas e artistas que se uniram para formar uma ampla rede nacional e internacional de colaboradores. (Projeto editorial do jornal Brasil de Fato, 2002).

A convocação para a construção do jornal partiu do MST, a partir de uma leitura conjuntural de que, naquele momento, ocorria uma ofensiva de criminalização dos movimentos sociais, em especial contra os sem-terra, por parte do governo federal da época – mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) –, da grande mídia comercial e de setores políticos e econômicos dominantes no país.

Fortalecia-se dentro do MST e dos demais movimentos envolvidos com a construção de um programa político chamado de “Projeto Popular para o Brasil”, a compreensão de que era necessário construir

³⁷ Informações do site da revista <<http://revistaforum.com.br/sobre-a-revista/>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

³⁸ Site oficial: <<http://www.brasildefato.com.br>>.

um meio de comunicação próprio, de massas, que atingisse a sociedade de forma ampla e fosse um canal aberto para os movimentos sociais colocarem suas reivindicações, além de fazer a disputa de hegemonia ao promover a elevação do nível de consciência da população. (MOURA, 2009).

Ao longo dos mais de dez anos do jornal diversas crises financeiras, políticas e editoriais ocorreram. Dentro disso, alguns propósitos iniciais foram alterados, como o de ser um jornal de massas, que acabou tornando-se um jornal para militantes, tanto em conteúdo quanto linguagem. Os temas abordados perpassam pelo próprio slogan do jornal: “Uma visão popular do Brasil e do mundo”. De acordo com o pesquisador Daniel Barbosa Cassol, em sua dissertação “Brasil de Fato: A imprensa popular alternativa em tempos de crise” (2010), estão entre as manchetes do jornal assuntos sobre os movimentos sociais – suas mobilizações e posicionamentos –; governos – análises e críticas –; e lutas sociais – reforma agrária, luta contra o agronegócio, refundação da esquerda, questão indígena, entre outros. Na editoria internacional, as manchetes de capa costumam ser sobre a América Latina, que “aparece personificada na figura de seus presidentes, sejam eles do campo popular (especialmente Hugo Chávez, da Venezuela, Evo Morales, da Bolívia, Rafael Correa, do Equador, e Fernando Lugo, do Paraguai) ou alinhados aos Estados Unidos” (CASSOL, 2010, p. 114).

Além do jornal impresso nacional, a iniciativa dos movimentos sociais que constroem o *Brasil de Fato* comportou outro projeto em paralelo, a *Radioagência NP*, um dos objetos empíricos desta pesquisa. Ademais, outras iniciativas de comunicação estão em curso, como a página da internet do jornal, que busca subsidiar com notícias diárias os leitores. Também a criação, em 2013, de jornais tabloides locais do *Brasil de Fato*, que trazem entre suas experiências pioneiras as edições do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo. Estes impressos possuem o nome *Brasil de Fato* acrescido da designação da cidade ou estado em que é produzido e veiculado. A sua circulação é gratuita, semanal, com tiragem variável entre 20 mil e 100 mil exemplares e sua distribuição é feita em terminais de ônibus, estações de metrô e pontos de grande passagem de pessoas, tendo como público alvo trabalhadores, jovens, estudantes, grupos culturais e sociedade no geral.

Para o professor da USP, Dennis de Oliveira, experiências alternativas como essas refletem uma preocupação muito maior com o exercício do jornalismo pensado

em seu modelo ideal, que seria o de “fomentar o debate político de temas de interesse público, livre de interesses mercadológicos e do Estado, com uma preocupação de levar o debate e criar uma esfera pública”. Oliveira ainda lembra, como um exemplo dessa afirmação, que em diversas mídias alternativas da América Latina uma pauta que se sobressai nas notícias é a de direitos humanos, justamente por considerar a busca pela democracia e pelo respeito aos direitos essenciais da sociedade.

CAPÍTULO 2

Alternativas latino-americanas e o jornalismo internacional: o encontro do rádio com a agência

Os meios de comunicação passam por grandes mudanças em função das novas plataformas e culturas desencadeadas pelo virtual. O rádio não fica de fora dessa onda de transformações. Através da rede digital de computadores, milhões de emissores individuais ou coletivos passam da recepção à emissão de conteúdos, através de blogs, *podcasts*, *videologs*, galerias de fotos, postagens em redes sociais, entre outros. Essa espécie de “empoderamento” proporcionado pela internet impulsiona os receptores a reivindicarem a interação e a participação nas mídias convencionais. Assim, o pensamento de Bertolt Brecht sobre o rádio voltou à plena evidência em um período marcado pelo alcance global e amplo da internet.

A interatividade proposta e debatida por Brecht em sua “Teoria do Rádio”, de 1932, ganha força em tempos de rede difusa de emissão e recepção da internet. Se antes a participação dos ouvintes como produtores de comunicação era tida como utópica, agora ela se manifesta pela web sem planejamento prévio dos detentores dos meios de comunicação tradicionais, apesar de ainda encontrar limitações. O teórico defendia o caráter e a prática da comunicação como uma via de mão dupla – contraposta ao envio unidirecional de mensagens – “isto é, seria se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber; portanto, se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele” (BRECHT, 2005, p. 35). Logo, através da participação democrática, a vida pública seria potencializada.

Além desta, outra discussão proposta por Brecht, que se deparava com a construção de rádios por operários na Alemanha da década de 1930, era a possibilidade de uso do meio radiofônico para a transformação da sociedade.

Qualquer campanha com um programa claro, portanto, qualquer campanha que se encaixe realmente na realidade, que tenha por objetivo modificar a realidade, mesmo que seja em assuntos da mais modesta importância, como, por exemplo, apropriar-se de obras públicas, asseguraria à radiodifusão uma eficácia muito distinta, incomparavelmente mais profunda, e lhe conferiria uma importância social muito distinta da sua atual postura puramente decorativa. (2005, p. 43).

Com um tom vinculado às ideias socialistas, Brecht (2005) defendia que “mediante ingerências contínuas, incessantes, para a melhor utilização dos aparatos no interesse da comunidade, temos que estremecer a base social de tais aparatos, discutir seu emprego no interesse dos menos privilegiados” (p. 45). Nessa linha de pensamento, pode-se dizer que a ocorrência de diversos usos do rádio para alternativas ao modelo social em vigência são formas de questionar o poder, como disse o teórico, “para a propagação e formação dessa *outra* ordem” (2005, p. 45).

Com base nesta reflexão geradora, neste capítulo, é discutida a relação entre rádio e editoria internacional. Este ponto tem a finalidade de compreender as agências de notícias como referências na circulação mundial de informação – e, conseqüente desequilíbrio internacional nesses termos – e sua relação com o conteúdo noticioso dos países latino-americanos. Nessa linha de pensamento, pode ser resgatada ainda a subversão disso, com uma *outra* proposta de circulação mundial de conteúdos midiáticos, a partir da ideia da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), formulada dentro da Unesco. A interface com o rádio brasileiro em relação às notícias internacionais também é trabalhada nesta seção da pesquisa.

Em paralelo, este capítulo discute o conjunto de experiências do rádio alternativo latino-americano. Para isso, parte-se da abordagem histórica de que, na América Latina, o rádio foi um importante meio para manifestação de setores da sociedade contrários ao modelo dominante, seja na política, economia, cultura ou na própria gestão dos meios de comunicação. E que estas iniciativas se manifestaram através de contextos de greves operárias, revoluções políticas, na busca pela liberdade de expressão e por maior participação cidadã. Assim, atualmente, com os avanços tecnológicos e mudanças culturais e comunicacionais advindos da internet, novas formas desse rádio alternativo se manifestam.

A partir desse duplo panorama, o capítulo finaliza-se tratando das novas formas possíveis de radiojornalismo no contexto da internet, que se demonstram com as WebRádios e pela veiculação de conteúdos através de arquivos de áudio, como os *podcasts*. Com isso, chega-se à abordagem de uma expressão vinculada ao rádio alternativo em tempos digitais, que seriam as radioagências de notícias.

2.1. A América Latina na mídia: rádio e agências de notícias

A necessidade de criação de ordens mais igualitárias e democráticas na sociedade e nas relações entre os países, construindo pontes de diálogo e de referências entre o local (as comunidades e os indivíduos) e o global (as outras nações), são questões caras aos meios de comunicação. Ainda nas décadas de 1970 e 1980 essa problemática foi central na formulação do que ficou conhecida como Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), dentro do Relatório MacBride, feito por comissão da UNESCO (1983) e considerado o mais importante documento sobre a democratização da comunicação.

O relatório ficou marcado por um conjunto de onze metas estratégicas na busca pela igualdade informacional entre as nações e no interior destas: (1) fim dos desequilíbrios e desigualdades na comunicação; (2) eliminação dos monopólios e da excessiva concentração de meios; (3) remoção de obstáculos para o livre fluxo e a equilibrada disseminação das ideias e informações; (4) pluralidade de fontes e canais de informação; (5) liberdade de imprensa e de informação, assim como para os jornalistas e demais profissionais da comunicação; (6) correspondência entre liberdade e responsabilidade; (7) melhorias comunicacionais dos países em desenvolvimento, especialmente através da aquisição de equipamentos próprios; (8) capacitação de pessoal e recuperação da infraestrutura, bem como sintonia dos meios de comunicação com as aspirações e necessidades dos povos; (9) compromisso dos países desenvolvidos no apoio aos demais para o alcance desses objetivos; (10) respeito à identidade cultural de cada povo e aos direitos de cada nação quanto a seus interesses, valores e aspirações; (11) respeito aos direitos de todos os povos para participar de intercâmbios de informação (UNESCO, 1983).

Porém, em meio ao contexto da Guerra Fria, as propostas e estratégias levantadas para reverter o desequilíbrio do fluxo informativo e comunicacional no mundo não foram aplicadas, como aponta o professor da UnB, Venício A. de Lima (2008), em artigo sobre a NOMIC para o Observatório da Imprensa:

É desnecessário lembrar que o Relatório e a Unesco enfrentaram fortíssima oposição dos conglomerados globais de mídia e dos países hegemônicos. No auge da onda neoliberal, em clima de "guerra fria" e sob a liderança de Ronald Reagan [presidente norte-americano] e Margaret Thatcher [primeira-ministra britânica], foi lançada uma ofensiva mundial a favor do "livre fluxo da informação", bandeira com "poder de fogo" equivalente ao princípio da liberdade de imprensa. Correndo o risco de simplificação demasiada, a batalha foi "vencida" quando tanto os Estados Unidos (1984) como a Inglaterra (1985), alegando a politização do debate, se desligaram da Unesco. A partir daí, o apoio da própria Unesco à Nomic foi minguando progressivamente e a discussão institucionalizada do desequilíbrio no fluxo de informações Norte-Sul foi sendo oficialmente deslocada para o âmbito do GATT (Tratado Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio), mais tarde transformado em OMC (Organização Mundial do Comércio).

Assim, mais de 30 anos depois, os dilemas enfrentados na comunicação no interior dos países e nas relações internacionais mantêm-se em voga. Apesar dos avanços quanto à participação de mais atores sociais na produção comunicacional através da internet e outras tecnologias, o desequilíbrio informacional permanece, como retomou o pesquisador da área Pedro Aguiar (2008b), pouco tempo após o 25º aniversário de lançamento do Relatório MacBride:

Ainda que sejam necessárias novas pesquisas quantitativas para fundamentar a crítica, sabe-se, empiricamente, que a situação de desigualdade e mercantilização das notícias permanece. Simplesmente o tema saiu da pauta política internacional, pelo menos com esta abordagem. Os interesses diplomáticos deixaram de focar a democratização da produção e circulação das informações para se concentrar no "acesso", na universalização da recepção da informação – que, a rigor, continua "dominada" – por meio de incentivos à aquisição de equipamentos pessoais de comunicação (de computadores a celulares), à informatização de serviços públicos, principalmente na educação, entre outras iniciativas. (p. 63).

Vale ressaltar, no entanto, que mudanças com aspirações democratizantes vêm ocorrendo em determinadas nações, como com a revisão de leis que regulam o setor de comunicações em países latino-americanos, a exemplo da Argentina, Venezuela e Equador – ainda que contenham suas contradições (MORAES, 2009).

A partir dessa contextualização, toma-se o caso da mídia radiofônica para a análise nesta dissertação. A cobertura para assuntos internacionais no rádio já nasce com o estabelecimento dos fluxos das informações entre diversos países e continentes.

Algumas das primeiras experiências de radiojornalismo que foram ao ar ocorreram na Holanda, em 1919, com um boletim informativo, e nos anos de 1920 na Inglaterra, com a criação da *BBC (British Broadcasting Corporation)*, como aponta o jornalista e professor, João Batista Natali (2004, p. 26).

No Brasil, um marco na transmissão de notícias internacionais no meio radiofônico é o Repórter Esso, que surgiu em 1941, tendo uma de suas importantes coberturas a da Segunda Guerra Mundial. As edições diárias deste programa contavam com notícias nacionais e internacionais, sendo que estas últimas eram fornecidas pela agência estadunidense *United Press International (UPI)*, que foi criada em 1907.

Foi pelo Repórter Esso que o nazi-fascismo foi percebido consensualmente no Brasil como uma ideologia do mal. A UPI estava mergulhada na lógica da democracia e previsivelmente enxergava a Guerra pelo ângulo ideológico dos aliados. A "torcida" do Repórter Esso contra o Eixo tornou-se mais evidente a partir do momento em que soldados brasileiros passaram a combater como coadjuvantes dos grandes beligerantes em solo italiano. (NATALI, 2004, p. 26-27).

Segundo a professora e pesquisadora da UFSC, Valci Regina Mousquer Zucoloto, no livro “No ar – A história da notícia de rádio no Brasil” (2012), o Repórter Esso “é implantado principalmente sob a justificativa de trazer mais rapidamente as notícias da Segunda Guerra Mundial”, com o “padrão radiofônico e jornalístico dos Estados Unidos” (p. 29).

Foi nesse período, considerado a “época de ouro” do rádio, que as grandes agências de notícia e de publicidade internacionais chegaram ao Brasil, em meio a um processo de efervescência política e cultural e crescimento econômico, industrial e da urbanização. Os anos de 1940 também foram marcados pela instalação do “Birô Interamericano” no Brasil, “como parte da política do então presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, de estreitar os laços econômicos e culturais com os países latino-americanos, divulgando o estilo norte-americano e, conseqüentemente, o consumo de seus produtos” (ZUCOLOTO, 2012, p. 74); que fazia parte da conhecida “política da boa vizinhança” e de difusão do “*american way of life*”. Com a entrada das agências publicitárias internacionais, o modelo comercial na radiodifusão brasileira se estabeleceu. Além disso, a grande presença e influência das agências internacionais de notícias construíram o formato e o conteúdo do jornalismo de rádio brasileiro:

O radiojornalismo que começa a se consolidar nesta fase tem como principal, quase exclusiva, fonte de informações as agências de notícias. Estas influenciam e ditam os rumos ao jornalismo praticado no Brasil, especialmente o do rádio, tanto no formato quanto no conteúdo. É que estas agências constituíam-se em verdadeiros instrumentos de afirmação dos países centrais, as potências como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, sobre as nações menos desenvolvidas e dependentes política, econômica e culturalmente. (ZUCOLOTO, 2012, p. 79).

Atualmente, a presença de notícias internacionais no rádio acontece de forma sistemática nas emissoras brasileiras, contando também com a atuação de agências de notícias que produzem e disponibilizam materiais de áudio para seus assinantes.

As agências são grupos especializados na seleção e coleta de informações de interesse jornalístico para elaboração de notícias, posteriormente distribuídas a veículos de mídia assinantes, que passam a ter direito à utilização e reprodução do material. Quanto aos tipos de agências de notícias, Aguiar (2011) emprega uma divisão em três grupos: as privadas ou comerciais, tendo a informação como mercadoria que visa o lucro; as estatais ou públicas, com atuação marcada por ser uma espécie de “assessoria de imprensa de governos”, sendo a informação algo estratégico na política nacional; e as de terceiro setor e alternativas, que trabalham na lógica da informação como contra-hegemonia, pertencentes a ONGs e movimentos sociais.

O surgimento das agências de notícias data do século XIX, com a criação na França da *Agence Havas*, em 1835, tornando-se depois *Agence France Press (AFP)*. No mesmo período, surgiram a inglesa *Reuters*, em 1851, e a alemã *Wolffsches Telegraphenbüro (Wolff)* – que gerou a *Deutsche Presse-Agentur (DPA)* –, em 1849. Nos Estados Unidos, foi criada em 1846 a *Associated Press (AP)*. Surgidas no capitalismo, essas agências forneciam como produto, informações e notícias de um país para outro, com o uso de avanços tecnológicos em comunicação e transporte – telégrafos e ampliação de ferrovias –, proporcionados pela Revolução Industrial (anteriormente, eram utilizadas outras formas de envio, como correios e pombos-correio). O monopólio dessas agências e sua visão ocidental do mundo só foram quebrados em 1918, com a criação da agência soviética *ROSTA*, depois substituída pela *TASS*.

Nas demais regiões do globo, o jornalismo de agências trilhou uma trajetória mais tímida, ganhando força apenas nas décadas de 1960 e 1970. Em especial na América Latina, o surgimento desses veículos ficou voltado para o próprio país, sem ter um caráter internacional como o das transnacionais do setor. Isso se deve à falta de tecnologia e ao preço competitivo empregado pelas grandes da Europa e dos Estados Unidos. A construção das agências nacionais nos demais continentes também esteve atrelada a uma política de Estado, com uma regulamentação que lhes garantia exclusividade na assinatura e distribuição das informações das agências transnacionais, atuando como uma espécie de *gatekeeper*, um filtro capaz de selecionar o que viria a ser publicado de informações do próprio país ou das demais nações em seus noticiários.

Nos países em desenvolvimento, portanto, o jornalismo de agências foi desenvolvido como uma espécie de resposta às frustrações com a cobertura feita pelas agências do “Norte” (incluindo aí não só as potências ocidentais, mas também a URSS) e com um acentuado papel político no processo de construção das identidades nacionais que se seguiu à descolonização (do pós-guerra aos anos 1980). (AGUIAR, 2008a).

No Brasil, a realidade se aproxima deste cenário de vinculação nacional das agências, com a especificidade “de não haver – e nunca ter havido – um mercado nacional expressivo de agências de notícias” (AGUIAR, 2008a). Além das mídias ligadas ao Estado brasileiro, as agências comerciais acabaram atuando como reprodutoras, “agenciadoras”, dos conteúdos produzidos por outros veículos do mesmo conglomerado. As mais tradicionais agências brasileiras são ligadas a grandes grupos de comunicação: *AJB (Agência Jornal do Brasil)*, *Agência Estado*, *Agência O Globo* e *Folhapress* (como é denominada hoje a antiga *Agência Folha*) (MARQUES, 2005, p. 20); além da pública *Agência Brasil*.

Contudo, nenhuma agência brasileira, ou mesmo latino-americana, encontra-se entre as maiores do mundo, em número de clientes e em volume de texto transmitido. Na lista das dez grandes do setor, atualmente estão: a inglesa *Reuters*; as norte-americanas *AP* e *Bloomberg*; a francesa *AFP*; a espanhola *EFE*; a italiana *ANSA*; a alemã *DPA*; a russa *ITAR-TASS*; a japonesa *Kyodo*; e a chinesa *Xinhua* (AGUIAR, 2008b, p. 24).

A predominância dos discursos provenientes das grandes agências internacionais criou uma hegemonia mundial por parte destas, provocando o que o comunicólogo chileno Fernando Reyes Matta (1980) chamou de “ofuscamento informativo da América Latina”. Nessa pesquisa, que contou com a análise de 16 jornais em 14 países da região, o pesquisador aponta que, independente dos avanços tecnológicos e de formulações teóricas, a América Latina era refém de uma situação de dependência da informação internacional produzidas por agências transnacionais de notícias.

Por meio das agências de notícias e da exportação de produtos da indústria cultural, além da inversão direta de recursos em meios de comunicação da América Latina, se difundiam a visão de mundo e o modo de vida dos Estados Unidos e de países europeus, o que caracteriza uma forma de dominação cultural, ao mesmo tempo em que impedia a circulação mundial da informação proveniente de fontes latinas, africanas e asiáticas e até mesmo entre os países dessas regiões. (PERUZZO, 2013).

Do ponto de vista tecnológico, as agências iniciaram, ainda no século XIX, com a transmissão de mensagens de telégrafo através de cabos terrestres e submarinos (codificadas no sistema Morse); passaram por teletipos (telegrafia automatizada), nas décadas de 1930 e 1950; e máquinas de telex, nos anos de 1960; chegando a sistemas remotos de transmissão eletrônica de dados por meio de redes informatizadas, a partir da década de 1990. Atualmente, os clientes acessam o material disponível num servidor remoto, via internet, e podem descarregá-lo, fazendo o *download*, para uso no sistema interno da redação. Essas mudanças foram efetivadas “sempre no sentido de acelerar cada vez mais o processo, reduzindo ao mínimo o tempo entre a redação do texto e sua chegada ao cliente” (AGUIAR, 2008b, p. 25-26).

Voltadas para um meio específico, as radioagências de notícias procuram adequar a sua produção noticiosa para o público-ouvinte específico – emissoras de rádio – e de acordo com a linguagem e suporte (áudio) próprios. Pode-se apontar que, cada vez mais, esta fonte de informação vem ocupando espaço nas grades de programação das emissoras radiofônicas, em especial as de cidades do interior.

A falta de jornalistas próprios resulta numa ampla possibilidade de inserção gratuita de notícias nas emissoras. Este fenômeno, sob o qual desejamos nos concentrar, propicia a proliferação de um gênero de serviço de comunicação institucional, denominado agência

rádiofônica de notícias ou, como preferimos, radioagência das fontes: estruturas para a produção e difusão de rádio releases. Cientes das carências das emissoras, as fontes fornecem textos e rádioreportagens prontas para a divulgação. Para a rádio, isso elimina a necessidade de um jornalista para redigir, narrar ou editar. As emissoras recebem as reportagens, entrevistas com personalidades, boletins radiofônicos ou mesmo cobertura completa de um determinado evento. Tudo, a partir do ponto de vista de um determinado ator social, de uma fonte, neste caso, visto pela agência enquanto um cliente. (SANT'ANNA, 2008, p. 80).

Mesmo as grandes emissoras de rádio recorrem ao expediente das radioagências de notícias, ou de emissoras de rádio que oferecem esse tipo de serviço. Notadamente, isso ocorre na editoria internacional, como é o caso da CBN, que em tempo mais recentes tem parceria com “a BBC Brasil, FRI Português (Rádio France no Brasil) e Rádio ONU”, sendo que, em períodos anteriores, “a emissora mantinha acordos de cooperação com a Rádio Rússia Internacional, Rádio França Internacional, Rádio Suíça Internacional, BBC de Londres e A Voz da América, dos Estados Unidos” (LOPEZ, 2011).

Retomando a divisão de Aguiar (2011) quanto aos tipos de agências, é possível levantar como exemplos de radioagências de notícias: a *Agência Radioweb*, do modelo comercial; a *Radioagência Nacional*, parte da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), como pública; e a *Radioagência NP* e *Agência Pulsar Brasil*, objetos empíricos desta pesquisa, no campo das alternativas.

Outro assunto pertinente ao tratamento das notícias estrangeiras pelo jornalismo brasileiro é quanto à escolha de temas de acordo com os países. Nota-se que nos grandes grupos empresariais da comunicação, e de certa maneira nos reprodutores de seu conteúdo, ocorre uma predominância de temas ligados aos Estados Unidos e países europeus. Como efeito contraposto, aparece uma certa “solidão” da América Latina no noticiário (que pode ser estendida a países da África, Ásia e outras regiões que não fazem parte do polo dominante mundial). Em sua dissertação de mestrado na ECA USP, o pesquisador Alexandre Barbosa (2005) concluiu – a partir de entrevistas realizadas com editores do caderno de internacional de diversos veículos brasileiros – que os temas sobre os países latino-americanos quase não possuem “valor-notícia” – quando a notícia é pensada em termos de mercadoria –, pois esses temas “não vendem jornal”. A estes

assuntos são destinados “espaços reduzidos, ausência de correspondentes e uso de material das agências internacionais, sediadas nos EUA e na Europa” (p. 35).

Um dos fatores que podem auxiliar na compreensão deste quadro é o fato das agências internacionais priorizarem a produção de materiais dos seus países de origem. Ainda vale ressaltar que, quando estas agências produzem notícias sobre outras nações, elas são interpretadas de acordo com a sua própria ótica empresarial e dos países centrais no sistema capitalista. Outro fator que aponta na compreensão da predominância de notícias da Europa e dos Estados Unidos na grande mídia é apresentado por Barbosa (recuperando proposições da professora e pesquisadora da USP, Maria Nazareth Ferreira) como sendo:

As condições impostas pelo neoliberalismo e a ideologia capitalista dos meios de comunicação também são fatores que explicam as falhas de cobertura internacional: regiões que não têm interesse comercial não são notícia. O jornalismo, como mecanismo de troca de informações, nasce das notícias ligadas ao comércio. Onde havia trocas comerciais se estabelecia um veículo de comunicação. Houve também o uso destes veículos como canal de ideologias políticas, porém permaneceram vivos e cresceram os que souberam aliar a veiculação da ideologia com a obtenção de lucros por meio de anúncios. Essa essência é mantida até hoje. (2005, p. 36).

Portanto, pensar em termos da cobertura sobre a América Latina na imprensa é recorrer ao mesmo entendimento de contra-hegemonia trabalhado na caracterização da comunicação alternativa. O próprio uso do termo “América Latina” pelas experiências alternativas e populares em sua linha editorial e em seu conteúdo seria uma forma de reforçar essa negação ao modelo dominante de sociedade e de mídia, que geopoliticamente se contrapõem ao ideário norte-americano e europeu, como lembra o professor da ECA USP, Dennis de Oliveira³⁹.

Esse é o caso das radioagências de notícias alternativas estudadas nesta pesquisa (*Radioagência NP* e *Agencia Pulsar Brasil*). Elas trazem enquanto objetivo de sua linha editorial o enfoque em notícias internacionais dos países latino-americanos. Isso, por entender esses temas como concernentes aos tratados por movimentos sociais, grupos

³⁹ Entrevista concedida à autora por Dennis de Oliveira, no dia 27 de março de 2013. Áudio completo em anexo.

políticos e da classe trabalhadora organizada da região, que são os sujeitos que estes veículos pretendem representar em seu conteúdo.

Torna-se pertinente, ainda, nessa discussão do radiojornalismo, refletir que, de fato, as pessoas se envolvem com discursos mais próximos das suas experiências concretas de vida. Nesse âmbito, estão forjados os imaginários sociais e sobre eles se reproduzem as condições materiais da existência pessoal. O rádio – sob a ótica de um espaço de produção e mediação de cultura – tem a potencialidade de trazer um universo simbólico distante – de informações sobre outros países – para um diálogo próximo ao do ouvinte em seu contexto regional. Desde que baseado na interatividade e na construção compartilhada de universos simbólicos comuns entre os diversos atores do processo comunicativo.

Nessa linha, a professora da Escola de Comunicações e Artes da USP, Gisela Ortriwano, no texto “Rádio: interatividade entre rosas e espinhos” (1998), resgata ideias de Ricardo M. Haye⁴⁰ ao abordar que é importante pensar o rádio enquanto uma “experiência cultural”, em que se pode tanto transmitir conteúdos que possibilitam transformar atitudes (ou impor atitudes quando possui fins de manipulação); como também pode abrir um espaço de diálogo de experiências em uma *prática significativa*, em que emissores e receptores passem a adquirir papéis produtivos na elaboração de um entendimento comum das mensagens.

Assim, o rádio, enquanto um meio com grande potencial de penetração e alcance de distintos públicos na sociedade brasileira – em especial nas camadas populares –, tem papel importante no trabalho com notícias internacionais que possibilitem um reconhecimento e uma valorização dos povos latino-americanos, bem como dos brasileiros em sua relação com as distintas nações do mundo.

2.2. O rádio alternativo latino-americano

No rádio, analisado a partir de uma perspectiva latino-americana e sob a influência do pensamento de Antonio Gramsci e dos Estudos Culturais (como de

⁴⁰ HAYE, Ricardo M. **Hacia una nueva radio**. Buenos Aires, Paidós, 1995, p. 28-29 *apud* ORTRIWANO (1998).

Raymond Willians), o pesquisador da Universidade de Buenos Aires, Adrián Pulleiro (2012), assinala que as experiências alternativas têm seu surgimento e atuação marcados pelas necessidades comunicacionais dos setores populares. Além de serem iniciativas com objetivos que ultrapassam a sua própria existência, vinculando-se a projetos de transformação social e construção de sociedades mais justas e democráticas. O autor aborda a comunicação alternativa no rádio pelos “modos de fazer” e “visões de mundo próprias” das classes subalternas, que acabam por produzir um discurso “contrainformacional”.

Pensar a comunicação alternativa em função desse tipo de discurso “contrainformacional” remete à disputa cotidiana em relação aos sentidos que circulam socialmente e, especificamente, à contenda por instalar uma agenda temática de acordo com os objetivos e necessidades conjunturais dos setores subalternos e suas organizações. Do mesmo modo, isso implica em visualizar esses processos comunicacionais como processos que assumem uma posição de enfrentamento, não só com o discurso dominante (seus valores, seus estereótipos e suas operações de naturalização), mas também com a institucionalidade dominante em seu conjunto, a partir da qual se impõem determinadas relações comunicacionais. (PULLEIRO, 2012, p. 25-26). (tradução nossa)⁴¹.

Entre as rádios alternativas surgidas na América Latina, uma periodização utilizada é a que tem início marcado pelas experiências pioneiras de educação pelas rádios católicas e daquelas dos mineiros bolivianos, em meados da década de 1940, e que vai até o auge das lutas populares dos anos de 1960 e 1970, sendo encerradas pela implementação de ditaduras militares em muitos países da região. Um segundo momento é o da transição para uma abertura democrática nessas nações, por volta da década de 1980, que é a fase dos meios setoriais e comunitários. Já o terceiro período se refere ao final dos anos 1990, que, com a dissolução do bloco socialista no mundo, abre-se para novas formas de crítica ao modelo neoliberal capitalista e pela busca por atuação massiva das rádios alternativas cidadãos (*Ibidem*, 2012). Por fim, acrescenta-se o

⁴¹ Pensar la comunicación alternativa en función de ese tipo de discurso “contrainformacional” remite a la disputa cotidiana en relación con los sentidos que circulan socialmente y, específicamente, a la contienda por instalar una agenda temática acorde a los objetivos y necesidades coyunturales de los sectores subalternos y sus organizaciones. A su vez, ello implica a visualizar a estos procesos comunicacionales como procesos que asumen una posición de enfrentamiento, no sólo con el discurso dominante (sus valoraciones, sus estereotipos y sus operaciones de naturalización), sino con la institucionalidad dominante en su conjunto desde la cual se imponen determinadas relaciones comunicacionales. (PULLEIRO, 2012, p. 25-26).

atual movimento de utilização do espaço da internet para transmissão de materiais radiofônicos, seja através de RadioWebs ou de arquivos de notícias e programas radiojornalísticos por plataformas digitais, que também têm expressão entre os alternativos.

Dando início a esse histórico, a primeira movimentação alternativa na radiodifusão foi a de educação popular impulsionada por setores da Igreja Católica, com início em 1947 na *Radio Sutatenza*, povoado na província de Boyacá, interior da Colômbia. Nesse caso, o rádio foi utilizado para enfrentar o analfabetismo, sob uma ótica que tratava o problema da educação atrelado à pobreza dos camponeses, avançando em processos de alfabetização e de evangelização. A partir dessa experiência, seguiram-se projetos como a *Radio Santa María*, fundada na República Dominicana, em 1956; *Radio Pío XII*, de 1959, na Bolívia; *Radio Huayacocotla*, no México, em 1965; a rede de *Escuelas Radiofónicas* da Bolívia, surgidas em 1967; o *Instituto de Cultura Popular* da Argentina, em 1969; o *Instituto Costarricense de Enseñanza Radiofónica*, de 1973, na Costa Rica; entre outros. Várias dessas emissoras participaram da construção da Associação Latino-americana de Educação Radiofônica (ALER), em 1972 (PULLEIRO, 2012).

Estas possuíam finalidade educacional e de impulsionar o desenvolvimento nas regiões em que emitiam seu sinal. Ainda no bojo dessas experiências, uma influência marcante veio do Concílio Vaticano II, realizado em Roma (Itália), em 1962 e 1965, que “havia proclamado a liberdade das creças religiosas” (FOX, 1989, p. 44) (tradução nossa)⁴². Além da Conferência dos Bispos Latino-americanos em Medellín, Colômbia, que, em 1968, anunciou a opção preferencial pelos pobres na Igreja Católica e forneceu uma série de elementos de sustentação da Teologia da Libertação. Esta foi uma expressão cultural, política e espiritual dos setores católicos alinhados ao povo pobre, com a conjunção entre cristianismo e marxismo.

Nesse contexto, é importante destacar as formulações de educação libertadora construídas por Paulo Freire, importante educador brasileiro, que confluem nas experiências educativas através do rádio. No método freireano, o processo educativo está associado à tomada de consciência crítica do educando sobre sua condição social e

⁴² había proclamado la libertad de las creencias religiosas (FOX, 1989, p. 44).

identidade, apontando para um projeto de emancipação coletiva e transformação social; o que se tornou conhecido como “educação popular” (FREIRE, 2005).

Dessa vocação educativa inicial das rádios alternativas, boa parte dessas experiências passou a deixar em segundo plano as atividades educacionais e começou a atuar de maneira prioritária na formação de consciência política, organização e mobilização de seus construtores e ouvintes dos setores populares. Havia ali a influência de um contexto global de movimentos de libertação nacional e revolucionários dos anos de 1960. E, “como parte dessas mudanças em seus objetivos e práticas, essas rádios educativas passam a se definirem como *rádios populares*” (PULLEIRO, 2012, p. 38) (tradução nossa)⁴³.

Dois exemplos dessa mudança são a *Radio Pioneira*, do Brasil, e a *Radio Voz de la Selva*, do Peru. A primeira ocorreu no estado brasileiro do Piauí, fundada em 1962 pelo Movimento de Educação de Base, que era um programa impulsionado pela Igreja Católica para alfabetização e educação de setores populares urbanos e rurais, com inspiração na pedagogia de Paulo Freire. Com o golpe militar de 1964, a rádio passou a ocupar papel de resistência ao regime ditatorial, com uma programação voltada ao jornalismo, com programas de utilidade pública, espaços de debate e de promoção da cultura popular, contando com a participação do público. Já a experiência peruana foi implantada em 1972, no município de Iquitos, na selva amazônica. Baseava-se em uma proposta que atrelava a educação libertadora com bases cristãs à valorização da cultura indígena e de formação de consciência crítica sobre as desigualdades sociais e econômicas da região.

Outra grande vertente desse primeiro período, que também passa pelo uso do rádio em processos políticos de resistência e reivindicação social, tem como exemplo as rádios protagonizadas por trabalhadores da mineração da Bolívia.

As Rádios Mineiras eram propriedade dos trabalhadores da mineração e eram financiadas por suas contribuições. As rádios se multiplicaram como fungos depois da Revolução Boliviana de 1952, quando o governo nacionalizou as minas, reformou o regime de propriedade de terras e concedeu o voto universal. Quando se produziu na Bolívia o golpe militar de 1980, as vinte e três Rádios Mineiras construíram uma “cadeia da democracia”. Cinco dias depois de que o exército

⁴³ como parte de esos cambios en sus objetivos y en sus prácticas, esas radios educativas pasarán a definirse como *radios populares* (PULLEIRO, 2012, p. 38)

tivesse se apoderado do resto do país, as Rádios Mineiras seguiam transmitindo e emitiram mensagens contra o golpe, até que os militares derrotaram as comunidades mineiras e capturaram suas emissoras radiofônicas (LOZADA y KUNCAR, 1983, apud FOX, 1989, p. 44) (tradução nossa)⁴⁴.

As rádios mineiras bolivianas aconteceram em uma situação histórica de intensa organização, mobilização e lutas dos trabalhadores do país, que necessitavam de meios de comunicação para estruturar e expandir seu movimento. Ou seja, a mídia alternativa acompanhou o movimento da luta dos setores populares nos enfrentamentos sociais, na disputa por hegemonia com a classe dominante (FESTA, 1986).

Tendo os primeiros ensaios de transmissão radiofônica nos anos de 1940, os mineiros bolivianos tiveram sua primeira experiência regular a partir de 1952, com *La Voz del Minero*. Em 1963, já eram 23 emissoras em funcionamento nos principais distritos de mineração do país. Todas eram de propriedade dos sindicatos, sustentadas e mantidas pelos trabalhadores, com uma programação diversa, que ia desde a cobertura de conflitos sociais e assembleias dos trabalhadores, até a transmissão de festividades religiosas, artísticas e esportivas.

Há, também, o rádio alternativo dentro de processos revolucionários guerrilheiros, como no caso de Cuba, da *Radio Rebelde*, a partir de 1958, que mostrou “a importância do rádio no combate e na sua estratégia no plano político-militar” (MACHADO et al., 1986, p. 97). O rádio foi utilizado pelos guerrilheiros como arma de contrainformação e diálogo com a população. Além da emissora cubana, houve experiências em contextos revolucionários na Nicarágua, com a *Radio Sandino*, nos anos 1970; e em El Salvador, na *Radio Venceremos* e *Radio Farabundo Martí*, nos anos 1980.

Sinteticamente, nos marcos desta tradição, o meio é considerado como uma ferramenta – entre outras – para contribuir, em um plano específico (o plano da luta ideológica) a uma práxis mais geral; ou

⁴⁴ Las Radios Mineras eran propiedad de los mineros y estaban financiadas por sus contribuciones. Las radios se multiplicaron como hongos después de la Revolución boliviana de 1952, cuando el Gobierno nacionalizó las minas, reformó el régimen de tenencia de tierras y concedió el sufragio universal. Cuando se produjo en Bolivia el golpe militar de 1980, las veintitrés Radios Mineras constituyeron una “cadena de democracia”. Cinco días después de que el ejército se hubiese apoderado del resto del país, las Radios Mineras seguían en antena, y lanzaron emisiones contra el golpe hasta que los militares derrotaron a las comunidades mineras y capturaron sus emisoras radiofónicas (LOZADA y KUNCAR, 1983, apud FOX, 1989, p. 44)

seja, desenrolar de um projeto de transformação estrutural que, por sua vez, dá sentido à experiência comunicacional. (PULLEIRO, 2012, p. 45) (tradução nossa)⁴⁵.

A segunda fase do rádio alternativo latino-americano toma forma a partir dos veículos populares, livres e comunitários da década de 1980, época de redemocratização em muitos países, após regimes ditatoriais. A leitura que surge do período é de que houve a derrota dos movimentos revolucionários dos anos 1960 e 1970, consequentemente, um fortalecimento das elites dominantes, que se impuseram através de meios coercitivos de repressão, mas também que se construíram ideologicamente pelos espaços educativos, de comunicação, entre outros. O modelo dos partidos políticos a partir de uma “teoria da vanguarda” (ou sua deformação, o “vanguardismo”) é questiona por estudiosos do período, como Simpson Grinberg (1987).

Baseada nessa visão, surgem propostas “basistas” de comunicação, organizadas por territórios e/ou setores da sociedade, que têm como foco as questões e os problemas cotidianos da população. Além disso, ressalta-se a participação dos grupos subalternos na comunicação, fazendo seu uso como meios de expressão das comunidades, não necessariamente vinculados a projetos políticos societários.

Como uma das vertentes de resposta alternativa de comunicação dos anos de 1980 estão as rádios livres, que se pautavam por uma “perspectiva inteiramente oposta ao culto da especialização e da competência” das comerciais, não buscando licenças estatais para transmissão legal de seu sinal, nem um padrão profissional radiofônico. Nas rádios livres, “as soluções coletivas de enunciação ‘atravessam’, como costuma dizer [Félix] Guattari, as especializações, para inventar um tipo novo de democracia direta, capaz de perfurar os modelos tradicionais de outorga e representação” (MACHADO et al., 1986, p. 32).

De acordo com a pesquisadora e professora da Universidade Metodista de São Paulo, Cicilia Maria Krohling Peruzzo (1999), a primeira experiência brasileira de rádio livre foi a *Rádio Paranóica*, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, de 1970 a 1971. Depois, essa emissora voltou a funcionar em 1983 e, por volta dos anos de 1990,

⁴⁵ Sintéticamente, en los marcos de esta tradición el medio es considerado como una herramienta – entre otras – para aportar, en un plano específico (el plano de la lucha ideológica) a una praxis más general; o sea al despliegue de un proyecto de cambio estructural que a su vez le da sentido a la experiencia comunicacional. (PULLEIRO, 2012, p. 45)

transmitia sob o nome de *Rádio Sempre Livre*. Nessa etapa inicial, há também o surgimento da *Rádio Globo de Criciúma* (1978), em Santa Catarina.

Outros exemplos brasileiros desse movimento de emissão radiofônica são as pioneiras de São Paulo: *Rádio Spectro* (1976), de Sorocaba; a *Rádio Pirata de Guararema* (1984); e a *Rádio Xilik* (1985). Após a inauguração desta última, se sucederam diversas rádios livres paulistas, entre elas a *Rádio Totó Ternura*, que funcionou na zona oeste da capital; a *Rádio Tereza*; a *Rádio Ítaca*; a *Molotov*; a *Ilapso*; a *Trip*; e a *Se Ligue Suplicy* (MACHADO et al., 1986).

As experiências de rádios livres surgiram, em um primeiro momento, a partir de iniciativas de jovens com interesse “em praticar a arte da radiofonia, pouco ou nada envolvidos com ‘grandes causas’”. Uma politização maior veio depois, com “emissoras mais sensíveis à questão da centralização dos meios de comunicação, bem como à problemática socioeconômica e política do país, embora continuassem preponderando o senso de ironia e a preocupação em ousar” (PERUZZO, 1999, p. 244). Muitas das rádios latino-americanas surgidas nos anos 1970 podem também ser enquadradas no modelo de “livres”, por não possuírem licença do Estado para a transmissão.

As rádios livres, mesmo que algumas possam ter sido decorrência de aventuras sem maiores pretensões políticas, são, no conjunto, um protesto contra a forma de acesso aos instrumentos massivos e uma tentativa de conquistar a liberdade de expressão a qualquer preço. Elas contribuíram para o debate sobre a estrutura dos meios de comunicação no Brasil, que também teria lugar na Assembleia Constituinte, mas nunca veio a empolgar setores representativos na sociedade nem conseguiu grandes avanços no texto da nova Lei Magna promulgada em 1988. (*Ibidem*, p. 245).

Outro modelo que surgiu em um período um pouco posterior, entre os anos de 1980 e 1990, é o das rádios comunitárias. Nesse contexto, um marco é a formação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), em 1983, no Canadá, e que passou a ter um escritório na América Latina na década de 1990, trabalhando com a ideia de meios comunitários.

O comunitário, então, estará vinculado, nestas latitudes [América Latina], à ideia de servir a uma comunidade, mas também à briga pela democratização da comunicação para democratizar a sociedade. Assim, nestas experiências, além da busca por instâncias

participativas, se dá importância à ideia de pluralidade, referida à necessidade de que a rádio seja um âmbito onde se possam expressar todos os setores sociais, políticos e religiosos, e à diversidade, no sentido de poder dar conta da multiculturalidade que caracteriza o continente, das diferenças de gênero e da variedade de escolhas sexuais. (PULLEIRO, 2012, p. 72) (tradução nossa)⁴⁶.

No Brasil, o termo “rádio comunitária” se institucionalizou em 1995, no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, de acordo com Peruzzo (1999), que destaca que o entendimento de “comunitário” era atribuído às rádios que “tendo como finalidade primordial servir à comunidade, podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e a construção da cidadania” (p. 253).

Nessa fase, na América Latina, surgem modelos como o da *FM La Tribu*, fundada por jovens universitários de Buenos Aires (Argentina); da *Rádio Favela*, de uma comunidade periférica da cidade de Belo Horizonte (Brasil); da *Radio Stereo Villa*, de jovens da periferia de Lima (Peru); e, também, as impulsionadas por grupos feministas, como a *Radio Tierra*, no Chile; e a *Radio Internacional Feminista*, na Costa Rica (PULLEIRO, 2012).

Passando para os anos 1990, a marca do rádio alternativo latino-americano torna-se a busca pela massificação, pluralidade e competitividade de público com os meios comerciais, no que pode ser chamado de “rádios cidadãos”. A década foi marcada pela implantação do modelo neoliberal na região, o que causou uma liberalização da economia, privatizações, flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas, e uma maior concentração dos meios de comunicação; em um contexto de rápidas transformações tecnológicas. Para sobreviver nesse cenário, os veículos radiofônicos populares também tiveram que se reinventar, gerando uma corrente de construção do “rádio popular massivo” (*Ibidem*).

Ganha força a busca por direitos nessas rádios, que visam disputar espaço e público com as emissoras comerciais. Já em 1996, surge um outro grupo para representá-las, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), com o

⁴⁶ Lo comunitario, entonces, estará vinculado en estas latitudes a la idea de servir a una comunidad, pero también a la pelea por la democratización de las comunicaciones para democratizar la sociedad. Así, en estas experiencias, además de la búsqueda de instancias participativas, se dará importancia a la idea de pluralidad, referida a la necesidad de que la radio sea un ámbito donde se puedan expresar todos los sectores sociales, políticos y religiosos, y a la diversidad, en el sentido de poder dar cuenta de la multiculturalidad que caracteriza al continente, de las diferencias de género y de la variedad de elecciones sexuales. (PULLEIRO, 2012, p. 72)

objetivo de “reunir as experiências de rádios comunitárias e contribuir na defesa e regulamentação do serviço, o que apenas ocorreu em 1998” (AMARANTE, 2012, p. 12). Nesse sentido, a garantia da pluralidade nos meios de comunicações se vincula com a ideia de liberdade de expressão, além da busca pelo reconhecimento legal das rádios perante o Estado. Acompanharam essa mudança de pensamento tanto a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), quanto a Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica (ALER).

Como exemplo dessa frente de luta política que se abriu em toda a região latino-americana, está a Declaração de Quito, do Festival de Radioapasionados y Televisionarios (1995), realizado em Quito, no Equador, em 1995. As diversas organizações latino-americanas construtoras do encontro afirmam no documento que:

1- A liberdade de expressão, direito fundamental e inalienável da pessoa e dos povos, se afirma sobre a justiça social e constitui a melhor garantia da democracia e da paz.

2- A sociedade civil pode e deve exercer a liberdade de expressão através de meios de comunicação próprios que lhe deem voz e imagem públicas e lhe permitam ser sujeitos de seu próprio desenvolvimento. (tradução nossa)⁴⁷.

Pulleiro (2012) destaca que as lutas específicas não anulam os objetivos societários mais gerais aos quais se vinculam os meios alternativos de comunicação, pois o “contexto socioeconômico revalidará a existência e a projeção destas rádios que seguem sendo apresentadas como portadoras de projetos que não se esgotam em si mesmos e que tentam contribuir com processos de transformação mais amplos” (p. 84). E, “o rádio alternativo será uma ferramenta para ‘consolidar a democracia’” (p. 89) (traduções nossas)⁴⁸.

Outra faceta da mudança ocorrida na década de 1990 é que a atuação dos comunicadores alternativos passa a ser para atingir a “sociedade civil”, entre sujeitos diversos com múltiplas identidades, e não apenas os setores de trabalhadores,

⁴⁷ 1- La libertad de expresión, derecho fundamental e inalienable de la persona y de los pueblos, se afirma sobre la justicia social y constituye la mejor garantía de la democracia y la paz.

2-La sociedad civil puede y debe ejercer la libertad de expresión a través de medios de comunicación propios que le den voz e imagen públicas y le permitan ser sujeto de su propio desarrollo.

⁴⁸ “contexto socio económico revalidará la existencia y la proyección de estas radios que siguen siendo presentadas como portadoras de proyectos que no se agotan en sí mismos y que intentan aportar a procesos de cambio más amplios”. E, “la radio alternativa será una herramienta para ‘consolidar la democracia’” (PULLEIRO, 2012, p. 84-89).

camponeses ou militantes. “Já não parece ser necessário construir identidades fortes e organizações sólidas” (PULLEIRO, 2012, p. 97) (tradução nossa)⁴⁹. A ideia nova passou a ser que as rádios alternativas atuassem na promoção do diálogo entre setores sociais distintos, de forma plural e sem discriminação. Um exemplo disso foi a experiência organizada pela *Radio Teocleo*, do México, no programa “Cabildo Abierto” (“Câmara de Vereadores aberta”, tradução nossa), para impulsionar o diálogo entre a população e seus representantes no Poder Legislativo.

A história conta que durante uma campanha eleitoral, a emissora abriu seus microfones aos distintos candidatos e aos órgãos municipais do estado de Veracruz, a tempo que os comprometeu a que, se assumissem o cargo, iam a ter uma conduta distinta a respeito da informação pública. No ano seguinte, a rádio definiu lançar ao ar “Câmara aberta”, convocou aos vereadores eleitos e firmou um convênio com os municípios. O compromisso consistiu em que um dia na semana o programa se dedicaria a dar informação em primeira mão sobre um município determinado. (*Ibidem*, p. 89-90) (tradução nossa)⁵⁰.

Ainda com referência à pluralidade – e em diálogo com as outras duas características dessa etapa do rádio alternativo: a massificação e a competitividade –, outro tema que passa a preocupar as emissoras é a superação das limitações técnicas e uma grade de programação que pudesse atender a todas as dimensões presentes no cotidiano das pessoas, de seu público ouvinte. Portanto, além de conteúdos informativos e opinativos sobre sociedade, economia e política, fazia-se necessário construir programas de serviços, entretenimento, musicais, transmissões esportivas e culturais. Como exemplos de rádios que colocaram em prática esse apontamento estão a *Radio ACLO*, da Bolívia, que por sua preocupação em ganhar audiência transmitia as partidas de futebol da liga municipal; a *Radio Santa Clara*, da Costa Rica, que também transmitia disputas locais de futebol, além de um programa diário dedicado a esportes; e

⁴⁹ Ya no parece ser necesario construir identidades fuertes y organizaciones sólidas (PULLEIRO, 2012, p. 97).

⁵⁰ La historia cuenta que durante una campaña electoral la emisora abrió sus micrófonos a los distintos candidatos a las intendencias municipales del estado de Veracruz, al tiempo que los comprometió a que si asumían el cargo iban a tener una conducta distinta respecto a la información pública. Al año siguiente la radio definió sacar al aire “Cabildo Abierto”, convocó a los intendentes electos y firmó un convenio con los municipios. El compromiso consistió en que un día en la semana el programa se dedicaría a dar información de primera mano sobre un municipio determinado. (PULLEIRO, 2012, p. 89-90).

a *Radio Marañon*, do Peru, que além de transmitir, também organizava o campeonato interbairros de vôlei feminino (PULLEIRO, 2012, p. 106).

Apesar do cenário que apontava uma preocupação maior das rádios alternativas em alcançar o conjunto da sociedade, Pulleiro (2012) questiona se o enfoque conciliador do diálogo e das reformas defendidas por esses veículos se vinculam a um acúmulo de forças para transformações estruturais ou se isto é visto como o “máximo ao que se pode aspirar” (p. 98) (tradução nossa)⁵¹. O pesquisador sugere que para muitos desses veículos não está mais colocada a necessidade de que o rádio alternativo construa um discurso contrainformacional e que, com isso, passe a ocorrer uma diluição da perspectiva de antagonismos sociais, colocando-se em dúvida a base contra-hegemônica da mídia alternativa.

Para trazer um último enfoque da trajetória do rádio alternativo na América Latina, vale ressaltar alguns apontamentos quanto às experiências radiofônicas que utilizam o suporte da internet, que tem início nos final dos anos 1990, mas maior ênfase a partir dos anos 2000.

Na atualidade, possibilitadas pela ampliação e disseminação do acesso à rede digital, podem ser elencadas experiências de WebRádios (também conhecidas como Rádios Online ou NetRádios), muitas com formato exclusivo via internet ou vinculadas a emissoras que também transmitem no *dial*. Este é o caso das emissoras alternativas argentinas *FM La Tribu* (www.fmlatribu.com), *Radio Gráfica* (www.radiografica.org.ar) e *La Colectiva FM* (www.lacolectiva.org.ar). Também da brasileira *Rádio Brasil Atual* (www.redebrasilatual.com.br/radio).

Os usos possíveis de conteúdo radiofônicos via web vão desde a transmissão que acompanha em tempo real a emissão em FM ou AM, através da forma de distribuição dos arquivos de áudio em fluxo contínuo chamada de *streaming*; até a disponibilização de produtos e materiais em páginas da internet, com o uso de *podcasts*, em que é possível realizar o *download* e obter o arquivo de áudio. Entre as modificações presentes no rádio pela internet está a de agregar novos formatos, linguagens e conteúdos a esse meio, como a utilização de textos e imagens que acompanham o conteúdo radiofônico.

⁵¹ máximo a lo que se puede aspirar (PULLEIRO, 2012, p. 98).

Para Zuculoto (2012), isso provoca “mudanças nas necessidades e interesses das audiências” (p. 170). Além disso, a partir dessas transformações “o ouvinte não necessita mais ouvir o rádio em tempo real, no exato momento da transmissão. Acessando-o pela internet, pode-se voltar atrás, ouvir a qualquer momento ou novamente” (p. 170).

Com os *podcasts* altera-se a programação linear das emissoras, o que provoca a “personalização, a individualização da programação” (ZUCULOTO, 2012, p. 171). Com esse produto em áudio, o ouvinte pode montar sua própria grade de programação, mesclando conteúdos de diversas emissoras e até retransmitindo esse conteúdo pela própria internet ou em outros meios (no caso de outras rádios ou veículos de comunicação).

O formato *podcast* impulsiona a existência de agências de notícias voltadas para rádio, como é o caso da *Agencia Púlsar ALC*, construída pela AMARC em nível latino-americano – que no Brasil é responsável pela *Agência Pulsar Brasil* –, e a *Radioagência NP*, parte integrante do projeto do jornal *Brasil de Fato*, que são estudadas na presente pesquisa. Esses dois veículos são exemplos de mídia alternativa em que a plataforma web é utilizada para difundir seus produtos pela rede digital, acessando, assim, públicos individuais e, principalmente, emissoras de rádio, que podem utilizar seus conteúdos de forma gratuita.

2.3. Do rádio na internet às radioagências de notícias

O processo em que se insere o rádio na atualidade é denominado de convergência, seja ela tecnológica, empresarial, midiática ou cultural. Um dos autores mais reconhecidos nessa área é o norte-americano Henry Jenkins, professor, fundador e diretor do programa de Estudos da Mídia Comparada do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Em seu livro “Cultura da Convergência” (2009), Jenkins se refere à convergência como o “fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação” (p. 29). Com isso, ele quer demarcar que não

pretende compreender esse modelo como puramente tecnológico, como se bastasse defini-lo pelo uso de texto, áudio e imagem em um mesmo aparelho, por exemplo. Logo, ele entende a convergência como “uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos” (JENKINS, 2009, p. 29-30).

Nessa linha de raciocínio, não cabe a ideia de substituição de um formato midiático por outro, pois pressupõe que “novas e antigas mídias irão interagir de forma cada vez mais complexas” (*Ibidem*, p. 32-33). Assim, pode-se interpretar que a internet e o rádio não irão se anular, mas, em passo à permanência de ambos, novas formas surgem e não são nem internet, nem rádio *stricto sensu*. “Os velhos meios de comunicação não estão sendo substituídos. Mais propriamente, suas funções e status estão sendo transformados pela introdução de novas tecnologias”, defende Jenkins (2009, p. 41-42). Para sustentar esta interpretação, o norte-americano recorre à definição de meios de comunicação da historiadora Lisa Gitelman, que trabalha este conceito a partir de dois níveis:

No primeiro, um meio é uma tecnologia que permite a comunicação; no segundo, um meio é um conjunto de “protocolos” associados ou práticas sociais e culturais que cresceram em torno dessa tecnologia. Sistemas de distribuição são apenas e simplesmente tecnologias; meios de comunicação são também sistemas culturais. (*Ibidem*, p. 41).

No âmbito do rádio relacionado à convergência, o professor e pesquisador espanhol, que desenvolveu seus últimos estudos na Universidad Complutense de Madrid, Mariano Cebrián Herreros, postula que: “o rádio trata de dar serviços escritos e visuais, além dos sonoros, e se une a outros meios para estar presente nas ações e usos do consumidor multimedia” (2001, p. 14) (tradução nossa)⁵². Ele defende que a internet gerou mudanças nas concepções e práticas tradicionais de mídia por ser uma plataforma de comunicação, meios e serviços. Assim, ao apontar essas mudanças, não seria apenas a emissão do som da rádio pela internet, mas a informação radiofônica estaria acompanhada por elementos de textuais e visuais, com possibilidades de *links* com outras páginas e informações na própria rede digital (*Ibidem*. 21). Contudo, Cebrián

⁵² la radio trata de dar servicios escritos y visuales, además de los sonoros, y se une a otros medios para estar presente en las acciones y usos del consumidor multimedia (CEBRIÁN HERREROS, 2001, p. 14).

Herreros (2001) faz a ressalva de que o essencial do rádio, que é a sua linguagem própria, se mantém:

O rádio do futuro, por mais inovações técnicas que introduza, seguirá se baseando na comunicação oral com a audiência, na magia da palavra, da música, dos sons do ambiente, do silêncio. O contato humano mediante os sons pode afugentar solidões, para acompanhar, informar, entreter e, em resumo, para seguir mantendo o ser humano vinculado a um elemento primordial e de maior riqueza ao longo de sua história como é a tradição mediante a comunicação oral; o rádio se converteu em amplificador da tradição e na adaptação das novas situações e necessidades. (p. 32). (tradução nossa)⁵³.

Trazendo a perspectiva de Pierre Lévy no debate sobre “Cibercultura”, a jornalista e pesquisadora em comunicação, Lígia Maria Trigo-de-Souza (2003), afirma que “a Internet como meio de comunicação prevê a coexistência e complementaridade de diversas mídias numa verdadeira expressão multimídia. Assim, o rádio da Internet já nasce buscando em outros meios recursos que possam ser agregados à mensagem radiofônica” (p. 94).

Nesse contexto, a transmissão pela internet vem somada a outras linguagens possíveis e muito utilizadas na web, como textos, imagens, hiperlinks, entre outros, compondo uma mesma página digital. Além disso, entre as possibilidades que se abrem com esse encontro do rádio com a internet, está a interatividade, através de áreas específicas para envios de mensagens no próprio site, por e-mail ou ainda em ligação com redes sociais. Outra frente aberta é a hipertextualidade, através de uma navegação virtual em que as possibilidades de acesso a links direcionam o ouvinte/leitor a realizar suas próprias escolhas no consumo dos conteúdos oferecidos, montando sua própria programação ou ainda acessando diversos formatos de conteúdo, o que, nesse sentido, também garante uma interatividade.

Através das mudanças por que passa o meio radiofônico em face à internet, princípios caros e vislumbrados pelas rádios alternativas e populares, também pelos

⁵³ La radio del futuro, por más innovaciones técnicas que introduzca, seguirá basándose en la comunicación oral con la audiencia, en la magia de la palabra, de la música, de los sonidos de ambiente, del silencio. Es el contacto humano mediante los sonidos para ahuyentar soledades, para acompañar, para informar, para entretener y, en suma, para seguir manteniendo al ser humano vinculado al elemento primigenio y de mayor riqueza a lo largo de su historia como es la tradición mediante la comunicación oral; la radio se ha convertido en amplificadora de tal tradición y en la adaptación a las nuevas situaciones y necesidades. (CEBRÍAN HERREROS, 2001, p. 32).

setores sociais que almejam maior democracia nos meios de comunicação, podem ser revigorados, como aponta o pesquisador Fernando Kuhn (2000), em sua dissertação de mestrado na Unicamp:

Ao incorporar a Internet, ou por ela ser incorporado, o rádio passa a desfrutar de um alcance universal, ao mesmo tempo em que ingressa num contexto de interação com outras mídias e enseja a reabilitação de antigas utopias: a democratização de informações em consequência da multiplicidade de fontes, a diversificação na gênese e no consumo das emissões, e ainda uma aproximação entre emissores e receptores – até as raias da interatividade. (p. 13).

De um ponto de vista histórico, a fim de contextualizar essas mudanças, tem-se o início da emissão de rádio pela internet como sendo marcado pelo surgimento do *Real Audio*, um software que tornou possível a emissão em tempo real, em 1995, ainda que tenham havido tentativas anteriores. Nesse momento, uma das primeiras experiências de rádio exclusivamente pela internet foi a *XP Radio*, uma emissora holandesa da cidade de Hilversum. Outra iniciativa de destaque do período é a *Re Huelga*, uma rádio alternativa pela internet que foi criada para dar apoio à greve da Universidade Autônoma do México, e que teve seu servidor hospedado na Califórnia (Estados Unidos) para não sofrer interferências no exercício da liberdade de expressão (CEBRIÁN HERREROS, 2001, p. 66).

As experiências pioneiras de rádio pela internet no Brasil levam ao programa “Manguetronic”, como sendo o primeiro experimento de rádio voltado exclusivamente para a internet, apesar da incerteza quanto a isso devido ao caráter descentralizado da rede. O “Manguetronic” foi criado em 1996 por dois artistas do movimento recifense do Manguê Beat, H. D. Mabuse e Renato L.. Ainda em 1996, e no ano seguinte, várias emissoras consolidadas no *dial* também começaram a transmitir via web, como a mineira *Rádio Itatiaia* e as quatro maiores do jornalismo paulista: rádios *Bandeirantes*, *CBN*, *Eldorado* e *Jovem Pan*. Já a primeira totalmente virtual 24 horas foi a *Rádio Totem*, de 1998 (TRIGO-DE-SOUZA, 2003, p. 96).

Atualmente, milhares de rádios brasileiras e de outros países transmitem sua programação pela internet. Inclusive rádios comunitárias, como atestou a professora e pesquisadora da UESP-SP, Cicilia M. Krohling Peruzzo. Em pesquisa que deu origem ao artigo “Rádio Comunitária na Internet: apoderamento social das tecnologias” (2005),

a investigadora analisou um conjunto de sites dessas rádios brasileiras e pode concluir que, apesar de limites técnicos e de outra ordem a uma maior ocorrência e qualidade da existência dessas experiências no meio virtual, “a presença das comunitárias na rede representa um passo significativo no avanço do acesso ao direito à comunicação. É também uma forma de extrapolar os limites dos 25 watts de potência permitidos às rádios comunitárias” (p. 1). Peruzzo (2005) ainda acrescenta que:

As rádios comunitárias na internet podem ser vistas como parte da cibermilitância de que fala Denis de Moraes (2001, p.141)⁵⁴, ao ultrapassarem barreiras geográficas e valerem-se da internet enquanto canal público de comunicação, livre de regulamentações e controles externos, para disseminar informações e análises que contribuem para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas. (p. 13).

Diante desse cenário ainda emergente, em função de seu recente início e utilização, o rádio na internet ainda é um fenômeno em processo de compreensão e conceituação por parte de pesquisadores e grupos de estudo. Os esforços nesse sentido apontam em algumas direções.

Com a finalidade de categorizar essas experiências iniciais, Trigo-de-Souza (2003) sustenta que a internet pode ser vista em duas abordagens: como suporte para outros meios ou como uma mídia em si. Sobre o rádio, ela exemplifica o primeiro caso como as emissoras que funcionam no *dial* e transportam seu conteúdo para a plataforma internet sem grandes modificações. Já a segunda ocorrência seriam as emissoras que já nascem com veiculação exclusiva através da internet. Em ambos os casos, tratam-se de emissões via *streaming*, com transferência de dados de áudio em tempo real (fluxo contínuo), como uma programação, ao vivo ou gravada, em emissão contínua, o que ela classifica como sendo “rádios *online*”, aquelas “que disponibilizam programações radiofônicas pela Internet” (p. 95). Contudo, a pesquisadora ainda denomina as que são exclusivas da web como “NetRadios”, que tem como sinônimo o termo “Webrádios” (KUHN, 2000).

⁵⁴ MORAES, Denis de. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: PD&A, 2001.

Há ainda um terceiro grupo na classificação de Trigo-de-Souza (2003), as chamadas “rádios *offline*”, que são aquelas emissoras que possuem uma página na internet, seja para uso institucional, de divulgação, troca de mensagens ou com oferecimento de alguns trechos da sua programação, mas que não transmitem *online* a programação em tempo real veiculada pelo *dial*. Ela ainda ressalta que as “rádios *offline*” necessariamente devem ter uma emissora fora da web para serem consideradas como rádios.

Além da transmissão em tempo real, há também o arquivamento de conteúdos em áudio nos sites, seja de produtos transmitidos na programação da rádio ou trechos e materiais novos, produzidos especificamente para serem ouvidos na internet. Isto se dá através do *download*, o ato de descarregar um arquivo no computador; e, também, no formato *streaming*, porém, este não está em sincronia com o tempo real, ou seja, é assíncrono. Neste caso, o tipo de consumo é chamado de *on demand*, que engloba tanto produtos noticiosos quanto vinhetas e músicas.

Essa possibilidade oferecida pela Internet atua fortemente sobre o rádio e sobre uma de suas principais características como meio de comunicação: a Instantaneidade, que identifica a simultaneidade entre a emissão e a recepção radiofônica. Com a programação *on demand*, a recepção será feita de acordo com o interesse do ouvinte, possibilitando novas consultas e descaracterizando essa necessidade de o ouvinte estar ao alcance do rádio no momento em que a programação está sendo emitida. Essa quebra poderá ter, com o desenvolvimento do meio, impacto também nas características da mensagem radiofônica. Afinal, com a possibilidade de retroceder o som para checar informações ou tirar dúvidas, alguns de seus conceitos básicos, como clareza e compreensibilidade passam a ter outro peso. (TRIGO-DE-SOUZA, 2003, p. 94).

Já o pesquisador e professor da Universidade de Caxias do Sul, Luiz Artur Ferraretto (2010), aborda as manifestações radiofônicas no meio digital de uma forma mais ampla, compreendendo distintos fenômenos não circunscritos ao referencial do *dial*. Assim, a conceituação mais atual sobre rádio na internet busca entendê-lo não do ponto de vista tecnológico, mas por “uma linguagem comunicacional específica no modo de combinar a voz na forma da fala, a música, os efeitos sonoros e o silêncio, o rádio espalha-se para além de sua forma hertziana tradicional, sem, no entanto, abandoná-la” (p. 8).

Diante disso, Ferrareto (2010) aponta a presença do modelo radiofônico: (a) nas emissões de ondas médias, tropicais, curtas e em frequência modulada; (b) através de canais de TV a cabo ou DTH (*direct to home*); (c) por satélite, seja da forma paga com canais de áudio, ou de forma gratuita via antena parabólica de sinais de emissoras AM ou FM; (d) na internet, como uma substituição das antigas emissões em ondas curtas (devido ao grande alcance global) e, também, com “web rádios ou, até mesmo, servindo de suporte a alternativas sonoras assíncronicas como o *podcasting*” (p. 9).

Sobre este último, cabe ressaltar mais alguns apontamentos de Ferrareto (2010):

A economia política dos meios sonoros ganha realce sob a convergência digital. As redes *peer-to-peer* e a disseminação da música em arquivos *.mp3* representam o impacto inicial de um processo não completado ainda e que está obrigando à redefinição do modelo de negócio na indústria fonográfica. Os dados disponíveis indicam possibilidade semelhante em relação ao rádio que se posiciona para além do hertziano, sob a influência da internet e do celular. Constituem-se em manifestações deste novo momento a retransmissão do sinal das estações tradicionais na rede mundial de computadores; a proliferação de web rádios, aqui compreendidas como as estações estruturadas exclusivamente para a internet; a produção de áudio distribuído por *podcasting*; a combinação do rádio musical jovem com a difusão de clipes em vídeo no site da emissora; as aproximações entre radiojornalismo, blogs de comunicadores e *podcasts*... A estes exemplos, poder-se-ia acrescentar inúmeros outros deste momento em que se consolida a já citada fase da multiplicidade da oferta. (p.17).

Os *podcasts* são “programas de áudio ou vídeo ou ainda uma mídia de qualquer formato cuja principal característica é sua forma de distribuição direta e atemporal chamada *podcasting*” (LUIZ; ASSIS, 2010). Em outras palavras, o produto midiático é chamado de *podcast*, enquanto o processo de transferência recebe o nome de *podcasting*. O caráter atemporal e *offline* de seu consumo, ou seja, o fato de ser um conteúdo descarregado e armazenado em outro equipamento eletrônico para consumo independente de sua transmissão, é o que o diferencia do *webcasting*, que “é um processo que acontece *online*, possibilitado pela tecnologia do *streaming*” (HAANDEL, 2009, p. 45).

O termo *podcasting* surge da junção do prefixo “pod” – derivado do produto iPod (tocador de mídia digital da empresa Apple Computer) – com o sufixo “casting”, que vem da expressão “broadcasting” (transmissão pública e massiva de informações

que, quando feita através de ondas eletromagnéticas de rádio pode ser chamada de radiodifusão).

O método de distribuição classificado como *podcasting* mais utilizado funciona através de uma tecnologia chamada *feeds* (alertas) *RSS (Really Simple Syndication)*, que, através de programas “agregadores de conteúdo”, faz um download automático quando um novo produto entra em um site do qual se é assinante. Ou seja, quando há um interesse por determinado assunto ou conteúdo de um blog ou site, é possível instalar o *RSS* – como fazer uma assinatura online –, que automaticamente o novo conteúdo é baixado e fica salvo no equipamento eletrônico (computador, celular ou tocador de mídia digital) para que possa ser escutado pelo consumidor/usuário. Assim, não é preciso visitar cada site para ver se há atualizações, pois ele o faz por conta própria, automaticamente. Todo esse sistema só passou a funcionar plenamente a partir 2004 (LUIZ; ASSIS, 2010).

Outra definição para *podcast* encontra-se na pesquisa norte-americana *The Podcast Consumer*⁵⁵, sobre o consumo deste tipo de produto. Interessante notar que, apesar de seu uso ter sido pensado de forma vinculada a agregadores de conteúdo, o acesso a esses arquivos de áudio e vídeo pode ocorrer ou não através do uso de *feed RSS*.

O que é um Podcasting?

- Podcasting é o conceito de fazer downloads de vários tipos de programas em vídeo e áudio, na forma de arquivos digitais que você pode ouvir a qualquer momento que quiser.
- Podcasting NÃO se refere ao download de arquivos individuais de MP3 ou músicas.
- Podcasting se refere ao download de programas online de áudio ou vídeo, como talk shows ou um programa de apresentação de músicas, geralmente com um download automático que pode ser ouvido de acordo com a conveniência do usuário. (tradução nossa)⁵⁶

⁵⁵ A pesquisa *The Podcast Consumer 2012* apresenta um slide com metodologia, conceito de podcasting e resultados no site: <http://www.edisonresearch.com/home/archives/2012/05/the-podcast-consumer-2012.php>. Acesso em: 21 de abril de 2014.

⁵⁶ What is a Podcasting?

- For the purpose of this study, podcasting is downloading various types of longer-form online audio and video programs, in the form of digital files you can listen to or view at any time you choose.
- Podcasting does NOT refer to the downloading of individual MP3s or songs or television programs.
- Podcasting DOES refer to the download of more program-oriented online audio and video, such as a talk show, a hosted music programs or a video review showing the features of a new car, usually as an automatic download that can be listened to or viewed at the user's convenience.

Além do aspecto de entretenimento e de ser vinculado a blogs, os *podcasts* são ferramentas muito utilizados por veículos de comunicação, seja com conteúdos noticiosos ou opinativos, no que pode ser chamado de *podcast jornalístico*.

O *podcasting* já é muito utilizado por emissoras de rádio, como é o caso da brasileira *all news CBN*⁵⁷, que faz uso dessa ferramenta tanto nos blogs de seus locutores, jornalistas e programas, quanto no site oficial, pois “embora não permitam a interação do público, [tecnologias como o *RSS*] promovem a aproximação e fidelização do ouvinte-internauta” (LOPEZ, 2011).

Além disso, mídias impressas e digitais também se utilizam da construção dessas plataformas, como é o caso do jornal *Estadão*, que em seu site possui uma seção para que os produtos da *Rádio Estadão*⁵⁸ possam ser baixados também pela internet. Outro exemplo na incidência de *podcasts* é o da *Revista Exame INFO*⁵⁹, da Editora Abril. Em alguns veículos, o *podcast* já foi utilizado, porém, atualmente, encontra-se em desuso, como no jornal *Folha de S. Paulo*⁶⁰, na *Revista Piauí*⁶¹ e na *Revista Bravo*⁶².

Estes poucos exemplos demonstram que o *podcast* possui também finalidades jornalísticas, mas não necessariamente são produções radiofônicas, podendo ser arquivos de áudio complementares a um texto ou versão impressa, conferindo-lhe um caráter de convergência midiática. Assim, compreende-se que o arquivo de áudio com conteúdo jornalístico pode ser denominado *podcast jornalístico*, dentro disso, há aqueles que possuem uma especificidade maior e se enquadram em um formato de *podcast radiojornalístico*. Este último é o principal produto das radioagências de notícias, que são veículos que disponibilizam arquivos radiojornalísticos de áudio para emissoras e ouvintes-internautas no geral.

O fato de ser uma agência de notícias para rádio lhe confere um duplo público: as emissoras radiofônicas e o ouvinte individual. Este último é aquele alcançado através da veiculação do *podcast* no meio rádio tradicional e, por estar alocado na internet, rede de alcance global direto, também atinge o ouvinte-internauta.

⁵⁷ Site: <<http://cbn.globoradio.globo.com/home/HOME.htm>>.

⁵⁸ Site: <<http://radio.estadao.com.br/audios/>>.

⁵⁹ Site: <<http://info.abril.com.br/multimedia/podcasts/>>.

⁶⁰ Exemplos: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/podcasts/ult10065u713509.shtml>> e <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/podcasts/thaisnicoleti/>>.

⁶¹ Site: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/so-no-site/podcasts>>.

⁶² Site: <<http://bravonline.abril.com.br/podcast>>.

O universo em que se baseia a construção dos produtos de uma radioagência é o radiofônico, em que são utilizados a linguagem textual, os efeitos sonoros e o estilo de locução do jornalismo em rádio. Logo, apesar de não ser considerada uma rádio em si, é parte do radiojornalismo e do modelo radiofônico. Nas radioagências ainda notam-se sinais de convergência midiática, com textos, imagens e áudios compondo uma mesma narrativa noticiosa (mensagem); tornando-o também hipermidiático e multiplataforma.

Outra característica das radioagências de notícias é que o material produzido e fornecido normalmente é gratuito, como aponta a jornalista da *Radioagência Nacional* e pesquisadora da Unicamp, Beatriz Buschel Pasqualino⁶³, sobre as experiências brasileiras. Ela, que também já trabalhou na *Radioagência NP*, ainda ressalta que é fundamental o papel desempenhado por esses veículos, pois, apesar do baixo custo do meio rádio, os gastos de uma equipe jornalística são altos para muitas emissoras, em especial as comunitárias.

Tanto o rádio, quanto a produção de áudio na internet, são tecnologias baratas, em comparação a outras formas de produção midiática. Portanto, o trabalho com *podcasts radiojornalísticos* acaba sendo uma ferramenta que possibilita a existência de mídias alternativas, construídas por grupos sociais contra-hegemônicos que não possuem os mesmos investimentos financeiros que as redes empresariais de comunicação. Além de abrir possibilidades para que diversos indivíduos e coletivos que não possuem espaços nos grandes meios de comunicação possam também participar da esfera pública midiática.

No caso das emissoras alternativas, como é o caso da *Radioagência NP*, Pasqualino ressalta que os avanços tecnológicos advindos da internet proporcionaram um aumento do “acesso, qualidade e distribuição da informação. Se não tivesse o desenvolvimento da internet, como iria se sustentar uma radioagência? Apesar de haver a geração por telefone, a natureza da radioagência é na internet”. A jornalista acrescenta que, apesar disso, uma radioagência “está muito mais ligada ao veículo rádio, do que ao veículo internet, porque sem o rádio, não existe radioagência. [...] Esta em sua essência a produção de conteúdo radiofônico”.

⁶³ Entrevista concedida à autora por Beatriz Buschel Pasqualino, no dia 10 de abril de 2014. Áudio completo em anexo.

CAPÍTULO 3

As notícias da América Latina na *Radioagência NP* e na *Agência Pulsar Brasil*

A mídia alternativa possui entre suas características a produção de conteúdo contrainformacional, incluindo questões locais, nacionais e internacionais. Nos países da América Latina, essa linha editorial contra-hegemônica diz respeito a meios que constroem e defendem um projeto de país e, também, continental. Assim, vinculados a uma defesa dos povos latino-americanos, sustenta-se o caráter popular desses veículos e uma intencionalidade em priorizar temas relativos à América Latina.

No que diz respeito ao aprofundamento da reflexão em torno dessa afirmação, parte-se da análise do processo de produção das notícias em um tipo de veículo que ilustra a atual prática da mídia alternativa latino-americana: as radioagências de notícias. Para tanto, toma-se como objetos empíricos a *Radioagência NP* e a *Agência Pulsar Brasil*. A primeira foi criada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 2004, e desde o ano de 2014 passou a se chamar *Radioagência Brasil de Fato*, devido à sua vinculação com o projeto do jornal *Brasil de Fato*, que também é ligado ao MST. A segunda experiência pesquisada faz parte da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), que possui esse modelo de agência de notícias em diversos países da América Latina.

Enquanto mídias contra-hegemônicas, estas agências se estruturam no seio de organizações da sociedade civil que procuram discutir o modelo social, econômico e cultural dominante. Além de defenderem propostas políticas de transformação social, ligadas ao campo popular e comunitário. Sendo canais de expressão de uma parcela da sociedade que não se sente representada nos veículos de comunicação da chamada “grande mídia”, as experiências alternativas estudadas nesta dissertação possuem uma linha editorial diferenciada. Na cobertura noticiosa pretendida por esses veículos estão presentes temas referentes às reformas estruturais da sociedade (como a reformas econômicas, agrária, urbana etc.) e a defesa de direitos fundamentais (alguns exemplos são o direito à comunicação, à moradia e à participação política); bem como as pautas ligadas aos direitos humanos.

Na editoria internacional, as radioagências pesquisadas também propõem uma cobertura distinta a dos veículos empresariais. De antemão, elas lançam o objetivo de produzir conteúdo sobre questões relacionadas às lutas e construções dos movimentos sociais e da classe trabalhadora latino-americanos, por entender que esses assuntos ou não são tratados na mídia comercial ou recebem um enquadramento pejorativo.

Além disso, essas experiências são analisadas dentro da perspectiva do radiojornalismo, a partir da produção de notícias em linguagem radiofônica, sendo as rádios são os seus principais destinatários. Para refletir sobre as práticas jornalísticas, toma-se como base as formulações do pesquisador espanhol Rodrigo Alsina (1989), que traz a ideia de notícia enquanto processo de construção social da realidade pública. Se, como diz o autor, a notícia é a narração de um fato ou a reescritura de outra narração, o acontecimento é a percepção do fato em si ou a própria notícia. Deste modo, o acontecimento seria o que entra em uma organização jornalística e a notícia o que sai como produto após seu processo produtivo. Assim, “a definição de noticia que proponho é a seguinte: ‘Notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível’” (ALSINA, 1989, p. 18) (tradução nossa)⁶⁴. Ainda de acordo com o comunicólogo espanhol:

Por minha parte, relacionei o acontecimento-notícia com a realidade social a partir da noção de construção da realidade, como produção de sentido através da prática produtiva e das rotinas organizativas da profissão jornalística. Em seguida, a concepção desta construção da realidade irá variar segundo o caráter que lhe conceda a própria realidade social. (ALSINA, 1989, p. 29) (tradução nossa)⁶⁵

Este capítulo é destinado à análise das práticas produtivas jornalísticas em relação aos temas latino-americanos na *Radioagência NP* e na *Agência Pulsar Brasil*. Para tanto, dois caminhos são percorridos. Um é analisar o conteúdo produzido por essas agências sobre os países latino-americanos. Outro, no sentido de dialogar com o

⁶⁴ la definición de noticia que propongo es la siguiente: ‘Noticia es una representación social de la realidad cotidiana producida institucionalmente que se manifiesta en la construcción de un mundo posible’. (ALSINA, 1989, p. 18)

⁶⁵ Por mi parte, he relacionado el acontecimiento-noticia con la realidad social a partir de la noción de la construcción de la realidad, como producción de sentido a través de la práctica productiva y las rutinas organizativas de la profesión periodística. Por consiguiente, la concepción de esta construcción de la realidad variará según el carácter que se le otorga a la propia realidad social. (ALSINA, 1989, p. 29)

passo anterior, é feito a partir da busca por compreender como se processa o trabalho dos jornalistas desses veículos e como isso se reflete na cobertura internacional dos mesmos. Além disso, como passo anterior a estes, são levantadas informações sobre as histórias desses veículos e elementos de suas linhas editoriais. Com isso, busca-se compreender como essas experiências de radiojornalismo alternativo constroem sua produção noticiosa sobre a América Latina e o que acumulam com isso em seus projetos políticos e para a interpretação do jornalismo alternativo brasileiro atualmente.

Optou-se pela análise de conteúdo nesta pesquisa jornalística, concordando com a professora de Jornalismo da California State University de Long Beach e especialista em comunicação internacional, Heloiza Golbspan Herscovitz (2008), por acreditar que essa metodologia pode “descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias” (p. 123). Também, “pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (p.123). A pesquisadora ainda acrescenta que “A análise de conteúdo da mídia, por fim, nos ajuda a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens” (p. 124).

Assim, na análise, primeiro, é realizada uma descrição da história desses veículos, construída a partir de pesquisa documental e de entrevistas abertas com alguns dos sujeitos envolvidos em sua criação. A linha editorial e da rotina das agências também é retratada nesta seção, sendo que as reflexões em torno deste ponto se dão a partir de registros documentais e publicações das próprias agências e pelos relatos das equipes de redação desses veículos. Nesta parte, no caso da *Radioagência NP*, a pesquisa também se deu através da observação participante, visto que a autora da dissertação já atuou como jornalista do veículo entre março de 2011 e junho de 2013.

Tendo em vista que essas radioagências alternativas buscam seguir uma linha editorial que se apresente como um contraponto à grande mídia e às agências de notícias internacionais, que priorizam temas e ponto de vista dos países centrais do capitalismo, esta dissertação analisa a cobertura realizada sobre a América Latina. A partir disso, foi feita uma seleção de notícias que apresentavam assuntos dos países e povos latino-

americanos. Isto se deu a partir da pesquisa no conjunto de notícias de um período de seis meses, o mesmo em ambas as agências, em que foram selecionados aqueles materiais em que os termos “América Latina” e “latino-americano”, ou então que se referia a alguma país da região, apareciam. Assim, a partir de uma análise de conteúdo em contraste com o total dos materiais produzidos no período foi possível analisar a interface entre a proposta editorial dos veículos e sua execução prática.

A fim de se compreender um pouco da lógica de produção e a escolha de formatos radiojornalísticos, em que foi levado em consideração o uso de termos empregados pelos próprios jornalistas dos veículos, o conjunto de notícias foi dividido em: boletins/notas, matérias, reportagens e entrevistas. Com isso, pode-se compreender um pouco mais do tipo de produção jornalística priorizada nestas radioagências. Em consonância com essa análise dos materiais, foram feitas entrevistas abertas com as equipes de redação das radioagências para que estas pudessem expor suas rotinas de trabalho e produção jornalística. Com o intuito de aprofundar em casos específicos no conjunto desses materiais, foi dada uma maior atenção na análise àquelas notícias mais elaboradas do ponto de vista radiojornalístico, em que se fez uso de fontes e sonoras. Para estas, também foram feitas entrevistas específicas com os jornalistas que as produziram com a finalidade de se compreender a seleção das pautas, escolha das fontes, processo de produção da reportagem e avaliação do produto produzido. São estes os operadores para análise das notícias empregados nesta análise.

O período estudado corresponde aos meses de junho a dezembro de 2013, período final da existência da *Radioagência NP* com esse nome, além de ser o momento em que a *Agência Pulsar Brasil* passa por algumas mudanças, em virtude de transformações processadas no interior da AMARC. Enquanto metodologia, também foram realizadas entrevistas, ou buscado relatos, com representantes de movimentos e organizações sociais que participam da construção dessas agências, bem como com jornalistas que trabalharam na construção inicial desses veículos e aqueles que atuaram durante o período estudado nesta dissertação.

Partiu-se da hipótese de que a produção de notícias nas radioagências alternativas pretendia estabelecer uma agenda pautada pelas demandas e projetos dos movimentos sociais e de organizações de trabalhadores da América Latina. Outra busca desses veículos seria por entrevistar outras fontes e retratar outros discursos que não os

de representantes de grupos hegemônicos da sociedade, ou seja, dar voz a movimentos e atores sociais que possuem uma visão questionadora crítica dos fatos. Ainda, podia-se apontar que havia uma prioridade no trato de temas referentes à região latino-americana, em comparação com os demais países, além de ser representativa em relação à quantidade geral de conteúdos produzidos pelas agências. Isso levaria a um fortalecimento do projeto político e da linha editorial para a América Latina propostos por esses veículos e organizações sociais que os sustentam.

Contudo, apesar da intencionalidade na seleção das pautas, é possível apontar que o tratamento dado às notícias apresenta problemas devido ao pouco uso de fontes e dos demais recursos radiojornalísticos que conferem credibilidade e qualidade à notícia e à reportagem. Ou seja, há uma preocupação quanto ao conteúdo, porém a forma é relegada ao texto mais simples e pouco elaborado enquanto narrativa jornalística.

3.1. *Radioagência NP*

A *Radioagência NP*⁶⁶ é uma agência de notícias que produz material radiojornalístico em texto e áudio para ser utilizado gratuitamente por rádios comunitárias, livres e comerciais; contando com uma página na internet, onde é possível ter acesso a todo o seu conteúdo. Ela teve início em abril de 2004, em Brasília, com o nome de *Agência Notícias do Planalto*. Sua proposta era a de produzir matérias com um conteúdo diferenciado em relação à mídia empresarial, no que tange à escolha de temas e à abordagem do conteúdo.

O objetivo é tratar de assuntos que geralmente não têm espaço na grande mídia, como as questões que atingem os movimentos sociais e à classe trabalhadora brasileira e da América Latina. Nossa produção jornalística envolve também o trabalho de diversos colaboradores, de agências parceiras e de veículos alternativos de comunicação.⁶⁷

⁶⁶ Nesta dissertação é usado o nome antigo da *Radioagência NP* devido à pesquisa ter sido realizada no período em que ela ainda tinha esse nome e por entender que mesmo com a alteração para *Radioagência Brasil de Fato*, o seu projeto político e editorial se mantém o mesmo. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/12208-brasil-de-fato-para-ler-e-ouvir>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/node/1>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

O contexto em que surge essa experiência era o do fim dos oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2003, grande parte dos movimentos sociais brasileiros compartilhava da análise de que era fundamental estruturar instrumentos de comunicação próprios, capazes de defender o projeto popular que estes construíam e que, naquele momento, viam possibilidades de avanços com o mandato de Lula que se iniciava. Ao mesmo tempo, concretizavam seus veículos de comunicação para fazer um contraponto aos possíveis ataques que os movimentos populares sofreriam por parte de setores da direita, que saíam do poder. Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) decidiu pela criação da *Radioagência NP*, entre outras iniciativas de comunicação, como o fortalecimento de sua assessoria de imprensa e de rádios comunitárias em assentamentos e acampamentos.

Segundo o membro da direção nacional do MST e o responsável político pela *Radioagência NP* em seu início até os dias atuais, João Paulo Rodrigues⁶⁸, as iniciativas comunicacionais desse período “estavam dentro de uma estratégia nacional, não só do MST, mas de todo um campo progressista, [que dizia] ‘agora vai, vão ter mudanças, o povo vem para rua e nós precisamos de mecanismos de comunicação para nos comunicarmos com as massas’. Surge também, no mesmo período, o próprio [jornal] *Brasil de Fato*, que é fruto dessa mesma avaliação”.

A ideia para a criação de uma agência de notícias voltada para rádios surgiu a partir da experiência profissional da assessora de imprensa do MST em Brasília na época, Laura Muradi. A jornalista havia trabalhado no Branco do Brasil com um formato de produção de notícias chamado de “rádio release”, que basicamente era a produção e gravação de notas jornalísticas em áudio para transmissão em rádios. Assim, como conta a então estagiária de jornalismo do MST no período, Nina de Almeida Fideles⁶⁹, que estava no começo e atuou na agência até o ano de 2007, a proposta iniciou em 2003 como uma extensão dos trabalhos da assessoria de imprensa do Movimento: “ainda não era *Radioagência NP*, ela não tinha a pretensão de ter um nome, uma sede, era uma extensão de um trabalho que a gente fazia dentro do próprio MST”.

⁶⁸ Entrevista concedida à autora por João Paulo Rodrigues, no dia 5 de maio de 2014. Áudio completo em anexo.

⁶⁹ Entrevista concedida à autora por Nina de Almeida Fideles, no dia 20 de maio de 2014. Áudio completo em anexo.

Brasília foi escolhida para sediar o projeto da agência de notícias devido à sua importância política para o MST, pois é na capital federal onde estão as sedes dos três poderes federais (Executivo, Legislativo e Judiciário). Outro fator é que, na cidade, atuavam vários dirigentes nacionais dos sem-terra e jornalistas ligadas ao Movimento que tinham experiência ou interesse com a produção de materiais radiofônicos – neste primeiro momento, participaram a jornalista Laura Muradi e a estudante de jornalismo, Nina Fideles. Além disso, João Paulo Rodrigues, do MST, ressalta que esse projeto comunicacional surgiu imerso em uma leitura de que notícias referentes ao governo federal, Congresso Nacional e outras instituições públicas sediadas no Distrito Federal já tinham uma tradição de serem transmitidas pelas emissoras de rádio, muitas vezes, como retransmissão do programa “Voz do Brasil” ou a partir de outras rádios públicas, como a *Rádio Nacional FM de Brasília*. Assim, temas caros aos movimentos sociais, como reforma agrária e negociações de propostas e demandas políticas com o governo federal poderiam entrar na grade de programação de emissoras de todo o país.

Durou um ano o período entre “a ideia de ter um instrumento e sua consolidação”, relembra Rodrigues. De acordo com Nina Fideles, a data de abril de 2004 pode ser considerada como a de consolidação da *Agência Notícias do Planalto*, que, posteriormente, ficou conhecido como *Radioagência NP*:

A ideia de expandir surgiu mais de quatro ou cinco meses depois, quando a Beatriz Pasqualino [na época, assessora de imprensa do MST na sede da Secretaria Nacional da capital paulista] foi de São Paulo para Brasília. E aí a gente conseguiu botar no papel as ideias que a gente queria fazer da *Radioagência*: fez um site, criou um nome, um estatuto. Então, toda essa parte burocrática a gente resolveu e, também, ficou mais por conta disso. Não era mais a extensão de um trabalho que a gente fazia na assessoria de imprensa, já era uma radioagência. A gente tinha a pretensão de fazer cada vez mais matérias e que mais matérias fossem inseridas nas rádios.

Em 2004, a agência de notícias para rádio já tinha um pequeno estúdio montado em uma sala separada do escritório do MST em Brasília, com um técnico de áudio e jornalistas. Nesse momento, a média de produção era de duas ou três matérias por dia, para geração por telefone e veiculação em um pequeno número de rádios. Segundo o dirigente dos sem-terra, João Paulo Rodrigues, “a nossa surpresa é que essa experiência foi muito bem aceita [pelas rádios] e isso nos permitiu consolidar”.

Além do MST, uma articulação mais ampla para apoiar a *Agência Notícias do Planalto* foi realizada, envolvendo organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A Via Campesina (entidade internacional que reúne movimentos sociais do campo) liberou um militante para ajudar com o projeto e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) direcionou uma jornalista para contribuir com a produção de matérias. As colaborações que sustentavam o veículo vinham dessa forma, sendo a parte financeira gerenciada pelo MST, que chegou a cogitar inserções publicitárias na agência, porém, a ideia foi descartada, entre outros motivos, pela “questão mais política de que havia um carimbo na rádio, por ela ser muito próxima ao MST”, explica Rodrigues.

Contudo, apesar da ligação com o Movimento dos Sem Terra, a ideia era de que a agência de notícias não fosse identificada externamente como sendo dos movimentos sociais, por isso o nome *Notícias do Planalto*, fazendo referência ao “planalto central”, que designa um tipo de relevo e vegetação, mas, também, um termo utilizado para se referir ao espaço geográfico no qual se localiza o Distrito Federal. De forma espontânea, entre a equipe e a direção do MST, surgiu esse nome para a agência. De acordo com a jornalista Beatriz Pasqualino⁷⁰, integrante da equipe da *Radioagência NP* entre os anos de 2004 e 2006, esse distanciamento com a identificação do MST ocorreu devido à necessidade de se alcançar aqueles que não eram próximos ou aqueles que, por preconceito, não ouviam o que vinha dos movimentos sociais. “A gente não queria falar com os convencidos [das ideias de esquerda], a gente precisava explicar [para o conjunto da população] o ponto de vista dos movimentos sociais com relação aos problemas que estavam pautados na imprensa”, relata a comunicadora.

Desde sua consolidação inicial, a agência teve como método de distribuição de notícias a hospedagem de seus materiais em áudio e texto em uma página na internet – além de uma *newsletter* em que e-mails eram enviados para divulgar as notícias que estavam no site – e a geração por telefone para as rádios, com entradas ao vivo na programação ou para gravação e posterior veiculação. Esse processo inicial de inserção nas rádios é relatado por Beatriz Pasqualino:

⁷⁰ Entrevista concedida à autora por Beatriz Buschel Pasqualino, no dia 10 de abril de 2014. Áudio completo em anexo.

A gente começou a geração – eu não lembro da onde veio a ideia –, mas sempre foi da natureza da *Radioagência*. E foi uma coisa que deu muito certo. Se você colocar técnicos ali [ligando], mais você multiplica e garante, você tem a certeza de que aquilo está lá [passando nas rádios]. E não precisa fazer grandes negociações. O próprio técnico de áudio alternava as tarefas de gravar as matérias e as entrevistas e, no período em que ele não estava gravando, a gente tinha uma listagem [de rádios] que a gente recolheu tanto com os nossos contatos dos movimentos, como do próprio Ministério das Comunicações, e aí a gente fazia bem esse “um a um”, que é ligar e conversar com o cara [radialista]. Esse foi muito um trabalho de formiguinha dos operadores de áudio. A gente ligava [para as rádios] e aí começou um tal de “me liga tal hora, porque é o programa do fulano. E aí é o seguinte, vou fingir que está ao vivo, tá?”. Então era isso, ligava 10 horas da manhã para a rádio, sei lá, do interior do Piauí, e o locutor falava assim: “agora vamos para Brasília, onde a repórter Laura ou Beatriz traz as informações sobre a Marcha do MST”. E aí entrava [na programação das rádios], e era em várias. Eu lembro que a gente fazia relatório diário. Na época, eram 20 rádios por dia, porque era a nossa capacidade, mas a gente achava demais colocar notícias sem o menor questionamento editorial por parte das rádios. E, para mim, esse é um fenômeno que não mudou nada. Tem tanta demanda, a gente é tão sucateado [na área de rádios], não só com comunitária, mas mesmo nas comerciais.

Segundo a jornalista, eram transmitidas notícias de temas diversos, dos mais “duros”, como política e economia, até previsão do tempo e eventos culturais. Isso era feito para atrair os militantes, mas também as pessoas que não eram próximas à linha política dos movimentos sociais. Além disso, Beatriz explica outro definidor do tipo de conteúdo produzido: “a gente tinha dois públicos, um eram as rádios e quem ouve rádio, e outro era o pessoal que acessava o site, que eram as rádios, mas tinham internautas também”.

No início, as notícias e demais conteúdos eram produzidos em caráter experimental, ainda mais devido ao fato de que, naquele momento, não existia uma tradição ou modelo de agência de notícias para rádios. Beatriz também aponta que a mais forte daquele período era a *Agência Radioweb*⁷¹, e segue sendo considerada uma das maiores do setor atualmente. Mesmo a *Radioagência Nacional*⁷², da pública Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), só foi criada posteriormente à radioagência dos movimentos sociais.

⁷¹ Com mais de 1.900 rádios assinantes de seu conteúdo, a *Agência Radioweb* pode ser acessada pelo site <<http://www.agenciaweb.com.br>>.

⁷² Criada em meados de 2004, a *Radioagência Nacional* pode ser acessada por meio do site <http://www.radioagencianacional.ebc.com.br>.

Para fortalecer o projeto da *Agência Notícias do Planalto*, em seu início, chegou-se a cogitar a formação de um Conselho Editorial próprio, como conta Nina Fideles: “convidamos diversas pessoas que já participavam do *Brasil de Fato*, da *Revista Sem Terra*, para contribuir também na linha editorial que íamos adotar na *Radioagência*”. A então estagiária do veículo relata que “já era consenso que seriam as pautas do MST e, também, as dos nossos parceiros dos movimentos sociais de luta, seja do campo ou da cidade”. Sobre esse processo de construção editorial do novo veículo, o membro da direção nacional dos sem-terra, João Paulo Rodrigues, lembra que ocorriam reuniões semanais com toda a equipe de Brasília, mais dirigentes, jornalistas e comunicadores parceiros. Ele recorda que “foi uma articulação política bem ampla. Mas nós não fizemos nenhum lançamento público, nenhum tipo de evento, mas todos sabiam da ideia da *Agência Notícias do Planalto*”. Ainda referente ao período em Brasília, Rodrigues afirma:

Eu acho que a agência de rádio é a grande novidade nossa, porque ninguém ouvia falar nesse negócio, nem tinha experiência. Todo mundo sabe um pouco do impresso, sabe de revista e jornal. E a agência de rádio foi uma novidade em vários aspectos. Primeiro, que nós não sabíamos que tinha essa possibilidade das rádios do interior veicular esse tipo de notícias. Segunda questão é que ela nos permitiu entrar em várias rádios comerciais grandes, pequenas, do interior, do Brasil inteiro. E, terceiro, é que nos obrigou a ter que fazer um tipo de matéria que é menos “eu me amo”, uma matéria que possa ser progressista no conteúdo, que possa levar em consideração as nossas bandeiras, sem ter que ser panfletária. Acho que isso foi bem bacana, nos obrigou a se adequar a esse tipo de noticiário, também com matérias curtas.

A mudança de Brasília para São Paulo, onde está sediada a agência atualmente, ocorreu no ano de 2006. A iniciativa foi motivada por fatores políticos e profissionais, mas também pessoais. De acordo com Nina Fideles, “em Brasília, havia uma articulação política e, em São Paulo, estavam todas as experiências de comunicação, o *Jornal Sem Terra*, a *Revista Sem Terra* e mesmo as experiências de rádio circulavam muito mais em São Paulo”. Com essa leitura de que o centro da comunicação do MST ficava na capital paulista, e com a intencionalidade da *Agência Notícias do Planalto* “de capacitar e avançar nas rádios comunitárias do MST”, foi tomada a decisão de transferência, com a pretensão “de continuar crescendo” com o projeto.

Para Beatriz Pasqualino, a mudança também ocorreu por motivos pessoais, pois ela, que, no momento, era coordenadora da agência e a única com dedicação exclusiva ao projeto, precisou voltar a São Paulo. Além disso, a cidade já havia sediado experiências radiofônicas como o programa para rádios comunitárias do MST, “Vozes da Terra”⁷³, do qual ela era uma das jornalistas. Com a mudança, Beatriz e Nina assumiram conjuntamente a coordenação da agência, que montou um pequeno estúdio de gravação e contratou dois técnicos de áudio, passando a funcionar em uma sala na casa onde ficava a sede do jornal *Brasil de Fato*.

No início de 2007, alterou-se também o nome do projeto, que passou de *Agência Notícias do Planalto* para *Radioagência NP*, na busca por imprimir uma identidade maior com seu público-alvo de rádios, além de descolar da ideia de ser uma rádio sediada em Brasília. Como avalia João Paulo Rodrigues, a mudança para capital paulista acabou gerando “essa inversão da ‘Notícias do Planalto’, para não ficar restrita às notícias do governo, do Estado, mas que ela pudesse ter um conteúdo muito mais amplo”.

Em abril de 2010, a página da internet www.radioagencianp.com.br entrou no ar. Esta permaneceu até março de 2014, quando o projeto passou a se hospedar no site do *Brasil de Fato*, sob o endereço eletrônico: www.brasildefato.com.br/radioagencia, e mudou de nome para *Radioagência Brasil de Fato* – ou *Radioagência BdF*. Esta transição ocorreu em um momento de grandes mudanças no projeto do jornal *Brasil de Fato*, com a proposta de criação de jornais tabloides nas principais capitais do país e em que se visava um fortalecimento do site do *Brasil de Fato*, transformando-o em um portal de notícias.

Apesar das transformações ao longo de sua história, a linha editorial da agência no momento inicial segue sendo a mesma na atualidade e é “orientada pela construção de um projeto popular para o Brasil e para a América Latina”⁷⁴. Essa consigna faz referência às propostas e bandeiras políticas de movimentos sociais e setores organizados da classe trabalhadora em defesa de uma mudança estrutural da sociedade.

⁷³ O programa “Vozes da Terra” foi produzido durante o final dos anos de 1990 e início dos 2000 pelo Setor de Comunicação do MST. Era voltado para as rádios do Movimento, que contava com cerca de 50 emissoras comunitárias no período. Os programas eram distribuídos através de CDs e ficam disponíveis para *download* na internet.

⁷⁴ Trecho de documento interno sobre o projeto de formação da *Radioagência NP* (na época *Agência Notícias do Planalto*), de 2004.

Para o atual editor da *Radioagência NP*, e que está no veículo desde 2010, Jorge Luiz Toledo Américo⁷⁵, a linha editorial também tem relação com sua origem: em meio às discussões do Fórum Social Mundial de 2003, realizado em Porto Alegre. Vale lembrar que o jornal *Brasil de Fato*, ao qual a *Radioagência NP* é ligada, foi lançado durante uma atividade do evento, em 25 de janeiro daquele ano. Aliado a isso, Américo aponta que a *Radioagência NP* “suruiu basicamente na estrutura dos movimentos sociais, do MST. Então, ela sempre incorporou a perspectiva de construção de uma nova sociedade mais igualitária e sem injustiças sociais”. Além disso, o editor destaca duas premissas do projeto político e editorial da agência: “ela é anticapitalista e anti-imperialista”.

No período de junho a dezembro de 2013, tempo pesquisado nesta dissertação, a equipe da *Radioagência NP* era formada por um editor (Jorge Américo), dois repórteres/redatores (Daniele Silveira e Leonardo Ferreira) e dois técnicos de áudio (Jorge Mayer e Luiz Felipe Bueno). A parte administrativa era conduzida pelo setor financeiro do jornal *Brasil de Fato* e pelo MST. O projeto funcionava com horário fixo de trabalho: de segunda a sexta-feira, das 8h às 15h, conferindo-lhe um caráter mais formal empregatício do que somente um engajamento militante. No local onde funcionava a agência, na região central da cidade de São Paulo, também estavam as equipes do jornal e site do *Brasil de Fato*, assim como do jornal tabloide *Brasil de Fato SP* e outros setores do MST.

Enquanto espaço virtual na web⁷⁶, a agência possuía um site em que disponibilizava os materiais radiojornalísticos para serem ouvidos e lidos na própria página e/ou para descarregar seus produtos e, assim, retransmiti-los em emissoras radiofônicas. Havia também a geração de matérias via telefone para as rádios assinantes, realizadas pelos técnicos de áudio, que igualmente gravavam as entrevistas feitas ao telefone pelos repórteres e editavam o material fonográfico. Segundo Jorge Américo, editor da *Radioagência NP*, a geração de conteúdo por telefone “é uma maneira mais eficiente de controlar, saber qual a vazão desse produto. Porque quando está na internet, a gente não sabe quem acessa”. Ele ainda afirma que “são rádios de todos os estados,

⁷⁵ Entrevista concedida à autora por Jorge Luiz Toledo Américo, no dia 16 de maio de 2014. Áudio completo em anexo.

⁷⁶ As informações presentes nesta seção foram obtidas a partir de projetos e documentos da *Radioagência NP*, observação participante por parte da pesquisadora, além de acompanhamento do próprio site da agência.

praticamente, que acessam esse conteúdo” produzido pela agência. Vinculado ao site, havia um trabalho com distribuição de *newsletter* via e-mail (que funcionava esporadicamente) e atuação nas redes sociais Twitter e Facebook.

A divisão do site da *Radioagência NP* se dava entre “Nacional”, com maior número de matérias, e “Internacional”, com destaque para América Latina, mas contando com pautas de outras regiões do mundo. Havia, também, as colunas de “Entrevistas”, “Reportagens Especiais”, “Especiais” e de “Comentaristas”, entre eles professores universitários, economistas e militantes sociais de vários locais do Brasil. Outros materiais produzidos pela equipe eram as “Dicas da semana” (como prestação de serviços), “Podcasts” com trechos mais longos de falas dos entrevistados, “Notícias breves”, três pequenas notas selecionadas de outros veículos, e um programa semanal com as principais notícias, chamado “Ponto de Vista”.

Os boletins – as notas secas, sem sonora – e as matérias – que utilizam a fala em áudio de uma fonte – possuíam de um a dois minutos. Já as reportagens especiais – utilizam mais de uma sonora de uma mesma fonte ou mais de um entrevistado –, entrevistas e comentários de especialistas possuem cerca de três a sete minutos. O programa semanal reunia de três a cinco matérias ou boletins e uma entrevista ou reportagem, totalizando de oito a quinze minutos de duração. Todo o material tinha permissão para ser reproduzido gratuitamente em outros veículos de comunicação, desde que na íntegra e citando a procedência da informação.

A categorização desses produtos, com o uso da respectiva nomenclatura descrita acima, foi formulada pela própria equipe da *Radioagência NP*, sendo esta a forma como jornalistas e técnicos de áudio se referem aos materiais por eles produzidos. Assim, nesta dissertação optou-se por respeitar as definições construídas dentro do veículo estudado e utilizá-las nesta pesquisa, de acordo com a lógica de produção da própria equipe da agência de notícias.

Em sua produção jornalística, a *Radioagência NP* desenvolvia parceria com outros veículos da mídia alternativa e estava estruturada dentro do mesmo projeto do jornal *Brasil de Fato*, do qual integrava as reuniões periódicas do seu Conselho Editorial, até o início de 2014. Nestas, participavam os jornalistas, além dos membros do Conselho (que em sua maioria eram intelectuais, professores, sindicalistas, membros de movimentos sociais e de organizações políticas). Nos encontros ocorriam análises de

conjuntura nacional e internacional, a partir das quais se extraíam sugestões de pauta. Os principais temas levantados eram referentes a direitos humanos e trabalhistas, reformas sociais (agrária, urbana, etc.), movimentos populares, questão indígena e quilombola, conflitos no campo e na cidade, agrotóxicos e transgênicos, democratização da comunicação, questão de gênero, educação, entre outros. Esta tendência na escolha das pautas era aplicada tanto na editoria nacional, quanto na internacional.

A divisão das tarefas na rotina de produção da *Radioagência NP* era estruturada de acordo com funções. “Os repórteres estão basicamente focados na produção de conteúdo [...]. Além de participar dessa produção direta do texto e do áudio, o próprio repórter que cuida do texto, faz a locução. Eles também fazem a postagem na internet e nas redes sociais”, relata o editor Jorge Américo. Aos técnicos, como dito anteriormente, compete a gravação telefônica de entrevistas, a edição dos áudios e, também, a geração direta para as rádios por meio do telefone. Américo explica ainda o que cabe a ele enquanto editor: “A minha parte seria tanto a de reunir o que chega de informação, o que vai ser pauta de fato, distribuir as tarefas e, também, fazer a revisão dos textos”. Outras iniciativas demandadas ao editor são a produção de textos, quando há tempo e interesse na temática, e a função de coordenação, que “seria o momento em que se exercem funções mais políticas, em que submetemos as nossas ações ao Conselho e aos movimentos que dão suporte ao veículo”, esclarece.

Na rotina produtiva jornalística, o processo inicia-se com o levantamento e a seleção de pautas. Segundo o editor Jorge Américo, “todos funcionam como pauteiros” na equipe da *Radioagência NP*. As reuniões de pauta são realizadas às terças-feiras e este é o momento de se levantar propostas e decidir quais serão as pautas de matérias e reportagens da semana, bem como as fontes e o enquadramento dado às mesmas. Já os boletins, que não utilizam sonoras, são definidos a cada dia.

“Os nossos grandes pauteiros são os movimentos sociais”, relata o editor, que conta que as informações das ações, propostas e demais assuntos desses atores sociais são recebidos via e-mail ou encontrados nos sites de cada organização. Além dos movimentos, os sindicatos e entidades de trabalhadores também são consultados. Outra importante fonte utilizada são as assessorias de imprensa dos ministérios públicos e defensorias, aos quais se tem contato por e-mail. Américo aponta ainda que há o acompanhamento dos “grandes portais, os noticiários comuns, como o *Uol* e o *GI*, mas

sempre com a preocupação de reinterpretar o que está acontecendo e procurando a avaliação e o posicionamento dos movimentos sociais”. A ideia de abordar os mesmos temas da mídia comercial seria para atrair as “pessoas que querem saber o que está acontecendo, mas através de uma outra leitura”, afirma Américo.

As fontes normalmente utilizadas são de movimentos sociais de diversos setores, de entidades sindicais e de pesquisadores, trabalhadores e intelectuais que tenham uma visão mais progressista dos fatos noticiados. As entrevistas são conduzidas de acordo com a abordagem definida sobre o tema. Jorge Américo relata que essa necessidade de “focar” nas perguntas básicas, em que se quer a declaração do entrevistado, ocorre “inclusive para ganhar mais tempo, porque quanto menos tempo o técnico perde na entrevista, mais tempo ele tem para fazer geração para as rádios. Então, a gente procura ir direto ao ponto e não se estender muito”. No entanto, isso não ocorre quando a busca pela fonte ocorre para a produção de um conteúdo no formato de entrevista ou quando “no momento da entrevista a gente saca o que dá para explorar mais, para virar outra coisa”, comenta o editor.

A redação da matéria é o passo seguinte, posterior ao acesso às fontes. Esta etapa “é um processo mais rápido, em questão de uma hora a gente já consegue ter uma matéria pronta”, descreve Américo. Quando não se utiliza fontes, os redatores produzem os boletins, que são definidos diariamente. “O boletim acompanha a agenda da grande imprensa, na contrainformação, com outro enquadramento. As matérias com fontes e as reportagens são com pautas mais ligadas ao projeto político e editorial do jornal”, analisa. O editor ainda acredita que vale a pena investir mais em matérias com fontes, devido ao grande número de acessos do público que elas acabam gerando na internet, contudo, normalmente não há tempo para realizá-las em maior quantidade.

A meta da equipe da *Radioagência NP* é a de atualizar o site cinco vezes ao dia, com a produção e publicação de cinco conteúdos novos, independente do que seja – matérias, reportagens, entrevistas, comentaristas ou outros. “Como a equipe é pequena, a gente tenta fazer uma reportagem especial por semana. [...] Quem está envolvido nisso acaba levando de um a dois dias na produção. Então, na véspera da publicação cai a produção e a gente vai ter três ou quatro atualizações no site”, descreve Jorge Américo. Ele também diz que o conteúdo dos materiais produzidos costuma ser compartilhado

por outros veículos que fazem parte do *Brasil de Fato*, seja a página na internet ou os jornais.

Para a geração por telefone para as rádios é escolhido um produto por dia, entre boletins e matérias. A decisão cabe ao editor no final do expediente do dia anterior ao da veiculação. “Com as rádios a gente tem um desafio diário de quebrar o bloqueio”, afirma Jorge Américo, que explica que a tentativa é dosar entre produções mais ligadas à política dos movimentos sociais e àquelas que tenham um caráter mais de serviço. “Quando a gente faz uma pauta que é muito significativa para os movimentos sociais, porque denuncia alguma ação prejudicial às pessoas cometida por uma grande empresa, mas essa grande empresa anuncia na rádio, então a matéria vai ser vetada”, acredita. No entanto, o editor aponta que uma pauta com grande aceitação nas emissoras é sobre temas relacionados a agrotóxicos e transgênicos, que inclusive são pautas permanentes dos movimentos do campo. “É uma coisa que desperta muita atenção e muito medo também, porque todo mundo tem receio do que pode acontecer. Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e inúmeras pesquisas indicam que os riscos para a saúde podem ser catastróficos”, alega Américo. O interesse pelo tema, segundo ele, vem tanto de militantes políticos, quanto de pessoas não próximas a alguma forma de engajamento social.

Para analisar um pouco mais os temas selecionados e as produções realizadas pela *Radioagência NP*, foi feito um levantamento das notícias produzidas em um período determinado, que é o segundo semestre de 2013. Nestes seis meses, foram levantados 361 produtos radiojornalísticos informativos, entre boletins, matérias, reportagens e entrevistas, publicados no site da agência. Não foram contabilizadas as “dicas de serviços”, “podcasts”, “comentaristas”, “notícias breves” e o programa semanal “Ponto de Vista”. A distribuição por meses e formatos se deu da seguinte forma:

Tabela 1 – Produções radiojornalísticas da *Radioagência NP* entre julho e dezembro de 2013:

	Boletins	Matérias	Reportagens	Entrevistas	TOTAL
Julho/2013	60	4	4	3	71
Agosto/2013	65	11	3	1	80
Setembro/2013	57	9	3	2	71
Outubro/2013	41	4	2	0	47
Novembro/2013	45	12	1	2	60
Dezembro/2013	23	3	6	0	32
TOTAL	291	43	19	8	361

De maneira geral, nota-se que grande parte dos conteúdos radiojornalísticos produzidos são referentes a direitos humanos (como violência policial, tráfico de pessoas, situação de imigrantes); manifestações políticas e sociais (protestos de rua, encontros e simpósios de movimentos e sindicatos); questões trabalhistas (greves, paralisações e condições de trabalho); temas de saúde e educação ligadas a serviços (campanhas de vacinação, inscrição de programas educacionais); notícias do poder público (declarações e decisões do Executivo, Legislativo e Judiciário); dicas de eventos culturais; entre outros.

Outro aspecto a ser ressaltado nesta análise é o das fontes utilizadas, que em grande parte são de movimentos sociais e sindicais, além de especialistas e envolvidos com o fato noticiado, que possuem uma leitura mais crítica e progressista em relação à temática tratada. Um exemplo está na reportagem “Política de segurança vê periferia como inimigo a ser combatido”⁷⁷, sobre ações policiais violentas contra moradores pobres e de periferia, em que foram utilizadas duas fontes com sonora: uma é Débora Maria, coordenadora do movimento Mães de Maio, e a segunda é Michele Silva, moradora da Rocinha, no Rio de Janeiro. Mais um exemplo nesse sentido é o da matéria “Petroleiros e movimentos sociais fazem ato nacional contra leilões do pré-sal”⁷⁸, sobre

⁷⁷ Reportagem “Política de segurança vê periferia como inimigo a ser combatido”, de Jorge Américo, publicada em 5 de julho de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11755-politica-de-seguranca-ve-periferia-como-inimigo-a-ser-combatido>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

⁷⁸ Matéria “Petroleiros e movimentos sociais fazem ato nacional contra leilões do pré-sal”, de Leonardo Ferreira, publicada em 5 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11916->

uma manifestação realizada em São Paulo contra a privatização do petróleo brasileiro, em que foi entrevistado Genivaldo Silva, diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Além de entrevistas realizadas por telefone pelo repórter, é comum o uso de áudio de outros veículos, sejam os disponibilizados por assessorias, canais públicos de informação ou vídeos da internet. Este o caso da matéria “‘Cura gay’ é arquivada para evitar derrota no Plenário”⁷⁹, em que se faz uso de dois áudios (possivelmente oriundos da agência oficial da Câmara dos Deputados, mas tal informação não consta nos créditos da matéria). Uma sonora é do deputado Pastor Marco Feliciano (PSC) e outra do deputado Ivan Valente (Psol), apresentando posições opostas em relação ao projeto que suspende a proibição de psicólogos proporem tratamento à homossexualidade de pacientes. Mais um exemplo está na matéria “Documentário mostra como mineração ameaça fornecimento de água”⁸⁰, em que um trecho da fala de Rebeca (não consta o sobrenome da fonte), moradora da cidade de Congonhas (MG), atingida pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), presente em uma obra audiovisual, é utilizada.

Nos seis meses pesquisados, foi registrada apenas uma reportagem realizada com o jornalista a campo (*in loco*), em “População reprovava Alckmin em ato contra corrupção no Metrô”⁸¹. A mesma foi feita pelo repórter Leonardo Ferreira, que participou de um ato contra a corrupção no Metrô e na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), na cidade de São Paulo. Nesta reportagem, foram entrevistadas cinco pessoas que participaram ou acompanharam a manifestação. O perfil destas fontes foi variado: um militante do Levante Popular da Juventude, uma estudante, um motorista, um metalúrgico e uma dona de casa.

Esse breve levantamento demonstra que a intencionalidade proposta na linha editorial da *Radioagência NP* é, na maioria dos casos, praticada na produção dos boletins, matérias, reportagens e entrevistas. A seleção das pautas está em sintonia com

petroleiros-e-movimentos-sociais-fazem-ato-nacional-contra-leiloes-do-pre-sal>. Acesso em: 31 mai. 2014.

⁷⁹ Matéria “‘Cura gay’ é arquivada para evitar derrota no Plenário”, de Daniele Silveira, publicada em 3 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11748-cura-gay-e-arquivada-para-evitar-derrota-no-plenario>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

⁸⁰ Matéria “Documentário mostra como mineração ameaça fornecimento de água”, de Daniele Silveira, publicada em 29 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/12086-documentario-mostra-como-mineracao-ameaca-fornecimento-de-agua>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

⁸¹ Reportagem “População reprovava Alckmin em ato contra corrupção no Metrô”, de Leonardo Ferreira, publicada em 15 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11861-populacao-reprova-alcmin-em-ato-contra-corruptao-no-metro>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

a proposta político-editorial do veículo, tanto do ponto de vista de apresentar as demandas e os debates dos movimentos sociais, quanto no de realizar a contrainformação midiática. A escolha das fontes também corrobora com a proposta de dar voz aos representantes de movimentos sociais, organizações sindicais, setores populares e progressistas da sociedade.

Contudo, uma crítica a ser realizada do ponto de vista jornalístico, é a baixa realização de reportagens, em especial aqueles em que o repórter vai a campo (*in loco*). Isso demonstra a prática do comumente chamado “jornalismo de gabinete”, em que a apuração se dá exclusivamente na redação e por telefone. Na grande maioria dos produtos, não foram usados arquivos sonoros ou entrevistas com fontes, para a inserção do áudio do entrevistado, o que acarreta em uma perda da potencialidade e diferenciação do formato radiojornalístico, para além de uma leitura de textos jornalísticos. Dentro disso, há que se entender que existem dificuldades de cobertura e apuração devido ao reduzido número de jornalistas na equipe, contudo, isso não deve se tornar uma justificativa para a perda de qualidade, o que poderia enfraquecer a busca por soluções e um aprimoramento e qualificação da agência de notícias, consequentemente em possibilidades de crescimento seja no número da audiência ou de influência na opinião pública.

3.2. A América Latina na *Radioagência NP*

As notícias internacionais na *Radioagência NP* também estão sob a linha editorial que dita um interesse maior por temas não tratados pela grande mídia, “como as questões que atingem os movimentos sociais e a classe trabalhadora brasileira e da América Latina”⁸². De acordo com o atual editor, Jorge Américo⁸³, devido à ligação da agência com o MST, que se articula com outros movimentos sociais através da Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA), há uma ênfase em temáticas que

⁸² Trecho retirado do texto “Quem somos?” do site da *Radioagência NP*. Disponível em: <<http://radioagenciamp.com.br/node/1>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

⁸³ Entrevista concedida à autora por Jorge Luiz Toledo Américo, no dia 16 de maio de 2014. Áudio completo em anexo.

reflitam a integração latino-americana. Ele ressalta que há uma busca por “respeitar a questão da solidariedade entre os povos e tentar sempre dar destaque para os problemas em comum”. Para o editor, a herança colonialista dessas nações gerou consequências parecidas na região, embora existam suas diferenças. “Todos os países enfrentam as consequências sociais, econômicas, ambientais, [...] por conta de um projeto imperialista para a América Latina. [...] Então, a gente sempre tenta ir atrás da interpretação dos movimentos sociais acerca desses problemas”, sintetiza Américo.

Apesar de constar desde o início do projeto editorial da *Radioagência NP*, a entrada de temas latino-americanos ocorreu com maior ênfase a partir da transferência da sede para São Paulo, em 2006, segundo o dirigente nacional do MST, João Paulo Rodrigues⁸⁴. Ele avalia que o “ambiente paulistano”, em sua diversidade cultural, contribuiu para essa questão. Isto é indicado em contraposição ao universo temático do veículo em Brasília, que estava mais ligado a temas da política nacional e do governo federal.

Outra iniciativa que surgiu com a transferência da *Radioagência NP* à capital paulista foi a oferta de notícias com texto e áudio em espanhol. O objetivo era estreitar parcerias com rádios dos demais países latino-americanos. A iniciativa de traduzir e gravar algumas notícias em espanhol era baseada na avaliação de que “o MST e o *Brasil de Fato*, todos esses veículos que cobrem movimentos sociais, têm uma luta muito próxima com os países da América Latina”, aponta Nina Fideles⁸⁵. Sobre as notícias em espanhol, a jornalista afirma que “os ‘hermanos’ usavam muito. Nos encontros do MST ou de esquerda, eles sempre diziam que usavam nosso material em espanhol. Então, a gente acreditava que era uma linha a se seguir. E foi muito rica”. As matérias em português selecionadas para ganhar tradução e áudio em espanhol eram aquelas do cenário nacional ou questões de direitos humanos e de movimentos sociais brasileiros. Normalmente, não eram feitas versões em espanhol para notícias da editoria internacional. O serviço iniciou em 2006⁸⁶ e a última notificação da “Versión en

⁸⁴ Entrevista concedida à autora por João Paulo Rodrigues, no dia 5 de maio de 2014. Áudio completo em anexo.

⁸⁵ Entrevista concedida à autora por Nina de Almeida Fideles, no dia 20 de maio de 2014. Áudio completo em anexo.

⁸⁶ A informação foi obtida no site da *Radioagência NP*. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/node/1140>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

Español” data de outubro de 2012⁸⁷. A mesma foi encerrada por dificuldades estruturais, pois as notícias eram traduzidas e gravadas por colaboradores.

Segundo Beatriz Pasqualino⁸⁸, que foi jornalista da *Radioagência NP* de 2004 a 2006, “a América Latina sempre foi uma pauta dos movimentos sociais, que, aliás, é abraçada basicamente por eles, como uma questão que nos envolve como país. Algo que na imprensa entrava e continua entrando muito pouco”. Para os acontecimentos de outros países da região, ela relata que o acesso se dava através dos movimentos sociais da Via Campesina, da Minga Informativa⁸⁹ e da Agência Latinoamericana de Información (ALAI)⁹⁰.

Citando veículos de comunicação parceiros, como a Adital⁹¹ e a cubana Prensa Latina⁹², Nina Fideles também relembra outras iniciativas realizadas no período em que ela esteve na *Radioagência NP*, de 2004 a 2007. “A gente tentou, desde o início, consolidar parcerias mesmo. Então, se tinha a [jornalista] Cláudia Jardim na Venezuela, escrevendo para o *Brasil de Fato*, a gente a convidava para contribuir com a *Radioagência*, gravar e fazer entradas dela nas rádios”, conta. De acordo com Nina, repórteres correspondentes que viviam em outros países e tinham proximidade com a linha editorial da agência também foram convidados a colaborar, seja propondo pautas ou produzindo matérias. “Nesse momento, a gente conseguiu muito, teve na Guatemala, na Venezuela, no México já houve. [...] Todo mundo que viajava tinha como tarefa trazer informações e, quando pudesse, gravar notas explicando o que estava acontecendo”, descreve.

⁸⁷ Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/espanol>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

⁸⁸ Entrevista concedida à autora por Beatriz Buschel Pasqualino, no dia 10 de abril de 2014. Áudio completo em anexo.

⁸⁹ A Minga Informativa dos Movimentos Sociais é um portal de comunicação da internet que é construída por diversas redes e organizações sociais da América Latina e do Caribe, que se propuseram a unir forças e construir respostas coletivas na área comunicacional, “entendiendo que la comunicación es estratégica para la acción social”. A informação é oriunda do site da Minga. Disponível em: <<http://www.movimientos.org/es/quienes-somos.php>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

⁹⁰ A Agencia Latinoamericana de Información é centro de comunicação “comprometido con la vigencia plena de los derechos humanos, la igualdad de género y la participación ciudadana en el desarrollo y quehacer público de América Latina” que reúne e divulga notícias em seu site: <<http://alainet.org/index.ptml>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

⁹¹ A Agência de Informação Frei Tito para América Latina (Adital) se define como “uma agência de notícias que nasceu para levar a agenda social latino-americana e caribenha à mídia internacional”. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/index.php?lang=PT&prevlang=ES>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

⁹² A Agência Informativa Latinoamericana Prensa Latina é um veículo multimídia iniciado no início da Revolução Cubana, em 1959, “com o propósito de oferecer ao mundo uma visão da realidade latino-americana diferente da que ofereciam os grandes monopólios midiáticos”. Disponível em: <<http://www.prensalatina.com.br/>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

Desde o seu surgimento, a *Radioagência NP* contou apenas com um correspondente fixo, o repórter Vinícius Mansur, pelo período de um ano (2009-2010), na cidade de La Paz, capital da Bolívia. Outros colaboradores foram na Cidade da Guatemala, na República da Guatemala (2005); em Caracas, na Venezuela (2006); em Assunção, no Paraguai (2009); em Ti Rivye Latibonit, no Haiti (2010); e em Tegucigalpa, em Honduras (2011). Além de algumas matérias isoladas, como vindas de Santiago, no Chile (2011). A única colaboração de outro continente ocorreu em 2005, com uma jornalista em Amsterdã, na Holanda. O formato desses produtos normalmente era o de boletim, em que não se usa sonora de entrevistados. De maneira geral, nas notícias internacionais, a quantidade de produção de matérias utilizando o áudio dos entrevistados era reduzida. Quando eram usados, gravava-se a tradução em português por cima da voz do entrevistado falando em outro idioma⁹³.

A utilização de matérias da *Rádio ONU*, com sede em Nova York, nos Estados Unidos, se somou na composição da editoria internacional produzida na *Radioagência NP*. Sobre este caso, eram selecionadas para reprodução matérias que traziam assuntos mais amplos da situação mundial ou de determinados países, ou ainda eventos e discursos oficiais de membros e instituições da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na época em que estive na agência (de 2004 a 2006), a jornalista Beatriz Pasqualino relata que a produção noticiosa de temas internacionais “era basicamente ‘cozinha’ [reescrever texto produzido por outro veículo] e era, normalmente, sem sonora, porque a equipe não falava espanhol. Quando eu falo que a gente fazia matérias de outros países, era da América Latina”. Para Nina Fideles, que estive desde a criação da *Radioagência NP* até meados de 2007, a dificuldade maior era não ter um jornalista exclusivo para a cobertura internacional. “Eu acho que quando você tem uma pessoa específica para isso você consegue aumentar o número de notas, aumenta os temas, então você consegue agregar muito mais à cobertura. E como é rádio, tem que entrevistar, então às vezes só saía nota”, avalia.

Atualmente, o processo de produção de notícias internacionais na *Radioagência NP* iniciava pela seleção dos acontecimentos, em que se “tenta dar prioridade para as pautas relacionadas à América Latina, por conta dos movimentos que nos sustentam estarem articulados nessa rede latino-americana de solidariedade”, afirma o editor Jorge

⁹³ Levantamento realizado a partir da busca no site da *Radioagência NP*.

Américo, referindo-se, especialmente, à ALBA. Segundo ele, quando as notícias chegam através dos movimentos sociais, a principal fonte de informação é o site de notícias internacionais *Opera Mundi*⁹⁴, pois ele possui “uma leitura muito interessante, que se preocupa bastante em ouvir a posição dos movimentos sociais e tem também uma leitura muito crítica sobre os acontecimentos do mundo”. Américo também cita a Agência Latinoamericana de Información (ALAI) e a Via Campesina como fontes de notícias. O editor ainda declara que, quando faltam informações dos movimentos sociais, busca-se acessar informações através de veículos da grande mídia. Porém, ele ressalta que este “não é um caminho muito seguro, porque tudo o que chega aqui, chega filtrado”, analisa, fazendo referência às agências de notícias internacionais.

Sobre os formatos radiofônicos e o processo produtivo das notícias de países latino-americanos, Jorge Américo afirma que “na maioria dos casos, as coisas acabam virando boletins, porque é muito difícil acessar fontes fora do Brasil”. Ele aponta que existe uma dificuldade para a realização de reportagens nas pautas internacionais, por conta da “limitação das fontes”. O editor afirma que “às vezes são leituras muito interessantes, mas não tem a mesma legitimidade de quem está vivendo o problema no dia a dia. [...] Se a gente pudesse acessar essas fontes externas, a gente poderia dar um salto qualitativo”. Como principal barreira a esse acesso, ele aponta o idioma, já que no Brasil se fala o português e na maioria dos demais países da América Latina o espanhol é a principal língua falada, afinal “porque por telefone a gente chega em qualquer lugar”, relembra o jornalista. O mesmo argumento da língua foi levantado pela ex-jornalista da *Radioagência NP*, Beatriz Pasqualino, quanto ao trato de temas latino-americanos: “A barreira da língua para a América Latina é o que mais nos separa, para além de questões políticas”.

Contudo, Américo cita que há uma facilidade maior ao tratar dos assuntos relativos à Venezuela e, também, de Cuba, devido a questões políticas. O editor afirma que para a agência “o mais tranquilo para se falar [...] são as pautas relacionadas à Venezuela, porque tem uma proximidade muito forte com os movimentos sociais do Brasil com a Venezuela, existe uma simpatia muito grande com esse processo bolivariano”. Em junho de 2012, a *Radioagência NP* produziu um especial de sete

⁹⁴ O portal Opera Mundi, <<http://operamundi.uol.com.br>>, faz parte do grupo “Última Instância”, de Breno Altman.

reportagens chamado “Venezuela, nos passos do desenvolvimento”⁹⁵. Na ocasião, foram entrevistados onze especialistas brasileiros e apenas um venezuelano, o então embaixador da República Bolivariana da Venezuela no Brasil, Maximilien Arvelaiz.

Sobre a situação de uso de fontes nacionais ao se falar de temas estrangeiros, o pesquisador Pedro Aguiar (2008b) analisa que é uma prática recorrente no jornalismo internacional realizado no Brasil:

Jornalistas em Inter estão acostumados a certas fontes recorrentes, cuja variação é desencorajada pelas dificuldades de idiomas e práticas mencionadas anteriormente. Assim, o hábito de manter a agenda com nomes “fáceis” para recorrer, principalmente em casos de prazo apertado, como perto do horário de fechamento, é comum a várias editorias do jornalismo diário, e ainda mais acentuado na de Internacional.

[...]

Entre estas classes de fontes corriqueiras, há os chamados “especialistas”, analistas e pesquisadores universitários, principalmente em áreas como Ciência Política, Relações Internacionais, Sociologia, Geografia e História; as autoridades locais do país-objeto da notícia, cujos depoimentos são, às vezes, equilibrados pelos de políticos opositores; cidadãos comuns e, não raro, brasileiros vivendo ou passeando no lugar em questão. (p. 38)

Durante os seis meses analisados na presente dissertação, de julho a dezembro de 2013, foram levantadas 68 notícias internacionais, em um universo de 361. Nesse número, estão incluídos boletins, matérias, reportagens e entrevistas. Os conteúdos radiofônicos selecionados como internacionais são aqueles que têm como acontecimento principal algo “estrangeiro”, de outro país que não o Brasil, seja pelo local onde se passa a ação ou devido aos principais sujeitos envolvidos no fato noticiado. Também estão inclusas na editoria internacional notícias de caráter mundial, como dados, pesquisas e fenômenos que tratam do conjunto dos países⁹⁶.

Os dados gerais do levantamento de notícias internacionais na *Radioagência NP* ficam assim distribuídos:

⁹⁵ Conteúdo disponível em <<http://radioagencianp.com.br/10838-Especial-Venezuela>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

⁹⁶ Categorização estabelecida tendo como principal referencial bibliográfico: NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

Tabela 2 – Produções radiojornalísticas da editoria internacional da *Radioagência NP* entre julho e dezembro de 2013:

	Boletins	Matérias	Reportagens	Entrevistas	TOTAL
Julho/2013	15	0	1	0	16
Agosto/2013	13	0	0	0	13
Setembro/2013	8	2	0	0	10
Outubro/2013	7	0	0	0	7
Novembro/2013	10	3	0	0	13
Dezembro/2013	7	0	2	0	9
TOTAL	60	5	3	0	68

Com isso, chega-se ao resultado de 18,8% de notícias internacionais, do total da produção jornalística informativa da *Radioagência NP*. Sendo que, inscritas nesse recorte, 88,2% são boletins (sem sonoras de fontes), 7,4% são matérias (com utilização de uma sonora de entrevistado); 4,4% reportagens (notícias mais longas com a utilização de dois entrevistados, ou mais de uma sonora de uma mesma fonte); e nenhuma entrevista.

De maneira geral, a editoria internacional da *Radioagência NP* se relaciona com as pautas levantadas na editoria nacional. Os principais temas tratados são liberdades democráticas e soberania nacional (como nos casos referentes à espionagem norte-americana contra governos e cidadãos de outros países); direitos humanos (como racismo e mortes em conflitos e guerras); questões trabalhistas (greves); pautas dos movimentos sociais do campo (como denúncias sobre o uso de agrotóxicos e transgênicos); protestos e manifestações sociais; entre outros.

Contudo, destaca-se na produção da agência uma grande assimetria entre a produção de notícias nacionais e internacionais, conferindo uma quantidade muito menor a esta, que não alcança nem um quarto do total da produção. A ausência de correspondentes no exterior (que parece ser decorrente mais de um problema de ordem financeira, do que propriamente editorial) também enfraquece a qualidade, credibilidade e quantidade de notícias internacionais. Outro ponto de destaque negativo é a grande

quantidade de boletins em relação a outros formatos radiojornalísticos que utilizam entrevistas em áudio.

Desse resultado, é possível apreender como justificativa para o grande número de notas sem áudio de fontes, conforme levantado pelo editor do veículo anteriormente, a barreira do idioma, já que o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem como língua oficial o português. No entanto, o padrão de grande quantidade de boletins repete-se tanto na editoria nacional, quanto na internacional, com 80,6% de boletins em relação ao total de notícias na nacional, e 88,2% de boletins em internacional. Logo, é questionável o argumento de diferenças linguísticas entre português e espanhol como o principal impedimento para um maior uso de fontes entrevistadas e uso de áudio em matérias sobre os países latino-americanos, já que as porcentagens de quantidade de boletins no total e na editorial internacional são similares.

Outro fator que gera reflexão a partir desses dados é que nos casos onde foram utilizadas fontes, todas correspondem a personagens ou especialistas que ou são brasileiros ou falam o português. Um exemplo é a reportagem “‘Medicina cubana ensina a atender o povo com qualidade e humanismo’, diz médica brasileira”⁹⁷, do jornalista José Coutinho Júnior (em caráter especial para a agência). Na notícia, que trata da formação em medicina de Cuba, são entrevistados dois brasileiros que se formaram médicos na ilha caribenha. Outro caso é o da matéria “Extinção das abelhas pode levar a colapso alimentar mundial”⁹⁸, em que é utilizada entrevista com o agrônomo, Quimet Toldrá, que fala sobre o tema em português. A única exceção ocorre na reprodução da matéria realizada pela *Rádio ONU*, “Desperdício de alimentos causa sérios danos ao clima e recursos naturais”⁹⁹, na qual o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), José Graziano da Silva, fala em inglês, apesar de ser brasileiro, por se tratar de uma fala durante conferência mundial da ONU. Neste caso, o áudio da tradução em português é sobreposto à fala em inglês.

⁹⁷ Reportagem “‘Medicina cubana ensina a atender o povo com qualidade e humanismo’, diz médica brasileira”, de José Coutinho Júnior, publicada em 30 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11815-medicina-cubana-ensina-a-atender-o-povo-com-qualidade-e-humanismo-diz-medica-brasileira>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

⁹⁸ Matéria “Extinção das abelhas pode levar a colapso alimentar mundial”, de Leonardo Ferreira, publicada em 4 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/12033-extincao-das-abelhas-pode-levar-a-colapso-alimentar-mundial>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

⁹⁹ Matéria “Desperdício de alimentos causa sérios danos ao clima e recursos naturais”, de Leda Letra, da Rádio ONU, publicada em 12 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11927-desperdicio-de-alimentos-causa-serios-danos-ao-clima-e-recursos-naturais>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

Sendo a linguagem o instrumento base para produção do jornalismo, a diferença entre os idiomas – que traz muitas dificuldades ao radiojornalismo, pela exclusividade do áudio em sua transmissão, e pelo perfil do público – dificulta uma aproximação e um diálogo entre as fontes e os ouvintes no compartilhamento de suas identidades e realidades. No entanto, há uma série de possibilidades para transpor essa dificuldade linguística, seja pelo fato de ser mais viável encontrar brasileiros ou falantes do português ao redor do mundo com o uso das tecnologias e recursos advindos da internet (como através de redes sociais e plataformas de conversação em áudio e vídeo digital); seja ao realizar entrevistas com especialistas e outros atores sociais brasileiros sobre o tema estrangeiro retratado. Assim, para ampliar o caráter democrático e participativo da comunicação, além de um mediador (MARTÍN-BARBERO, 2003b), o jornalista na editoria internacional de veículos contra-hegemônicos precisa atuar como um facilitador ao diálogo entre povos e contextos distintos, bem como um educador (na perspectiva de Paulo Freire) promovendo a cultura do “outro”, a alteridade e valores de transformação social.

Sobre as notícias de América Latina e seus países dentro da editoria internacional da *Radioagência NP*, foram encontrados 22 conteúdos radiofônicos entre boletins, matérias, reportagens e entrevistas, entre os meses de julho a dezembro de 2013. Desse total, 19 são boletins e 3 são reportagens. O conjunto de notícias de América Latina na editoria internacional corresponde a 32,3% das notícias internacionais e 6% de todas as notícias produzidas pela *Radioagência NP* no período.

Além disso, foram identificadas nove notícias na editoria nacional que fazem referência à América Latina ou aos países e povos da região. Todas estas tratam de três temáticas: (1) situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo¹⁰⁰; (2) o programa do governo federal Mais Médicos e a vinda de profissionais cubanos ao Brasil¹⁰¹; (3) atividades culturais que tratem de temáticas latino-americanas¹⁰².

¹⁰⁰ Nas notícias: “Morte de menino boliviano expõe situação de abandono dos imigrantes”, de 01 de julho de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11743-morte-de-menino-boliviano-expoe-situacao-de-abandono-dos-imigrantes>>; “Audiência Pública discute acesso a direitos e participação política dos imigrantes”, de 22 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11882-audiencia-publica-discute-acesso-a-direitos-e-participacao-politica-dos-imigrantes>>; e “MP lança cartilha sobre violência doméstica para mulheres bolivianas”, de 16 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/12109-mp-lanca-cartilha-sobre-violencia-domestica-para-mulheres-bolivianas>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

¹⁰¹ Nas notícias: “Médicos cubanos que atuarão no Brasil têm mais de 16 anos de experiência”, de 22 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11879-medicos-cubanos-que-atuarao-no>>

Dentre as notícias de América Latina produzidas na editoria internacional, foram abordados os seguintes países e temas: (1) Chile, com uma nota de política (eleição presidencial); (2) Colômbia, uma nota de trabalho (sobre greve de camponeses); (3) Argentina, com uma nota sobre um problema de saúde da presidente Cristina Kirchner; (4) Uruguai, com duas notas de direitos (uma sobre a descriminalização do aborto relacionada à diminuição de mortalidade entre as mulheres, e outra sobre a aprovação da legalização da maconha); (5) Venezuela, com quatro notas, duas de relações diplomáticas (ambas de problemas com os Estados Unidos e casos de espionagem), uma de mídia (sobre o canal multiestatal Telesur) e outra de economia (sobre a “Lei de Preços Justos”); (6) Bolívia, com cinco notas, três referentes a relações diplomáticas (constrangimento do presidente em voo internacional e fuga de senador boliviano), uma de política (eleição presidencial) e outra de ciência e tecnologia (satélite espacial); (7) Cuba, com duas reportagens de saúde e políticas públicas (cursos de medicina e participação desses profissionais no programa brasileiro Mais Médicos) e uma nota de política (congresso de agroecologia no país).

Ainda neste levantamento, foi identificado um conjunto de cinco produtos – quatro notas e uma reportagem – que englobam toda a região, na maioria das vezes tratada como América Latina ou países latino-americanos, e um caso de tema referente aos países da América do Sul. O tema predominante foi integração regional, seja por bloco econômico e político, no tema da comunicação ou do anti-imperialismo; apenas um caso tratou de um dado econômico regional (referente à remuneração das trabalhadoras do campo).

As três reportagens que trataram de uma temática de um país latino-americano ou da região produzidas no período merecem uma análise mais cuidadosa, a fim de se

brasil-tem-mais-de-16-anos-de-experiencia>; “Três em cada quatro brasileiros aprovam vinda de médicos cubanos”, 11 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11926-tres-em-cada-quatro-brasileiros-aprovam-vinda-de-medicos-cubanos>>; e “Dois mil cubanos chegam ao Brasil para segunda etapa do Mais Médicos”, de 1 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11980-dois-mil-cubanos-chegam-ao-brasil-para-segunda-etapa-do-mais-medicos>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

¹⁰² “Festival de Cinema Latino-Americano homenageia movimento cineclubista”, de 5 de julho de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11757-festival-de-cinema-latino-americano-homenageia-movimento-cineclubista>>; “Festival celebra mulher afro latino-americana e caribenha”, de 19 de julho de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11789-festival-celebra-mulher-afro-latino-americana-e-caribenha>>; “Mostra de cinema e Direitos Humanos reúne 38 produções sul-americanas”, de 13 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/12107-mostra-de-cinema-e-direitos-humanos-reune-38-producoes-sul-americanas>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

compreender o processo de produção jornalística de um produto radiofônico mais elaborado da *Radioagência NP*.

Uma delas é a reportagem “‘Medicina cubana ensina a atender o povo com qualidade e humanismo’, diz médica brasileira”¹⁰³, realizada no mês de julho de 2013 por José Coutinho Júnior, que é jornalista do MST e atuou como repórter especial para a agência de notícias. O tema tratado foi o sistema de ensino universitário em medicina cubano, em paralelo ao programa do governo brasileiro Mais Médicos, que prevê a vinda de médicos estrangeiros para atuar no sistema público de saúde do país sul-americano. A relação entre Cuba e Brasil no âmbito da formação de médicos foi abordada com entrevistas a dois profissionais brasileiros formados na ilha caribenha. Além disso, as fontes também eram militantes do MST. Por se tratar de reportagem realizada externamente à produção cotidiana do veículo estudado nesta pesquisa, por um jornalista colaborador, ela não terá uma análise aprofundada.

A mesma temática foi retratada na reportagem produzida, em dezembro de 2013, pela própria *Radioagência NP*: “Postura dos médicos cubanos forçará Brasil a rever modelo de saúde”¹⁰⁴. A escolha por essa pauta deve-se ao fato de que, no final do ano, a *Radioagência NP* costuma realizar reportagens de retrospectiva dos principais temas em debate na sociedade brasileira durante o ano, “e, dentre os assuntos em 2013, a discussão da vinda dos médicos cubanos dentro do programa Mais Médicos foi uma das principais discussões em pauta”, aponta a autora da reportagem, Daniele dos Santos Silveira¹⁰⁵. Nesse contexto, a repórter afirma ainda que a escolha do tema se deu porque “havia um direcionamento de ataque à formação e à vinda desses médicos cubanos, por parte da mídia hegemônica e da classe médica”, como foi o caso do Conselho Federal de Medicina (CFM), que é citado na reportagem.

A seleção das fontes foi feita com base na disponibilidade de entrevistas e declarações de áudio presentes na internet ou no arquivo da própria agência de notícias, devido a “limitações técnicas” e de tempo para buscar por outras fontes, limites estes apresentados como típicos “em um meio de comunicação alternativo”, segundo Daniele.

¹⁰³ Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/11815-medicina-cubana-ensina-a-atender-o-povo-com-qualidade-e-humanismo-diz-medica-brasileira>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/12116-postura-dos-medicos-cubanos-forcara-brasil-a-rever-modelo-de-saude>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

¹⁰⁵ Entrevista concedida à autora por Daniele dos Santos Silveira, no dia 13 de maio de 2014. Áudio completo em anexo.

Uma das personagens foi a médica brasileira e integrante do MST, Andreia Campigotto, a mesma fonte da reportagem de José Coutinho Júnior, produzida em julho, da qual o áudio foi reaproveitado. A outra fonte também veio a partir da reutilização de um áudio, que estava disponível na web em um vídeo da estudante da Universidad de Ciencias Médicas de la Habana, Cíntia Santos Cunha, publicado pelo blogueiro e ativista do movimento negro, Douglas Belchior¹⁰⁶. Segundo Daniele, essas fontes, apesar de não terem sido entrevistadas diretamente para a reportagem, foram selecionadas pelo perfil das mesmas, pois uma é integrante do MST e a outra é uma jovem negra moradora de um bairro de periferia de São Paulo.

Além das sonoras, a jornalista explica, quando questionada sobre o processo de produção da notícia, que também foi selecionada uma série de “dados que dessem sustentação à matéria”. Esse processo de coleta de informações foi realizado pela própria jornalista, que já havia armazenado diversos materiais, em função da apuração e produção de notícias do mesmo tema ao longo do ano. A produção do texto e a locução da reportagem também foram feitas pela repórter. Já a edição do texto coube ao editor da agência, e a gravação e edição do áudio foram operadas por um dos dois técnicos que compõem a equipe, transformando o material em uma reportagem radiofônica completa.

Enquanto avaliação da reportagem, a jornalista Daniele Silveira defende que “em relação à informação em si, com base em dados, ela [a reportagem] está bem fundamentada”. A repórter acrescenta que na notícia estão “várias fontes: coloca o posicionamento do Conselho Federal de Medicina – com notas do período –, coloca dados do Ministério [da Saúde] e do programa [Mais Médicos], ouve pessoas que são atacadas – que são médicos brasileiros que formaram em Cuba”. Quando questionada se faria algo diferente nesta reportagem, Daniele afirma que tentaria “conversar com as fontes pessoalmente”, para levantar questionamentos próprios que talvez não estivessem presentes nas falas já gravadas das fontes. No entanto, ela relativiza dizendo que “ao mesmo tempo, muitas das coisas que eu queria colocar já estavam contempladas naquelas falas, porque eu acho que aquilo que sofria mais ataque ao programa [Mais Médicos], estava todo mundo discutindo no momento”.

¹⁰⁶ Vídeo disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2013/08/29/quem-tem-medo-de-mulheres-negras-de-jaleco-branco/>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

Mais uma reportagem sobre América Latina produzida pela *Radioagencia NP* foi: “ALCA, aliança entre a sardinha e o tubarão, ameaça novamente”¹⁰⁷, de dezembro de 2013. O tema tratado na reportagem foi basicamente uma leitura da conjuntura política latino-americana naquele ano. De acordo com o repórter que produziu a notícia, Leonardo da Silva Ferreira¹⁰⁸, a pauta foi decidida em uma reunião da equipe de redação, também em meio à ideia de uma retrospectiva anual. Ele relata que a seleção da pauta ocorreu a partir da avaliação de que a morte de Hugo Chávez, em abril, durante seu mandato presidencial na Venezuela, foi um dos fatos mais marcantes da região em 2013. Assim, “a ideia da matéria foi fazer um balanço do impacto que isso causou para a América Latina”, aponta o jornalista, completando que a morte de Chávez foi muito sentida pelos movimentos sociais do continente, “porque falta um líder regional que ‘bata o martelo’, que tenha a bravura que o Hugo Chávez tinha”.

Aliada a essa interpretação por parte da equipe, Ferreira levanta que se somaram outras pautas relacionadas à América Latina, como “a reativação da Quarta Frota [dos Estados Unidos]¹⁰⁹, a questão da espionagem estadunidense [sobre outros países], [...] a retomada do projeto da ALCA [Área de Livre Comércio das Américas]”, que acabaram sendo abordadas na produção radiojornalística.

Com o tom de reportagem analítica, foi selecionado o integrante do setor de Relações Internacionais do MST, Joaquin Piñero, como entrevistado. O repórter Leonardo Ferreira justifica a escolha da fonte afirmando que o especialista em questão “tem uma visão que consegue romper com a visão da mídia hegemônica. Porque, muitas vezes, a leitura que as pessoas têm da América Latina é baseada na mídia hegemônica, que sempre é uma visão extremamente voltada para interesses da elite econômica”. Além disso, o jornalista ressalta que a fonte foi escolhida, pois também cumpre o critério de que “conheça os países latino-americanos, que saiba da realidade e que possa fazer uma releitura”.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://radioagencianp.com.br/12115-alca-alianca-entre-a-sardinha-e-o-tubarao-ameaca-novamente>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

¹⁰⁸ Entrevista concedida à autora por Leonardo da Silva Ferreira, no dia 13 de maio de 2014. Áudio completo em anexo.

¹⁰⁹ A Quarta Frota diz respeito a uma divisão da Marinha dos Estados Unidos da América que opera na região do Atlântico Sul. A referida frota surgiu durante a 2ª Guerra Mundial e parou de operar em 1950, sendo reativada em 2008. Em seu retorno, diversos presidentes sul-americanos sinalizaram preocupação e desconforto com essa iniciativa. Informações retirada do site da *Agência Carta Maior*. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/EUA-reativam-IV-Frota-e-preocupam-dirigentes-da-AL/6/14205>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

Dando continuidade ao processo de produção, Ferreira descreve que o tema selecionado foi discutido coletivamente no interior da equipe de redação. Esse processo conjunto também ocorreu na elaboração das perguntas ao entrevistado. O especialista Joaquim Piñero foi entrevistado pessoalmente, na própria sede da *Radioagência NP*. O jornalista ainda relata que após esta etapa, transcreveu todo o áudio da conversa, “para ter todo o contexto e poder pegar as partes mais importantes da entrevista, [...] que eu grifava de amarelo como sendo as mais marcantes”. De acordo com isso, o repórter formulou o texto e decidiu como “ponto alto” da entrevista a questão da ALCA. O título, “ALCA, aliança entre a sardinha e o tubarão, ameaça novamente”, acabou sendo formulado a partir daí, como explica Ferreira: “essa foi uma analogia que ele [Piñero] criou para poder, de uma forma figurativa, dizer o que isso representaria”. Apesar da morte do ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez ter iniciado a proposição da reportagem, Ferreira afirma que “do ponto de vista da estruturação da matéria, optamos por colocar a questão da morte do Chávez no final”. Este último momento da reportagem traz junto um projeto de integração regional que conta com a adesão dos movimentos sociais, inclusive o MST, que é a Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA).

Assim como na reportagem de Daniele Silveira, o texto passou pelo editor, que além de analisar questões de linguagem, também se ateu à “linha editorial, porque, por exemplo, a gente usa [a palavra] ‘estadunidense’ e não ‘americano’, por uma questão ideológica”, explica Ferreira. Então, a reportagem passou pela gravação da locução do repórter, edição do áudio e, depois, a publicação na página da internet da *Radioagência NP*. Esta reportagem está no site com o texto, o áudio e também duas imagens que ilustram a notícia, sendo uma charge e outra foto de mobilização contra a ALCA, ambas escolhidas pelo repórter. O uso de três formatos – texto, áudio e imagem – ilustra bem o padrão utilizado pela agência de notícias na internet, modelo este que é comum em diversos veículos presentes na rede virtual.

Por fim, quando questionado sobre sua avaliação em relação à reportagem, o repórter Leonardo Ferreira afirma que gostaria de abordar o tema com “mais um ou dois entrevistados, até para conseguir ter outros olhares sobre a América Latina. Mas vendo a matéria como um todo, eu vejo que o entrevistado conseguiu fazer uma leitura sobre a América Latina”. Ele ainda relata que a vontade inicial da equipe era fazer balanços de

vários países da região, porém, devido a impossibilidades estruturais – como a equipe reduzida e o tempo necessário para elaboração da pauta, apuração, entrevistas e produção –, optou-se por uma reportagem de “análise macro da região, com uma ideia mais panorâmica”.

Nesse relato do repórter, há uma preocupação em torno da produção do texto e da narrativa no encadeamento dos temas abordados. Também é possível notar uma intencionalidade do jornalista em tornar um tema “duro”, difícil de ser acessado, em algo mais compreensível para o leitor-ouvinte. Sobre isso, Leonardo Ferreira avalia que para “um público mais popular, um público mais amplo – a Dona Maria, o Seu Zé –, talvez uma matéria sobre o Mais Médicos, por exemplo, seja mais impactante, porque está no bairro dele”, do que a análise de conjuntura latino-americana abordada em sua reportagem. Contudo, o jornalista acrescenta que “o conteúdo da *Radioagência* circula também pela internet, tem também um outro público, que não é somente um público de rádio, mas pega também emissoras com um perfil mais ideológico, de esquerda”. Ele ainda aponta que “difícilmente você vai encontrar uma matéria do gênero em uma emissora da Região Metropolitana, que aborde a América Latina. E, também com o tempo que tem essa matéria, de 7 minutos e 30, é mais difícil encontrar. Isso você vai ver nas comunitárias e naquelas que pensam a sociedade”.

Com base nas entrevistas com os dois jornalistas da *Radioagência NP* que produziram as reportagens tratando temas da América Latina no período pesquisado, pode-se perceber que há uma preocupação na seleção das notícias e no enquadramento das mesmas, de acordo com a linha editorial do veículo, de trazer um ponto de vista contra-hegemônico em relação à abordagem da mídia empresarial brasileira. Assim, a agência de notícias para rádio atua como uma mídia de contrainformação, contribuindo à pluralidade de discursos midiáticos.

No entanto, nota-se que a mesma preocupação não se aplica no que diz respeito à forma das notícias, pois estas não trazem elementos mais elaborados que seriam possíveis em uma narrativa radiofônica, como utilização de diversas fontes e personagens, ou mesmo, reportagem *in loco* ou arquivos sonoros históricos (um exemplo de possibilidade seria uma declaração de arquivo do ex-presidente Hugo Chávez para o último caso analisado). Apesar de a reportagem compreender a estrutura de um texto radiofônico, com linguagem clara e frases curtas e em ordem direta, por

exemplo, também nota-se um áudio com poucos recursos sonoros, utilizando-se apenas a locução e algumas sonoras, além de uma música – instrumental –, acompanhando a narração. Assim, é possível constatar um descolamento entre forma e conteúdo no que diz respeito ao processo de produção noticiosa nestes casos. Ainda assim, é notável que muitas das debilidades verificadas são também percebidas pelos repórteres, que demonstram isso ao afirmarem que “buscariam por mais fontes” ou “realizariam as entrevistas pessoalmente” caso tivessem condições.

Por fim, percebe-se que os limites financeiros e de estrutura, com uma equipe reduzida e com poucas condições de deslocamento para apuração, entre outros, são um dos principais entraves que dificultam uma produção noticiosa com mais qualidade. No entanto, é preciso que as limitações não se tornem a resposta única para enfrentar os problemas, e que se busquem soluções e novas estratégias para a produção de reportagens qualificadas em conteúdo, bem como em formato.

3.3. Agência Pulsar Brasil

Como um projeto integrante da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), a *Agência Pulsar Brasil* surgiu em 2005, com sede no Rio de Janeiro, e é uma experiência que “faz parte do movimento de rádios comunitárias e livres”, conforme aponta a própria entidade¹¹⁰. A articulação dessas rádios é o que dá sentido à existência da AMARC, que se caracteriza como uma organização não governamental, fundada em 1983, no Canadá. Atualmente, ela reúne mais de quatro mil emissoras comunitárias, federações e ativistas em cerca de 115 países. A associação se define como o referente organizacional, político e comunicacional de rádios comunitárias, cidadãos e populares ao redor do mundo. Na América Latina e no Caribe, a experiência começou em 1990 e, em 2014, conta com aproximadamente 400 emissoras associadas e 18 Representações Nacionais, que desenvolvem atividades em seus países. Além de um

¹¹⁰ Informação retirada do site da *Agência Pulsar Brasil*. Disponível em: <<http://agenciapulsar.org/brasil2013/quem-somos>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

Conselho Regional com representantes nas seguintes sub-regiões: Países Andinos, América Central, Cone Sul, México, Brasil e Caribe¹¹¹.

Com produção de notícias nacionais e internacionais, em texto e áudio, a *Pulsar Brasil* se destina, principalmente, às emissoras comunitárias, mas também à sociedade em geral. Além disso, outras atividades são desenvolvidas pelos comunicadores da *Agência Pulsar Brasil*, dentre estas, está a construção, com outros membros da AMARC, de espaços de formação e produção em parceria com grupos associados, emissoras, redes e outras mídias alternativas. Assim, a agência se soma à missão da associação de promover a luta pela democratização dos meios de comunicação, fortalecer a liberdade de expressão e o desenvolvimento equitativo, socialmente justo e sustentável das classes populares¹¹².

Se, no Brasil, a agência teve início em 2005, nos países latino-americanos de língua espanhola a experiência é mais antiga. Data de 1995 o início da *Agencia Púlsar ALC* em espanhol, com a proposta de ser um veículo com “uma visão latino-americana: Notícias para rádios, desde a América Latina e para a América Latina, desde as rádios comunitárias e para as rádios comunitárias” (tradução nossa)¹¹³.

A agência em espanhol surgiu com o apoio do Centro de Educación Popular (CEDEP), do Equador, e da própria AMARC. A pretensão era “tratar as notícias a partir das perspectivas (porque não existe somente uma) da sociedade civil latino-americana, promover o pluralismo e a participação cidadã, e enfatizar o apoio à radiodifusão independente e comunitária” (tradução nossa)¹¹⁴, aponta o canadense e fundador da *Agencia Púlsar ALC*, Bruce Girard (1998), em artigo que avalia os primeiros dois anos de existência do veículo. No texto, o ativista indica as três análises que levaram à criação da agência de notícias: a situação das rádios independentes e comunitárias latino-americanas, as fontes de notícias internacionais disponíveis para essas rádios e o que a internet oferecia, naquele momento, e suas potencialidades de desenvolvimento.

¹¹¹ Informações dos sites da AMARC América Latina e da AMARC Brasil. Disponíveis em: <<http://alc.amarc.org/node/78>> e <<http://amarcbrazil.org/o-que-e-a-amarc>>/. Acessos em: 10 jun. 2014.

¹¹² Informação obtida no site da AMARC Brasil. Disponível em: <<http://amarcbrazil.org/o-que-e-a-amarc/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

¹¹³ una mirada latinoamericana: Noticias para radios, desde América Latina y para América Latina, desde las radios comunitarias y para las radios comunitarias. Informação do site da AMARC ALC: <<http://www.agenciapulsar.org/quienes-somos/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

¹¹⁴ tratar las noticias desde las perspectivas (porque no hay solo una) de la sociedad civil latinoamericana, promover el pluralismo y la participación ciudadana, y poner énfasis en apoyar la radiodifusión independiente y comunitaria.

Na parte da situação das rádios comunitárias latino-americanas, o canadense avalia que na década de 1990 houve uma abertura na legislação dos países da região para a criação de novas rádios deste tipo. Porém, junto veio a diminuição de recursos financeiros provenientes de projetos de cooperação internacional para o continente (no caso, segundo ele, houve uma migração de investimentos para as nações africanas). Somou-se a isso a entrada de empresas comerciais locais, que passaram a controlar muitas dessas novas emissoras, inclusive com incentivos financeiros e publicitários.

Sobre as fontes informativas para as notícias internacionais, Girard (1998) avalia que existia um predomínio das agências internacionais nesta área, que além de terem um alto custo de assinatura – não acessível para as comunitárias –, elas promoviam uma leitura apenas norte-americana ou europeia dos acontecimentos. Além disso, naquela época, não havia tanta presença e uso da internet para difusão de notícias por outros veículos que não os empresariais. O autor ainda lembra que poucos meses após fazer essa avaliação, os indígenas zapatistas mexicanos passaram a utilizar a internet para se comunicar e divulgar suas reivindicações à sociedade mundial, o que provocou um ponto de inflexão e demonstrou as potencialidades deste meio para os setores contra-hegemônicos.

Diante dessa leitura, Girard (1998) aponta os objetivos iniciais da *Agencia Púlsar*:

- Contribuir para a melhoria da programação, prestígio, credibilidade e impacto da radiodifusão comunitária e independente na América Latina;
- Contribuir na modernização tecnológica da rádio independente e comunitária;
- Assegurar um melhor conhecimento das questões regionais e globais, e promover temas associados com o desenvolvimento democrático, a integração regional, a paz, os direitos humanos e o direito à comunicação;
- Abrir oportunidades para a participação cidadã nos âmbitos locais, nacionais, regionais e mundiais, com prioridade nos setores tradicionalmente excluídos. (tradução nossa).¹¹⁵

¹¹⁵ - Contribuir al mejoramiento de la programación, el prestigio, la credibilidad y el impacto de la radiodifusión comunitaria e independiente en América Latina. / - Contribuir a la modernización tecnológica de la radio independiente y comunitaria. / - Asegurar un mejor conocimiento de las cuestiones regionales y globales, y promover temas asociados con el desarrollo democrático, la integración regional, la paz, los derechos humanos y el derecho a comunicar. / - Abrir oportunidades para la participación ciudadana en los ámbitos locales, nacionales, regionales y mundiales, con prioridad en sectores tradicionalmente excluidos.

Com objetivos similares, a AMARC se volta para o Brasil em 2005 e promove a construção do serviço de produção noticiosa em português da *Agencia Púlsar ALC*, agregando uma nova iniciativa à busca pela integração latino-americana, a partir de rádios comunitárias e coletivos envolvidos na construção do direito à comunicação. O início desta mídia no país se deu pelas mãos de Andreas Behn, alemão que fundou e foi o primeiro coordenador da *Agência Pulsar Brasil*, além disso, ainda hoje ele acompanha os trabalhos do veículo. Em artigo publicado na revista *Cara y Señal*, da própria AMARC, Behn (2006) explica que a agência começou seus serviços em português com o envio diário do informativo “Panorama da Noite”, com matérias da *Púlsar ALC* em espanhol traduzidas para o português. Os temas abordados eram sobre a América Latina e o Caribe.

Em 2006, foi criada a página web da agência brasileira, com uma redação própria, sediada no centro da cidade do Rio de Janeiro, em que se dividia o escritório com a Federação das Associações de Radiodifusão Comunitária do RJ (FARC). A concretização da *Pulsar Brasil* se deu com o apoio da ONG Fase no Rio de Janeiro, de cooperação internacional vinda da Alemanha e da colaboração da *Agencia Púlsar*, sediada em Buenos Aires, Argentina, naquele momento. Com o site próprio, as atualizações de conteúdo radiofônico eram diárias e, pela tarde, era enviado, via e-mail, o boletim gratuito “Panorama”, que reunia de quatro a seis matérias, sendo a metade com notícias sobre o Brasil e a outra parte sobre os demais países latino-americanos, como relata Andreas Behn no artigo.

Em seu início, a *Agência Pulsar Brasil* seguia três linhas editoriais de trabalho: “a primeira sobre acontecimentos atuais no Brasil em português, a segunda de traduções de duas ou três dessas matérias para o espanhol, e a terceira linha é a tradução de cerca de três matérias diárias da *Pulsar* do espanhol para o português”, indica Behn (2006). Ainda de acordo com o coordenador, o formato produzido pelo veículo seguia o mesmo modelo desenvolvido pela agência-irmã em espanhol, com notas curtas, em linguagem radiofônica e, quando possível, acrescidos áudios com entrevistas e/ou locução em formato *mp3*. Além do coordenador, neste momento, a agência contava com um jornalista – Fausto Oliveira – para a produção de notícias e atualização do site.

Behn (2006) também aponta os três eixos centrais da política informativa instituída na *Agência Pulsar Brasil*. A primeira era a de acompanhar as ações de movimentos sociais, ONGs e demais ativistas, além de temas da sociedade civil. Sobre este ponto, ele explica: “isso é o que define uma informação alternativa, no sentido de publicar aspectos que em outros lugares raramente se encontram. Claro que esta proximidade com atores políticos não significa ser porta-voz de qualquer movimento”. O segundo eixo se baseava no acompanhamento de experiências de rádios e TVs comunitárias, na luta pelo direito à comunicação e em iniciativas de inclusão digital e de uso de software livre. Por fim, o veículo buscava acompanhar as notícias em pauta na mídia comercial e, segundo ele, “tentando analisar cada assunto com enfoque alternativo”. Transversal a essas linhas informativas, está o princípio de *copyleft*, para que todas as notícias veiculadas na *Pulsar* fossem livres para reprodução, desde que sem fins comerciais.

Um segundo momento da *Pulsar Brasil* começou em 2007, quando Andreas Behn entra em contato com a professora de rádio da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ana Baum, para realizarem oficinas de rádio com alunos do curso. Isto é o que conta a estudante de Comunicação Social da instituição à época, Gilka Carla Resende da Costa¹¹⁶, que participou desses encontros e segue atuando na *Agência Pulsar Brasil* até os dias atuais. De acordo com ela, as oficinas tinham foco na “formação técnica e também em debates sobre rádios comunitárias”. Ela conta que foram ministradas classes de texto jornalístico para rádio, pela professora Ana Baum; de locução, por Cristiano Menezes; e de edição em rádio, por Marcelo Santos. Segundo a também estudante da UFF naquele período, Luiza Peixoto Cilente¹¹⁷, que participou das aulas e segue ainda hoje no veículo, o convite para participar das oficinas foi feito àqueles alunos que tinham interesse em rádio e mídia alternativa. Além dos estudantes, outras pessoas externas a essa universidade também participaram desses encontros.

O projeto político e editorial desenhado no início da *Agência Pulsar Brasil* foi passado adiante e é sustentado com as seguintes palavras pela jornalista colaboradora do veículo Gilka Resende da Costa:

¹¹⁶ Entrevista concedida à autora por Gilka Carla Resende da Costa, no dia 31 de maio de 2014. Áudio completo em anexo.

¹¹⁷ Entrevista concedida à autora por Luiza Peixoto Cilente, no dia 16 de junho de 2014. Áudio completo em anexo.

O projeto era incentivar as rádios comunitárias a colocarem jornalismo na sua grade de programação, mas com debates políticos e vários temas, cobrindo movimentos sociais, meio ambiente, gênero, alguma coisa de “política dura” – mas a política de uma forma diferente –, direito à cidade, povos tradicionais, cultura, saúde, educação, vários temas dos movimentos sociais e que têm nos veículos de comunicação, principalmente nos de mídia alternativa. A ideia é fazer para e com as rádios comunitárias. Sempre na tentativa de criar laços entre elas.

A partir dessa visão, neste segundo momento da trajetória da agência no Brasil, com a realização das oficinas, foram desenvolvidos alguns produtos radiofônicos, segundo Gila. O principal era a revista “Comunidade em Rede”, que reunia uma série de produções feitas pelo coletivo de colaboradores que passava a integrar a *Pulsar Brasil*. A periodicidade era quinzenal, logo no início, e, depois, passou a ser mensal. Dentre as produções que compunham a revista havia o programa “Giro Comunitário”, que era formado por notícias de movimentos sociais e de rádios comunitárias. A jornalista aponta que a realização desse quadro foi muito importante para o veículo, pois aproximou a agência das rádios e vice-versa. “A ideia era das rádios enviarem notícias, mas por conta da realidade delas, isso não acontecia de fato. Então, a gente ligava e perguntava ‘o que está acontecendo aí?’. Mesmo em um relato informal, a gente pegava algo que era interessante”, afirma. A equipe consultava emissoras de todo o país, sendo que por programa buscava-se ter uma notícia de cada região brasileira, formando um cenário nacional das comunitárias.

Entre os outros quadros presentes na radiorrevista estavam “Uma voz na multidão”, com o perfil de uma pessoa que fosse destaque de alguma luta política ou que pudesse passar uma mensagem social; “Sintonia Alternativa”, que contava a história de uma rádio comunitária; “Nossa Voz”, sobre direito à comunicação; “Radiarte”, que discutia cultura popular e arte; e “Tema em Debate”. Este último, Gilka explica que tinha um caráter contrainformativo: “pegava o que estava quente na mídia, na agenda nacional, e a gente dava uma outra visão”. Neste mesmo programa, havia produções referentes a um tema do contexto dos movimentos sociais e que recebiam uma abordagem mais explicativa e analítica, alguns exemplos são sobre o direito à cidade e a agroecologia.

A dinâmica de produção destes produtos se dava por debates via e-mail e encontros semanais “para discutir a pauta e produzir. E era legal, porque a gente conjugava com os estudos e com outros trabalhos também, era bem voluntário”, afirma Luiza Cilente, que na época cursava jornalismo na UFF. Gilka Resende revela que toda a produção era feita pelo próprio coletivo formado para a radorrevista: “nós mesmos fazíamos a locução, a edição, que a gente tinha aprendido naquelas oficinas do começo [...]. E a gente aprendeu muito junto e essa dinâmica fez a gente se apaixonar pela *Pulsar*”. Ainda segundo Gilka, a radorrevista durou de 2007 a 2011.

Como remuneração, os estudantes dividiam uma bolsa fornecida pela própria agência e que era usada para cobrir os custos de deslocamento para as reuniões, garantindo que estas ocorressem semanalmente. Enquanto isso, os que trabalhavam de forma fixa na agência ainda eram Adreas Behn, como coordenador, e o jornalista Fausto Oliveira, que atuava na produção de notícias para o site.

Outra etapa na construção da *Pulsar Brasil* ocorre quando a agência passa a se envolver mais nos espaços da AMARC, fruto de um próprio fortalecimento da associação no país. “Quando a associação ganha mais corpo e fica um pouco mais organizada no Brasil, a gente começa a entender o que é ser da AMARC também”, explica Gilka Resende, comunicadora da agência. Ela relata que os estudantes da UFF que passaram a integrar o veículo passaram por etapas de compreensão sobre o mesmo: primeiro, se sentiam parte da radorrevista “Comunidade em Rede”, depois começaram a entender que integravam a *Pulsar Brasil* e, por fim, foram compreender o que era a AMARC. A participação da equipe da agência na assembleia da associação, em setembro de 2009, em João Pessoa, capital da Paraíba, foi um marco importante para essa aproximação, sinaliza Gilka.

A jornalista Luiza Cilente também participou do encontro e aponta este momento como crucial para que a *Pulsar Brasil* se definisse como uma agência da Associação das Rádios Comunitárias. “Essa assembleia foi fundamental, porque a gente mostrou para as rádios associadas da AMARC e o Conselho Político como a *Pulsar Brasil* estava funcionando. Em contrapartida, o Conselho mostrou o que esperava da *Pulsar* como a agência de notícias da AMARC”, avalia. Com isso, um representante do veículo passou a acompanhar as reuniões do Conselho Político da entidade. Além disso, agência e associação passaram a dividir um mesmo escritório.

A partir de 2010, muitos dos estudantes que formavam o coletivo da radiorrevista “Comunidade em Rede” começaram a se graduar na universidade e passaram a trabalhar de forma remunerada no veículo. Isso foi possível com a aprovação de projetos em parceria com institutos e organizações de financiamento, o que ajudava na sustentação da agência. Muitos dos projetos aprovados eram para a produção de determinados materiais radiofônicos. Neste momento, foram contratadas as jornalistas Lívia Duarte, Katarine Flor e Luiza Cilente. Esta última foi convidada pelo coordenador da *Pulsar Brasil*, Andreas Behn, a produzir um programa chamado “Agenda Nacional”, que era formado por cerca de três a quatro notas por semana, com áudio, que eram de temas que estavam na mídia comercial. “Eu tentava dar um outro olhar, a partir de uma entrevista com algum especialista, alguma pessoa que abordasse o tema, com um ponto de vista diferente ao da mídia comercial”, explica Luiza.

Além da produção jornalística, todos os envolvidos na construção da *Agência Pulsar Brasil* também realizavam tarefas de secretaria, elaboração de projetos, entre outras. “A gente não tinha só a produção de notícias, não era jornalista que chegava e só produzia notícias. As pessoas que foram sendo contratadas tinham outras funções também, a de fazer projetos, acompanhar a AMARC, cuidar de burocracia”, relata Gilka Resende, que passou pela contratação quando se formou como jornalista na UFF, em 2011.

Também no ano de 2011, tem início um período de transições na *Agência Pulsar Brasil*, quando algumas das jornalistas que formavam a equipe acabam saindo para trabalhar em outros locais e a radiorrevista “Comunidade em Rede”, que dava certa unidade à produção coletiva, é encerrada por dificuldades em sua produção. Neste momento, assumem como únicas jornalistas fixas da agência, Luiza Cilente e Gilka Resende, que permaneceram no veículo de forma remunerada até meados de 2013, quando dão lugar para Jaqueline Deister e Dilliany Justino, que passam a ser as comunicadoras contratadas.

Além disso, o ano de 2012 ficou marcado por problemas que ocorreram no site da agência, que o levou a sair do ar. A solução encontrada foi a criação de um blog dentro do endereço eletrônico da AMARC. Em dezembro de 2012, uma nova página entra no ar: brasil.agenciapulsar.org. Este site passa a ser do mesmo modelo daquele da *Púlsar ALC*, criando uma identidade visual única na internet para as agências-irmãs.

Porém, no decorrer desta transferência de página web, o conteúdo do veículo brasileiro desde o seu início até o final de 2012 ficou indisponível na internet e encontra-se em arquivos somente na atual sede da associação latino-americana, em Lima, capital peruana.

Este foi um momento de mudanças para a AMARC e para a agência em espanhol, que transferiram o escritório da Argentina para o Peru. Gilka Resende, da agência brasileira, relata ainda que foi aprovada pela AMARC, no início de 2013, a descentralização da *Púlsar ALC*. “Antes, todos os jornalistas da *Púlsar* ficavam no mesmo escritório, a mudança foi que agora tem jornalista no Peru, mas também tem jornalista no México e em outros países”, afirma.

Um ponto a ser ressaltado na trajetória da *Agência Pulsar Brasil* é o seu modelo organizativo. De acordo com Luiza Cilente, a agência organiza-se de forma horizontal: “a gente sempre tentou evitar, ao máximo, criar hierarquias”. Ela explica que a divisão da equipe se dá por tarefas, assim se define o coordenador, por exemplo. “É lógico que essa questão é um pouco complicada, às vezes, as hierarquias são inevitáveis, mas a gente sempre procurou formas de evitar a concentração de informação nas mãos de uma pessoa só”, defende.

Para Gilka Resende, alguns princípios adotados na agência são interessantes, apesar de apresentarem problemas, entre eles estão a horizontalidade e a divisão e revezamento de responsáveis por tarefas consideradas “chatas”, como as de escritório. A jornalista ainda enfatiza que as dinâmicas coletivas de tomada de decisão e de avaliação se mostraram fatores de união entre os envolvidos na construção da *Pulsar Brasil*, sejam eles contratados ou militantes que seguem colaborando com o veículo e em movimentos pelo direito à comunicação. Porém, ela coloca em dúvida a possibilidade desse modelo organizativo ser aplicado em outros veículos de mídia ou mesmo numa agência alternativa maior: “A equipe é pequena, mas será que funcionaria num modelo grande?”.

Enquanto produção de notícias, durante o período analisado nesta dissertação, de julho a dezembro de 2013, a *Agência Pulsar Brasil* teve uma dinâmica de trabalho atípica, segundo a jornalista Luiza Cilente, que esteve atuando durante toda a fase. Ela explica que isso se deveu ao fato da equipe estar reduzida e porque houve saídas e entradas de novas profissionais. Apesar de a agência contar com a colaboração de

ativistas da AMARC e pessoas que já atuaram de forma fixa na *Pulsar Brasil*, como Andreas Behn; no segundo semestre de 2013, a equipe era formada basicamente por duas jornalistas: Luiza Cilente nos seis meses; Gilka em julho e agosto; e Jaqueline Deister, a partir de outubro.

Além disso, havia um projeto aprovado para a época que foi a produção de uma grande quantidade de notícias sobre um mesmo tema – a preparação dos megaeventos esportivos no Brasil: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A comunicadora relata que, durante a jornada de trabalho de 6 horas diárias na agência – muitas vezes ampliadas ou com a flexibilidade de atuar no escritório ou fora dele –, tinha-se como meta de produção quatro notícias diárias. Contudo, ela avalia que a necessidade de produzir tantas notas sobre um mesmo tema gerou prejuízos à qualidade da produção do veículo. “O projeto [de megaeventos] foi aprovado antes das manifestações [contra a Copa], mas coincidiu. Era importante falar sobre isso, mas, ao mesmo tempo, a gente achou um pouco demais. Eram quatro notas diárias, sendo uma de megaeventos, então, acabava-se abrindo mão de outras pautas”, analisa.

Diante disso, Luiza descreve que a seleção das pautas ocorria, basicamente, a partir da checagem diária nos sites de mídia alternativa, entre eles o portal chamado *Só Esquerda*¹¹⁸, que agrega vários links de notícias de veículos alternativos, como *Brasil de Fato*, *Radioagência NP*, *Rede Brasil Atual*, *Centro de Mídia Independente*, *Adital*, entre outros. Além disso, havia um banco de pautas recebidas por e-mail e listas virtuais, como a do coletivo de comunicadores que colabora com a agência. Para as matérias sobre megaeventos esportivos, muitas sugestões vinham da articulação com Comitês Populares da Copa espalhados pelo país e outros movimentos sociais que debatiam o tema. “A gente tinha essa proposta de fazer nota própria, pegar uma pauta e apurar, mas como tinha essa demanda dos megaeventos, raramente a gente produzia uma pauta nossa que não fosse de megaeventos”, expõe.

Apesar de não haver sempre uma apuração mais elaborada e a realização de entrevistas para as matérias, uma grande preocupação da equipe da *Pulsar Brasil*, segundo Luiza Cilente, é com a produção do texto em linguagem radiojornalística. A mesma ênfase na produção textual é relatada por Gilka Resende, que explica o porquê da escolha da agência em trazer o texto escrito da notícia no site, não necessariamente

¹¹⁸ Site: <<http://www.soesquerda.com.br>>.

com o arquivo em áudio da locução da matéria disponível para *download*. “A explicação do porquê de ser só o texto é para que o locutor possa transmitir com o sotaque dele, mantendo a ‘regionalidade’. Assim, ele pode mudar o que quiser no texto, se não concordar”, justifica. Em caso de notícias que possuem entrevista em áudio, este arquivo é disponibilizado abaixo do texto e tem a proposta de ser “um áudio de até um minuto”, diz a comunicadora.

Mesmo com essa intenção, Gilka Resende argumenta que, diante das dificuldades estruturais de muitas rádios comunitárias, a equipe avaliou ser importante disponibilizar conteúdos radiofônicos com áudio (locução da notícia) pronto para ser veiculado. “Entre o que é a decisão política e o que é o pragmatismo, a gente viu que era muito importante ter um informativo diário com as notas lidas e gravadas”, afirma. Esta proposta serve para o radialista decidir qual o melhor produto para a sua emissora. No entanto, nem sempre as notícias possuem o áudio, devido às próprias dificuldades estruturais da agência.

Para realização de entrevistas com as fontes, as jornalistas as realizam via internet – através do *Skype* – ou pessoalmente, quando o entrevistado é da cidade do Rio de Janeiro, ou em casos de cobertura a campo (*in loco*), sendo que estas são feitas com gravador digital. Já a locução é gravada através de dois microfones ligados a um computador central e uma pequena mesa de som. Nas coberturas fora da capital fluminense, as locuções são feitas no gravador e editadas pelas jornalistas fora da sede da agência, para que a matéria possa ser publicada de forma mais rápida. Apesar de não possuírem técnicos de áudio para a edição do som, sendo a mesma realizada pelos jornalistas, Gilka Resende argumenta que a equipe “faz a edição com um rigor técnico”, para garantir a qualidade dos produtos radiofônicos.

A distribuição do conteúdo é feita no site da *Agência Pulsar Brasil*. Somando-se a esse método, é utilizado o envio diário de uma *newsletter* – boletim informativo por e-mail –, que acabou ficando indisponível parte do ano de 2013, devido a problemas com o site. O público principal a que se destina esse envio de notícias são as rádios comunitárias. O veículo possui uma lista de contatos com mais de 700 emissoras assinantes, que foram mapeadas no início da agência e atualizadas ao longo do tempo. Além disso, há o trabalho de contato via redes sociais – *Facebook* e *Twitter*. Por vezes, também são enviados para algumas rádios associadas CDs com as produções, como foi

feito com a radiorrevista “Comunidade em Rede”, com alguns programas especiais sobre agroecologia e, mais recentemente, com as notícias sobre megaeventos esportivos – estas últimas foram enviadas para cerca de 12 emissoras. Esse método é utilizado, pois “há muitas rádios que têm dificuldades com a internet”, explica Luiza Cilente, que acrescenta que os CDs só são feitos para produções “atemporais”, que não sejam de matérias “quentes”.

Como principal forma de contato com as rádios e divulgação do conteúdo do veículo, o site da *Agência Pulsar Brasil* busca dividir suas notícias por grandes temas: Direitos Humanos, Movimentos Sociais, Gênero, Meio Ambiente, Povos Tradicionais, Cidades, Cultura, Educação, Saúde, Direito à Comunicação e Rádios Comunitárias, Cobertura/ Megaeventos Esportivos, Brasil/Política e Internacional. Priorizando a forma de organização das notícias por temáticas, a agência não realizou a distinção por gêneros jornalísticos na divisão apresentada na página. Na *home* do site ainda há um espaço que direciona para as produções especiais da agência, que estão hospedadas no *SoundCloud*. Além disso, na página também há o link para acessar a *Púlsar ALC* (América Latina e Caribe).

Nos seis meses pesquisados, foram levantados 254 conteúdos radiofônicos no site da *Agência Pulsar Brasil*. A equipe de redação do veículo utiliza as seguintes terminologias para os formatos: notas (apenas o texto, sendo alguns lidos pelo redator/locutor), matérias (com textos, sendo alguns lidos pelo repórter/locutor, além de ter um ou mais áudios de uma mesma fonte), reportagens (com textos, sendo que alguns são gravados pelos repórteres/locutores, além de possuírem áudios de duas ou mais fontes). As reportagens se diferenciam pelo formato, sendo algumas editadas com *off* e sonoras; outras gravadas *in loco* – passagens e sonoras – e outras com o texto disponível no site com sonoras adicionadas. Há também entrevistas (com nota de texto mais áudio do repórter com o entrevistado). A partir dessa classificação da *Agência Pulsar Brasil*, a quantidade de produtos fica disposta da seguinte maneira ao longo dos meses:

Tabela 3 – Produções radiojornalísticas da *Agência Pulsar Brasil* entre julho e dezembro de 2013:

	Nota	Matéria	Reportagens	Entrevistas	TOTAL
Julho/2013	37	4	3	6	50
Agosto/2013	36	3	7	4	50
Setembro/2013	34	4	0	2	40
Outubro/2013	34	6	4	0	44
Novembro/2013	30	6	2	0	38
Dezembro/2013	24	3	5	0	32
TOTAL	195	26	21	12	254

Neste período, fica evidente uma grande quantidade de materiais relativos aos megaeventos esportivos no Brasil, como salientado pela jornalista Luiza Cilente, que explica que isso se deve a um projeto firmado pela *Agência Pulsar Brasil* com uma entidade para a produção de materiais sobre o tema. Além deste, outros assuntos constantemente abordados são ações e protestos de movimentos sociais e entidades sindicais; questões ambientais e de povos originários; direito à comunicação e democratização da mídia; direitos humanos no geral; entre outros.

Na análise, também foram evidenciadas entrevistas, principalmente, com integrantes de movimentos sociais e sindicatos, pesquisadores escolhidos pela visão crítica em relação ao assunto abordado e envolvidos diretos com o fato noticiado. Entre os exemplos, está a matéria “Centrais sindicais e movimentos sociais podem chamar novos protestos para agosto”¹¹⁹, em que foi entrevistado o membro da direção nacional do MST, Marcelo Durão. Outro caso é o da nota com entrevista “Cerca de 150 indígenas de todo país vão a Brasília para reivindicar direitos”¹²⁰, tendo como fonte o

¹¹⁹ Matéria “Centrais sindicais e movimentos sociais podem chamar novos protestos para agosto”, publicada em 12 de julho de 2013. Disponível em: <<http://agenciapulsar.org/brasil2013/movimentos-sociais/centrais-sindicais-e-movimentos-sociais-podem-chamar-novos-protestos-para-agosto>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

¹²⁰ Entrevista “Cerca de 150 indígenas de todo país vão a Brasília para reivindicar direitos”, publicada em 13 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://agenciapulsar.org/brasil2013/dd-hh/cerca-de-150-indigenas-de-todo-pais-va-a-brasil-para-reivindicar-direitos>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

indígena Karkaju Pataxó, que relata a situação de sua aldeia. Mais um exemplo é o da reportagem “Preparativos para Copa do Mundo de 2014 geram dívidas financeira e social”¹²¹, em que são entrevistadas as especialistas Olga Firkowisk, que é professora, e Sandra Quintela, economista.

Destaca-se nesse período a cobertura da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), que ocorreu no mês de julho, no Rio de Janeiro, e contou com a visita do Papa Francisco à cidade. De acordo com a repórter Gilka Resende, participaram da cobertura jornalistas fixos da agência e também colaboradores, que já haviam trabalhado no veículo anteriormente. A iniciativa se deve, segundo Gilka, à leitura da importância do tema, partindo de “que as ruas estavam muito críticas à vinda do Papa. Mas aí a gente foi lá e entrevistou também um pessoal de pastoral que elogia o Papa”. No total dessa cobertura foram realizadas quatro notas, uma matéria, três reportagens e duas entrevistas. Os repórteres foram a campo e participaram das atividades da Jornada, também entrevistaram *in loco* as fontes. Na reportagem “Movimentos de mulheres e LGBTs reivindicam direitos durante JMJ”¹²², por exemplo, foi captado o som das palavras de ordem e falas de manifestantes, com descrição das cenas pela repórter, além de entrevistas com participantes do protesto, como com Indianara Siqueira, presidenta da organização Transrevolução.

Mais um caso de cobertura a campo da *Agência Pulsar Brasil* na JMJ é a reportagem “Fim da polícia militar foi demanda constante em protestos durante JMJ”¹²³, em que foi entrevistado um participante do evento chamado Renato Belo, que relata as constantes revistas que sofria da polícia, segundo ele, pelo fato de ser negro e morador de favela. Outro depoimento em áudio é o do funcionário público Roberto Melo, que foi preso por desacato à autoridade devido, de acordo com ele, ao fato de ter dito que Nossa Senhora reprovava a PM. Ainda na mesma reportagem há o áudio de gritos de distintos protestos que ocorreram paralelos à Jornada.

¹²¹ Reportagem “Preparativos para Copa do Mundo de 2014 geram dívidas financeira e social”, publicada em 18 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://agenciapulsar.org/brasil2013/dd-hh/preparativos-para-copa-do-mundo-de-2014-geram-dividas-finaceira-e-social>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

¹²² Reportagem “Movimentos de mulheres e LGBTs reivindicam direitos durante JMJ”, publicada em 24 de julho de 2013. Disponível em: <<http://agenciapulsar.org/brasil2013/dd-hh/movimentos-de-mulheres-e-lgbts-reivindicam-direitos-durante-jmj/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

¹²³ Reportagem “Fim da polícia militar foi demanda constante em protestos durante JMJ”, publicada em 29 de julho de 2013. Disponível em: <<http://agenciapulsar.org/brasil2013/dd-hh/fim-da-policia-militar-foi-demanda-constante-em-manifestacoes-durante-jmj>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

No que diz respeito à relação da produção noticiosa com a linha editorial proposta pela *Agência Pulsar Brasil*, a análise pode apontar que há uma consonância do discurso e da prática nesta questão. A seleção de fontes também demonstra uma harmonia com a proposta político-editorial da agência e os áudios constantes em matérias, reportagens e entrevistas. Nota-se, também, que a grande quantidade de notas somente em texto, 76,8% do total da produção do período, prejudicou a qualidade do jornalismo realizado pela agência no sentido do uso potencial das características do modelo radiofônico, que tem como diferencial os sons. Além das notas, os outros formatos tiveram a seguinte quantidade de ocorrência: 10,2% de matérias; 8,3% de reportagens; e 4,7% de entrevistas.

A predominância de conteúdos menos elaborados do ponto de vista do formato possível na linguagem radiofônica parece ocorrer devido às dificuldades estruturais do veículo. No segundo semestre de 2013, trabalharam de forma fixa na agência apenas duas jornalistas para a produção diária de notícias, que além de realizarem as tarefas da rotina jornalística, ainda editavam o áudio e se responsabilizavam por tarefas de secretária e escritório, como descrito nas entrevistas realizadas com a equipe. Contudo, quando a equipe aumentava, através da colaboração de antigos jornalistas da agência, como foi o caso das notícias sobre a Jornada Mundial de Juventude, a produção voltava-se para a cobertura a campo e havia variedade de formatos radiojornalísticos.

3.4. A América Latina na *Agência Pulsar Brasil*

Neste momento da pesquisa, o processo produtivo das notícias que se referem aos países latino-americanos e seus povos é analisado dentro do período de julho a dezembro de 2013. Busca-se assim, tornar mais clara a ocorrência ou não da intencionalidade presente na linha editorial desse veículo alternativo, que é de levar ao público leitor e ouvinte materiais que se contrapõem ao relato jornalístico empreendido pelas mídias hegemônicas, dando preferência à visão de mundo dos movimentos populares e da classe trabalhadora. Em seu site, a *Pulsar Brasil* expressa sua linha editorial da seguinte maneira:

Entre as principais pautas estão a democratização da comunicação, questões relacionadas ao meio ambiente, gênero, entre outras. Os temas sempre são tratados com um olhar crítico sobre a realidade. Além das informações sobre o Brasil, produzimos notas sobre os outros países da América Latina. Não temos compromisso com a imparcialidade, tão aclamada por meios com fins comerciais. Mas temos com grupos resistentes do continente.¹²⁴

Além do escritório no Brasil, a AMARC possui uma agência de notícias radiofônicas para a América Latina chamada *Agencia Púlsar ALC*, que produz conteúdo em espanhol e, em menor número, notas na língua aymara – falada principalmente entre etnias indígenas que vivem na Bolívia, Peru, Chile e Argentina. Este veículo possui uma redação em Lima, capital peruana, um correspondente no México e outros dois no Cone Sul do continente. Em sua página na internet, a *Púlsar ALC* assim define sua linha editorial:

Desde o seu nascimento, a agência deu prioridade a uma agenda de tema que consolidou sua proposta informativa: as ações e reflexões dos movimentos sociais latino-americanos; a defesa dos direitos humanos; a proteção do meio ambiente e dos bens comuns; a integração regional das nações e dos povos; o direito à comunicação como um direito humano; a desigualdade econômica; os processos de paz; a militarização do continente; as assimetrias regionais Norte-Sul; as desigualdades de gênero; as problemáticas das comunidades originárias; as consequências das políticas neoliberais e os acordos de livre comércio; a pobreza, a situação dos migrantes; as propostas da sociedade civil organizada; os conflitos sindicais. (tradução nossa).¹²⁵

¹²⁴ Informação do site da *Agência Pulsar Brasil*. Disponível em: <agenciapulsar.org/brasil2013/quem-somos/>. Acesso em: 22 jun. 2014.

¹²⁵ Desde su nacimiento, la agencia ha dado prioridad a una agenda de temas que ha consolidado su propuesta informativa: las acciones y reflexiones de los movimientos sociales latinoamericanos; la defensa de los derechos humanos; la protección del medio ambiente y los bienes comunes; la integración regional de las naciones y de los pueblos; el derecho a la comunicación como un derecho humano; la desigualdad económica; los procesos de paz; la militarización del continente; las asimetrías regionales Norte-Sur; las desigualdades de género; las problemáticas de las comunidades originarias; las consecuencias de las políticas neoliberales y los acuerdos de libre comercio; la pobreza; la situación de los migrantes; las propuestas de la sociedad civil organizada; los conflictos sindicales. - Informação retirada do site da *Púlsar ALC*. Disponível em: <<http://www.agenciapulsar.org/quienes-somos/>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

De acordo com Luiza Peixoto Cilente¹²⁶, comunicadora da *Pulsar Brasil*, por ser parte da AMARC, a agência alternativa brasileira tem como papel atuar na articulação das rádios comunitárias e, também, vai mais além. “Como é uma agência de notícias de uma associação mundial, ela se propõe a articular com todos os movimentos sociais, principalmente da América Latina”, afirma. A partir dessa leitura, ela conclui: “a nossa linha editorial eu definiria dessa forma: como parte do movimento pelo direito à comunicação, dos movimentos sociais, de uma forma em geral, e da mídia independente. E isso também para as pautas internacionais, da América Latina”.

O acompanhamento do que é noticiado pela agência-irmã *Púlsar ALC* e a tradução de algumas notas marca a produção sobre as nações latino-americanas no veículo brasileiro. Segundo Gilka Carla Resende da Costa¹²⁷, jornalista da *Pulsar Brasil*, “faz parte do projeto de trazer [a agência] para o Brasil, fazer essa tradução para o português das notícias de outros países da América Latina, para que as rádios também coloquem notícias de América Latina na sua grade [de programação]”. Ela complementa com a análise de que “é uma decisão política colocar notícias da América Latina. Hoje, a mídia comercial fala mais, mas antigamente não falava”.

Contudo, Gilka ressalta que há uma autonomia por parte da agência alternativa do Brasil para escolher o que seria traduzido e aproveitado do veículo em espanhol. “Nem sempre a gente concordava com o que se cobria lá, então a gente tinha a liberdade de traduzir parte, incluir outras coisas”, diz. Ela também cita que o movimento inverso acontece: “às vezes, tinha notícias no site deles sobre o Brasil que não eram nossas, eles pegavam de outro lugar, do próprio site do governo, ou escutavam outra militante”.

Na mesma linha, a atual jornalista da *Pulsar Brasil*, Jaqueline Deister¹²⁸, na agência desde outubro de 2013, aponta o site da *Púlsar ALC* como a principal fonte de notícias sobre temas latino-americanos. Ela ainda afirma que a linha editorial da seção de internacional parte da mesma visão que se tem nas matérias nacionais: “a mesma ideia da parte nacional, tudo o que seja de movimentos sociais, protestos,

¹²⁶ Entrevista concedida à autora por Luiza Peixoto Cilente, no dia 16 de junho de 2014. Áudio completo em anexo.

¹²⁷ Entrevista concedida à autora por Gilka Carla Resende da Costa, no dia 31 de maio de 2014. Áudio completo em anexo.

¹²⁸ Entrevista concedida à autora por Jaqueline Deister, no dia 16 de junho de 2014. Áudio completo em anexo.

manifestações, que estejam ocorrendo na América Latina, a gente busca dar esse tipo de pauta”.

Jaqueline ainda explica que na utilização das matérias da *Púlsar ALC* há a tradução das notas do espanhol para o português, mas também ocorre a complementação do material, acessando novas fontes, seja de entrevistados ou outros veículos de mídia brasileiros e estrangeiros. Isso ocorre, segundo ela, pois a notícia pode estar com a contextualização necessária para ser compreendida por quem acompanha de mais perto o fato, no caso o país de origem, porém, para ser entendida por brasileiros, podem ser necessárias mais informações. “Em cima do que a *Púlsar* está pautando, a gente busca dar uma pesquisada para ver o que há de interessante para complementar a matéria, mas nos orientamos pela *Púlsar*”, afirma. Esta complementação de informação acontece, principalmente, com a pesquisa em outros sites de mídia alternativa¹²⁹, resume a comunicadora.

Apesar dessa parceria, Gilka Resende aponta que não há um espaço periódico de debate de pautas ou da linha editorial entre as agências e correspondentes ligados à AMARC: “a *Pulsar Brasil* é uma, e a *Púlsar* é outra. São agências-irmãs, tem o mesmo propósito, mas não tem uma reunião entre os jornalistas para discutir sempre”. A discussão coletiva entre jornalistas dos veículos acontece em momentos de cobertura de eventos e atividades em que estão presentes *in loco* os repórteres, como já ocorreu em coberturas do Fórum Social Mundial, relata Gilka.

Assim como a agência brasileira, a *Púlsar ALC* também produz áudios de fontes entrevistadas na produção noticiosa. No entanto, esses materiais sonoros, na maioria das vezes, não são utilizados pela *Pulsar Brasil*, como expõe Gilka Resende. De acordo com ela, o áudio em espanhol é “mais complicado” de ser usado, pois há a necessidade de ser traduzido e haver uma locução em português sobreposta na edição ao áudio em castelhano. Ela relata que a agência-irmã disponibiliza a sonora em português de forma bruta no site da *Púlsar ALC*, mas a jornalista não realiza o mesmo procedimento no Brasil, pois acredita “que nem todas as pessoas entendem” o espanhol. Esse recurso só é utilizado na agência brasileira quando a sonora está em “boa qualidade”. Caso contrário, as informações da entrevista são incorporadas somente ao texto escrito.

¹²⁹ Entre os sites acessados, está o portal Só Esquerda. Disponível em: www.soesquerda.com.br. Acesso em: 26 jun. 2014.

No caso das agências vinculadas à AMARC, tanto a brasileira quanto aquela destinada aos países de língua espanhola, pode se perceber que há uma potencialidade de uso e compartilhamento de materiais radiofônicos, como assinalado, inclusive, nas declarações dos ativistas que iniciaram a construção desses veículos (BEHN, 2006; GIRARD, 1998). Em consequência disso, parece haver uma possibilidade maior de agregar qualidade ao material produzido, devido ao fato de haver escritórios e jornalistas em alguns países da América Latina, que poderiam produzir materiais desde os países de origens dos fatos noticiados.

O diferencial do correspondente, cada vez mais, tem sido o fato de ter acesso direto às fontes primárias tecnologicamente inacessíveis (como no caso de pessoas humildes, ou em áreas remotas, ou à opinião de cidadãos na rua), além de poder descrever o “clima” local com precisão. No Jornalismo Internacional, o correspondente ou enviado é um repórter com função de ordem cognitiva: serve para evitar filtros, contornar discursos, além de conferir ao veículo um capital de credibilidade. (AGUIAR, 2008b, p. 42-43).

Durante os meses de julho a dezembro de 2013, período analisado na presente dissertação, foram publicadas na página da *Agência Pulsar Brasil*, 27 notícias internacionais, em um universo de 254 notícias. Isso representa 10,6% de materiais sobre outros países ante o total produzido. Foram selecionadas as produções que tivessem tema, fato, personagens ou estatísticas centrais referentes às demais nações e povos do mundo, que não os relacionados ao Brasil. O quadro de acordo com os meses e formatos, seguindo a nomenclatura usada pela *Pulsar Brasil*, fica assim distribuído:

Tabela 4 – Produções radiojornalísticas da editoria internacional da *Agência Pulsar Brasil* entre julho e dezembro de 2013:

	Notas	Matérias	Reportagens	Entrevistas	TOTAL
Julho/2013	5	0	0	0	5
Agosto/2013	1	2	1	2	6
Setembro/2013	4	0	0	0	4
Outubro/2013	1	2	0	0	3
Novembro/2013	6	0	0	0	6
Dezembro/2013	3	0	0	0	3
TOTAL	20	4	1	2	27

Dentre as notas internacionais, 17 foram sobre países ou a região latino-americana, o que representa cerca de 63% do total das temáticas estrangeiras retratadas. No geral, entre todas as notícias, as sobre América Latina representam 6,7% do conjunto integral de conteúdos publicados nestes meses.

Ainda foram levantadas duas notícias da editoria nacional que retratavam personagens ou situações de países latino-americanos, porém em que o fato central ocorria no Brasil. Este é o caso da nota “Morte de menino boliviano traz à tona debate sobre situação de imigrantes sul-americanos no país”¹³⁰, que trata de uma notícia anteriormente veiculada na *Radioagência NP*, como citado nos créditos ao final do texto. Outra ocorrência se deu na notícia “Brasil ainda precisa avançar nas leis do setor de comunicação”¹³¹, que traz ao final *spots* produzidos pela *Pulsar Brasil* em parceria com a AMARC brasileira. Tanto no texto, quanto no conteúdo de um dos *spots* – “Leis de comunicação na América Latina” – são citados os casos das mudanças nas legislações de Argentina, Uruguai, Equador e Bolívia, no que diz respeito à área da

¹³⁰ Nota “Morte de menino boliviano traz à tona debate sobre situação de imigrantes sul-americanos no país”, publicada em 02 de julho de 2013. Disponível em: <<http://agenciapulsar.org/brasil2013/mais/politica/brasil-mais/morte-de-menino-boliviano-traz-a-tona-debate-sobre-situacao-de-imigrantes-sul-americanos-no-pais/>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

¹³¹ Matéria “Brasil ainda precisa avançar nas leis do setor de comunicação”, publicada em 14 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://agenciapulsar.org/brasil2013/dd-hh/brasil-ainda-precisa-avancar-nas-leis-do-setor-de-comunicacao/>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

comunicação e radiodifusão comunitária. A parceria entre as equipes da agência e da associação se dá de maneira cotidiana desde que elas passaram a dividir o mesmo escritório, como explica Luiza Cilente, afirmando que há um “trabalho em conjunto, inclusive nos projetos. Então, a *Pulsar* geralmente fica com a produção de conteúdo radiofônico dos projetos. Os *spots* são a *Pulsar* que produz, em parceria com a AMARC”.

Nas 17 notícias sobre América Latina presentes na editoria internacional da *Pulsar Brasil*, no período de julho a dezembro de 2013, a abordagem de países e temas ocorreu da seguinte maneira: (1) Bolívia, com uma nota sobre relações diplomáticas (sobre a interceptação do avião do presidente Evo Morales na Europa, por suspeitas de envolvimento no caso de espionagem eletrônica); (2) Peru, com nota sobre dados da violência contra a mulher; (3) Uruguai, nota sobre direitos abordando a legalização do cultivo da maconha; (4) Argentina, com uma sobre direitos humanos (debate da diversidade sexual) e uma matéria sobre direito à comunicação; (5) Chile, com duas notas, uma de rádios comunitárias e povos originários, outra sobre direito à comunicação, além de uma matéria sobre rádios comunitárias, esta possuindo áudio em espanhol; (6) Equador, com três notas, duas de meio ambiente e uma de direito à comunicação, além de uma matéria com áudio em espanhol sobre meio ambiente; (7) Colômbia, com três notas, uma de greve agrária, outra de povos originários e mais uma das negociações de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo, esta última também é a temática da matéria com áudio em espanhol. Ainda há uma nota sobre a América Central, em que se aborda a violência contra a mulher.

Ainda vale registrar que em uma das entrevistas da editoria internacional, “Violação do direito à comunicação de povos tradicionais e rurais ocorre em nível mundial”¹³², a fonte entrevistada cita casos de países da América Latina, mas também da África e do Leste Europeu, conferindo um tom mundial à entrevista.

O levantamento realizado nesta pesquisa pode apontar um alinhamento tanto com a linha editorial descrita no site da *Pulsar Brasil*, quanto com os relatos das jornalistas do veículo quando questionadas sobre o critério de seleção de pautas.

¹³² Entrevista “Violação do direito à comunicação de povos tradicionais e rurais ocorre em nível mundial”, publicada em 29 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://agenciapulsar.org/brasil2013/mais/politica/brasil-mais/violacao-do-direito-a-comunicacao-de-povos-tradicionais-e-rurais-ocorre-em-nivel-mundial>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

Segundo a jornalista Jaqueline Deister, na seleção de pautas latino-americanas eram priorizados os seguintes temas: direito à comunicação; temáticas de movimentos sociais; meio ambiente, como sobre a Amazônia; violência contra a mulher; direitos humanos, de forma geral; e sempre buscando valorizar a cultura dos povos originários, “a luta para manter as suas tradições e territórios”.

Para a comunicadora Luiza Cilente, há também uma intenção em dar continuidade a alguns temas, para que o receptor possa acompanhar o desenrolar de um fato específico. “Por exemplo, se eu falei de uma questão indígena no Chile, eu vou dar continuidade a isso. Se tem uma novidade, se eles foram presos, reprimidos, depois foram soltos. A gente tentava não deixar no ar, mas dar uma certa continuidade”, elucida.

Outro ponto levantado na seleção das pautas de América Latina pela *Agência Pulsar Brasil* diz respeito à relação e à intenção com as rádios comunitárias. Na opinião de Gilka Resende, a intencionalidade que está por trás da produção de notícias sobre determinadas temáticas e países tem a ver com a proposta político-editorial que dá sentido a essa agência alternativa. “A gente faz uma cobertura de jornalismo que a gente acha que pode ser interessante para as rádios comunitárias. Não é uma coisa só de servir. Também é uma coisa de colocar uma política. E é mais movimentos sociais, com certeza”, define.

Quanto aos formatos destas notícias sobre América Latina, 13 são notas e 4 são matérias em que foram realizadas entrevistas. Destas últimas, em três casos a produção foi feita por jornalistas da *Púlsar ALC* e os áudios estão em espanhol e disponíveis através de um link para o site da outra agência. Apenas uma matéria foi produzida pela equipe da *Pulsar Brasil*.

Na matéria “Lei dos Meios de Comunicação tem aplicação total na Argentina”¹³³ é noticiada a aprovação, pela Suprema Corte do país, da “Ley de Medios”. Assim, essa lei passou a poder ser aplicada integralmente, a fim de atuar no combate dos monopólios no setor de comunicação. De acordo com a repórter responsável pela matéria, Jaqueline Deister, a pauta veio através da publicação no site da *Púlsar ALC* e, do ponto de vista da linha editorial da agência, a democratização da comunicação é um

¹³³ Matéria “Lei dos Meios de Comunicação tem aplicação total na Argentina”, publicada em 30 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://agenciapulsar.org/brasil2013/mais/politica/ley-dos-medios-tem-aplicacao-total-na-argentina>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

tema relevante. Além disso, para a jornalista, a aprovação dessa lei “foi um avanço muito grande para a América Latina. A Argentina deu um passo à frente. E aqui no Brasil a gente ainda está em um processo de burocratização extrema, com uma dificuldade de andar com esse assunto”. Diante dessa análise, Jaqueline escolheu Daniel Fonseca, do Coletivo Intervozes, para ser o entrevistado e analisar tanto a lei, quanto o reflexo de sua aprovação no Brasil. A entrevista, realizada por *Skype*, teve seu conteúdo aproveitado na elaboração do texto e gerou um áudio de um minuto e seis segundos, disponível para ser baixado e utilizado pelas rádios.

Diante desse levantamento e análise, nota-se uma baixa produtividade nas notícias internacionais e, especificamente, de América Latina no período pesquisado. Esse resultado já era esperado pela equipe de redação e foi um ponto levantado pelas jornalistas da *Pulsar Brasil* nas entrevistas. Para Gilka Resende, isso se deve às mudanças pelas quais a agência brasileira e a em espanhol passaram nessa fase, incluindo a mudança de plataforma dos sites e o arquivamento do conteúdo da agência brasileira no escritório no Peru, além das próprias mudanças das equipes de redação. Segundo Gilka, as dificuldades que já existiam com a produção conjunta com o escritório de Buenos Aires, tiveram um novo contorno com a transferência para Lima:

Nesse período analisado, a gente fez pouquíssima [cobertura internacional], porque esse probleminha que teve com a outra agência [*Pulsar ALC*, que mudou da Argentina para o Peru], deu uma desestabilizada. Quando era na Argentina, a gente já fez até cobertura coletiva com os dois meninos de lá. A gente sempre tentou uma aproximação com a agência, mas era muito difícil, porque cada um tinha sua dinâmica de trabalho.

Mais um argumento levantado para a produção aquém do esperado, pela própria equipe de jornalista, foi relatado pela comunicadora do veículo brasileiro, Luiza Cilente, que indica que a meta sempre foi garantir traduções da *Pulsar* em espanhol: “fazia sempre parte do trabalho garantir uma ou duas traduções da América Latina, isso desde o começo”. No projeto inicial da agência, estavam previstas cerca de duas notas diárias de temas latino-americanos traduzidos da *Pulsar ALC* (BEHN, 2006). Luiza explica que a equipe reduzida, a sobrecarga de trabalho e o projeto sobre megaeventos esportivos em parceria com uma entidade financiadora, tendo o prazo reduzido para cumprimento

dessa parceria, fizeram com que outras temáticas, como as referentes à América Latina, tivessem uma produção menor.

Apesar disso, pode-se perceber uma preocupação com a produção de qualidade do material radiofônico, com buscas por realizar cobertura a campo e realizando entrevistas para subsidiar os textos. Porém, também se pode deduzir que as dificuldades relatadas impediram que isso fosse aplicado de maneira satisfatória nas temáticas latino-americanas. Ressalta-se ainda a preocupação da equipe de jornalistas quando à linguagem e o texto para rádio, que mesmo quando não há apuração aprofundada, existe uma intenção em executar essa parte do processo produtivo de maneira qualificada, com atenção constante a esse ponto.

No geral, a escolha das pautas parece seguir a linha editorial proposta para a América Latina. Tendo como público prioritário as rádios comunitárias, o conteúdo produzido pela *Pulsar Brasil* buscou tratar de temas de seu universo prático de atuação, como o direito à comunicação. Assim, percebe-se uma busca por criar um referencial identitário coletivo entre as rádios comunitárias latino-americanas. Além disso, a abordagem de outras temáticas demonstra um comprometimento político e social mais amplo, como nos casos dos debates de denúncia da violência contra a mulher, de pautas ambientais e de direitos humanos, entre outras, que surgem relacionadas ao Brasil e, também, aos países da América Latina, dando ideia de um projeto societário regional.

Por fim, cabe refletir sobre o fato dessa agência alternativa brasileira fazer parte de uma associação mundial de rádios comunitárias, com estruturas de agências também em outros países. Assim, fica uma indagação: por possuir uma agência-irmã, com equipes e correspondentes em outros países da região, são grandes as possibilidades de parceria e, assim, não seria possível ampliar o trabalho da produção noticiosa sobre América Latina? Estas potencialidades vão desde alcançar objetivos simples, como a tradução de material, como em construir esferas mais sólidas de articulação e diálogo entre as equipes das agências e correspondentes. Caso a vontade política e prática de construir a *Pulsar Brasil* no trabalho cotidiano, jornalístico e de secretaria, assim como na realização de reportagens a campo e em projetos especiais, fosse também direcionada à produção de notícias latino-americanas, é possível apontar que haveria um salto qualitativo nessa área e, conseqüentemente, no conjunto dos trabalhos e articulações da própria agência e sua inserção nas rádios comunitárias do Brasil e seus ouvintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da produção de notícias, aliado ao pensamento teórico que lhe dê sentido, tornam o jornalismo algo vivo e pulsante no meio social do qual faz parte. Assim, a mídia alternativa é construtora e construída pelos processos e práticas dos sujeitos que atuam nela diretamente, dos comunicadores (em particular, aos jornalistas), e daqueles que estão ao seu redor, como movimentos sociais, associações, redes comunitárias e populares, entre outros. Do mesmo modo, a conjuntura social e política, as condições concretas de sua existência e a trajetória histórica desses meios de comunicação contra-hegemônicos dizem muito sobre o significado desse jornalismo e das potencialidades do que pode vir a ser. Com base nesses pensamentos e ideais, esta dissertação se estruturou. E como modo de possível conclusão da mesma, é permitido levantar alguns pontos de reflexão frutos desta pesquisa e que levam a outras possibilidades de estudos futuros.

Primeiro, vale relembrar a reflexão da comunicóloga Regina Festa (1986) sobre a comunicação popular e alternativa como “fenômeno que se manifesta sincronicamente com o movimento das forças sociais e com sua capacidade de articular propostas políticas” (p. 10). Essa proposição gerou a necessidade de percorrer os caminhos de resgate teórico e histórico dos capítulos 1 e 2 desta dissertação. Com isso, formulou-se um entendimento de que a mídia alternativa realizada atualmente no Brasil possui um viés relacionado à ideia de América Latina, que a leva a outro patamar de articulação com um projeto societário que, além de nacional, é também latino-americano.

Do mesmo modo, foi importante analisar a relação entre agências de notícias e a cobertura internacional, bem como os atuais contornos do radiojornalismo em meio a convergência midiática, para, enfim, entender o papel que cumprem as radioagências de notícias alternativas. Com isso, é possível apontar que o rádio, em face à internet, torna mais plural e diversificada a produção de conteúdos e a participação de diversos atores e grupos sociais na esfera midiática. Ou seja, além da possibilidade do rádio transmitido por *dial*, como foram as importantes experiências de rádios revolucionárias, livres e comunitárias, abre-se um novo capítulo das experiências radiofônicas com transmissão via internet, seja com WebRádios ou mesmo com a disponibilização para uso de

arquivos sonoros, os *podcasts*. Soma-se, assim, um novo modelo ao rádio alternativo latino-americano, agora com a internet, e pode-se até afirmar que os objetos empíricos estudados nesta pesquisa só passam a existir a partir da ampliação e acesso dessa rede mundial.

Com o foco desta pesquisa recaindo sobre as radioagências alternativas brasileiras, a análise das experiências da *Radioagência NP* e da *Agência Pulsar Brasil* permitiu que se aprofundassem os postulados teóricos anteriormente apresentados e se chegasse a algumas avaliações e apontamentos. Para assim, buscar contribuir às práticas empreendidas nestes veículos, além de somar-se às pesquisas e formulações teóricas do campo da comunicação alternativa.

De início, foi importante reconstruir uma parte da história destes veículos alternativos, sua origem e alguns pontos fundamentais em relação a sua cobertura internacional. Isso foi possível a partir, principalmente, de entrevistas com os envolvidos com a construção das agências. Contudo, devido ao enfoque escolhido por esta dissertação, fica em aberto para futuros estudos uma reconstrução mais detalhada da história desses veículos alternativos, que representam de forma original a nova fase da comunicação alternativa em tempos de internet, mas ainda com uma ligação ao clássico meio de comunicação de massa que é o rádio.

Diante disso, é notável que os veículos alternativos de mídia estudados pautem sua linha editorial na cobertura internacional por retratar os povos e países da América Latina, em sintonia com um ideal e um projeto de sociedade que apontam para uma maior integração latino-americana. Também, parte dos jornalistas desses veículos a compreensão de que é importante mediar estas notícias “estrangeiras” com a realidade brasileira, facilitando, assim, o entendimento do público e, daí, um reconhecimento na representação feita sobre o “outro” latino-americano. Essa perspectiva pode levar a uma interpretação próxima ao que já era salientado pelo Relatório MacBride, sobre um equilíbrio maior entre os fluxos mundiais de circulação de notícias e mais democracia na comunicação social.

É a construção de um “olhar brasileiro sobre o mundo”, focado não apenas sobre eventos factuais e pontuais que surgem intermitentemente no noticiário, mas no cotidiano político, econômico, social e cultural dos outros países. Era a isto também que se referia o Relatório MacBride quando recomendava, em suas

conclusões, que “nos países em desenvolvimento, considera-se necessário ampliar o conceito de notícia, com o objetivo de que englobe não só os ‘acontecimentos’, mas também os ‘processos’ inteiros”. (AGUIAR, 2008b, p. 43)

A cobertura de um mesmo período de seis meses nas duas agências de notícias para rádios geraram algumas reflexões quanto ao processo produtivo da notícia e do projeto político-editorial das mesmas. Uma delas é que nas duas agências a diretriz que indica que a linha editorial se vincule aos temas da América Latina – e sua interface com demais temas, como movimentos sociais, questões trabalhistas e sindicais, direitos humanos, entre outros – deve-se a uma ligação com um projeto político mais amplo. No caso da *Radioagência NP*, se dá através da articulação de movimentos sociais dentro da Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA). Na *Agência Pulsar Brasil*, ocorre por fazer parte da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), que possui uma preocupação com o desenvolvimento regional e a integração latino-americana. Esse ponto pode ser notado quando são analisadas as notícias que tratam de América Latina, por exemplo, pela seleção da pauta e da fonte.

Percebe-se ainda que, apesar da incorporação da linha editorial por parte dos jornalistas, que o ressaltam em seus discursos, no procedimento diário de seleção de pautas e produção de notícias há uma baixa porcentagem de temas latino-americanos em comparação com o total de notícias publicadas, em um mesmo período. Na *Radioagência NP*, chega-se aos seguintes percentuais: 18,8% de temas internacionais ante o total, e dentro de notícias estrangeiras, 32,3% são sobre América Latina. Ou seja, temas latino-americanos não alcançam nem um terço da produção da editoria internacional. Sendo a América Latina a prioridade no que diz respeito ao que é internacional na linha editorial, demonstra-se um descompasso entre a intenção e o que de fato é executado. Já na *Agência Pulsar Brasil*, foram levantados 10,6% de notícias na editoria internacional, destas, 63% de temas latino-americanos, o que demonstra uma incidência maior destas, em consonância com a proposta presente na linha editorial. De qualquer forma, ambas agências registram um percentual na casa dos 6% de notícias da América Latina, o que pode ser interpretado como de baixa intensidade.

Quanto aos formatos jornalísticos produzidos dentro deste percentual do noticiário latino-americano na editoria internacional, a *Radioagência NP* apresentou 86,4% de boletins, sem utilização de sonoras de entrevistados, e 13,6% de reportagens.

Na *Pulsar Brasil*, os números são de 76,5% de notas, sem sonoras, e 23,5% de matérias, com uma fonte entrevistada e áudio disponível, sendo a grande maioria dos casos a partir do uso de materiais vindos da agência-irmã *Púlsar ALC*. Diante das possibilidades advindas com a internet, com um maior acesso a fontes e contatos diretos pela rede mundial de computadores, pode-se chegar ao apontamento de que, caso haja o interesse e a possibilidade da equipe em empreender essa busca, seria mais viável realizar contatos e buscas com fontes, personagens ou especialistas (que falem português ou de outros idiomas, em especial o espanhol) para qualificar as notas, transformando-as em matérias ou reportagens, com a incorporação de sonoras de entrevistados.

Pragmaticamente, para o Jornalismo Internacional, isto significa o advento de novos fluxos de informação que abandonam a rigidez hierárquica e centralizadora dos sistemas das agências (apuração redação central clientes) e a concentração da pauta em um número limitado de fontes e assuntos. Em outras palavras, o fluxo de informação em redes estende o leque de opções que o repórter-redator de Inter tem à sua frente e permite que ele, na prática profissional, liberte-se de todos os níveis prévios de filtros e *gatekeepings* e vá direto à origem primária das informações, conferindo plena manuseabilidade sobre a matéria-prima das notícias. (AGUIAR, 2008b, p. 60).

Com uma produção noticiosa mais elaborada, a contrainformação produzida pode enriquecer-se a partir do uso de ferramentas jornalísticas que transformem o processo comunicacional mais plural e participativo. Ou seja, dar voz aos sujeitos protagonistas dos fatos noticiados, abrindo a narrativa jornalística para esta ser desenvolvida e construída a partir destes pontos de vista, coloca o jornalista em um papel de mediador dos discursos das fontes.

Propor e praticar a contrainformação vai além da seleção de pautas de acordo com uma linha editorial vinculada a interesses das classes e movimentos populares que buscam a transformações sociais. Também diz respeito aos processos e as práticas empreendidas nos meios de comunicação. Assim, há acordo com Pulleiro (2012) no afirmação de que “proponha a ‘alternatividade’ como um modo de definir um ‘processo que abarca desde o discurso até a organização do meio e as formas sociais em que este se utiliza’” (p. 25) (tradução nossa)¹³⁴. Dando continuidade a este pensamento, a mídia

¹³⁴ plantear a la ‘alternatividad’ como un modo de definir un ‘proceso que abarca desde el discurso hasta la organización del medio y las formas sociales en que este se utiliza’. Neste trecho Pulleiro faz referência

alternativa em face à ideia contrainformacional diz respeito a romper com a agenda praticada nos grandes meios de comunicação, dando voz e espaço para os marginalizados do sistema dominante, além de ter uma postura de enfrentamento não só ao discurso, mas a suas formas de organização, também no que se refere às relações comunicacionais.

Finalmente, vale a pena traçar alguns pontos de reflexão gerados a partir desta dissertação e, também, em função da conjuntura do último período, em especial no Brasil, mas que apresenta contornos também em outros países da América Latina. Primeiro, a mídia alternativa volta a ser visibilizada e debatida na sociedade, gerando reflexos também no meio acadêmico. O que antes era tido como algo datado em décadas passadas, hoje torna pertinente a afirmação de que a mídia alternativa, que nunca deixou de existir, volta a tornar-se evidente. Como uns dos pontos que marcam essa inflexão estão os últimos protestos que ocorreram no Brasil, a partir de junho de 2013. Estes geraram questionamentos da sociedade em relação à parcialidade e aos interesses da cobertura feita pela grande mídia, e, também, apresentaram novos atores midiáticos, como é o caso dos coletivos de transmissão *online* de manifestações, com o uso do celular, bem como novas iniciativas de veículos impressos, coletivos de produção de fotografia ou mesmo de vídeos e áudios pela internet.

Além disso, é possível apontar que, diante desses acontecimentos, houve também uma reconfiguração de discursos nos distintos veículos e meios de comunicação, subvertendo a lógica da produção e do enquadramento das notícias, com acompanhamento dos fatos *in loco* e ouvindo e dando voz ao maior número de envolvidos nos acontecimentos, inclusive aqueles discordantes da linha editorial dos emissores, por exemplo.

Como essas situações se manifestam no rádio seria um outro tema interessante para análise, pois é também uma das características do meio radiofônico a cobertura dos acontecimentos no momento de sua ocorrência. Ademais, se pensar que o rádio alternativo pode ser uma das ferramentas que contribuem para a disseminação da informação e organização coletiva, como já o foi em diversos momentos da história, cabe levantar a possibilidade de uma investigação se esse fenômeno vem acontecendo e como ocorre na atual onda de levantes populares.

a RODRÍGUEZ ESPERÓN, C; VINELLI, N; **Desarmando espejismos**. In: RODRÍGUEZ ESPERÓN, C; VINELLI, N. (Orgs.); *Contrainformación*, Buenos Aires, Peña Lillo, 2003, p.13.

Mais uma questão é a das disputas no âmbito da regulamentação dos meios de comunicação e da abertura aos alternativos e comunitários. Estas leis avançaram em diversos países latino-americanos, como Argentina, Uruguai, Venezuela, entre outros, mas seguem como um ponto intocado na manutenção de oligopólios e privilégios da mídia empresarial no Brasil, principalmente em relação ao rádio e à televisão, o que as mantém como pontos abertos para pesquisas e debates no campo acadêmico. O fato do direito à comunicação ser uma demanda inconclusa na América Latina torna fundamental que esse tema seja debatido e pesquisado, em seus mais distintos aspectos, para que se possa caminhar para a construção de uma sociedade mais democrática, igualitária e socialmente justa.

Portanto, pode-se dizer que, atualmente, se vive um momento frutífero para a produção intelectual nos temas relacionados à mídia alternativa e em sua interface com os povos e países da América Latina. O que esta dissertação se propôs a fazer foi percorrer apenas um dos caminhos possíveis para esta reflexão, mas muitos outros ainda seguem em aberto.

REFERÊNCIAS¹³⁵

AGUIAR, Pedro. Por uma História do Jornalismo Internacional no Brasil. In: **VI Congresso Nacional de História da Mídia**, Anais (CD-ROM). Niterói: Rede Alfredo de Carvalho, 2008a.

_____. **Jornalismo Internacional em Redes** (coleção “Cadernos da Comunicação”, vol. 20). Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social/Prefeitura do Rio, 2008b.

_____. **Agências de notícias e sistemas internacionais de Informação**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/40087619/Agencias-de-Noticias-e-Sistemas-Internacionais-de-Informacao-palestra-UFS>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

AMARANTE, Maria Inês. **Rádio Comunitária na Escola – adolescentes, dramaturgia e participação cidadã**. São Paulo: Editora Intermeios, 2012.

AMORIM, Celso. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Conselho Mexicano de Assuntos Internacionais (COMEXI) - Cidade do México, 28/11/2007**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exterior/943269273701-discurso-do-ministro-das-relacoes-exterior/print-nota>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

BARBOSA, Alexandre. **A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira**. 2005. 237f. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. A solidão da América Latina na grande imprensa. In: **Cenários da Comunicação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 21-29, 2007. Disponível em: <http://portal.uninove.br/marketing/cope/pdfs_revistas/cenarios_comunicacao/cenarios_v6n1/cen_comv6n1_3b05.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2013.

¹³⁵ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BEHN, Andreas. Sobre Brasil e em português. In: **Revista Cara y Señal**. Buenos Aires, Argentina, n. 5, julho de 2006. Disponível em: <http://www.amarcalc.org/caraysenial_revista/0.php?cys=5&s=9&n=4>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BOCCA, Pedro Paulo. **Livre-comércio Dependente, Lutas Sociais e a Formação de um Campo Antineoliberal na América Latina**. 2013. 119f. Dissertação de Mestrado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP), São Paulo/SP, 2013.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. Rádio. In: _____. **Televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturalistas**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 255-276.

BRASIL DE FATO. **Projeto Editorial**. 2002.

BRASIL DE FATO. **Porque um jornal popular**. Edição 0, 25 de janeiro de 2003.

BRECHT, Bertold. Teoria do Rádio (1927-1932). In: MEDITSCH, Eduardo. (org.). **Teorias do Rádio**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 35-46.

BUONICORE, Augusto. Comunistas, Cultura e Intelectuais entre os anos de 1940 e 1950. In.: **Revista Espaço Acadêmico**. Número 32. Janeiro de 2004. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/032/32cbuonicore.htm>. Acesso em: 23 abr. 2014.

BUSTOS, Gabriela. Santiago Álvarez y el Noticiero de la Revolución Cubana. In: VINELLI, Natalia (Comp.). **Comunicación y televisión popular**. Buenos Aires: Editorial El Río Suena, 2011.

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO. **Imprensa alternativa: Apogeu, queda e novos caminhos**. Prefeitura do Rio de Janeiro, série Memória, nº 13. Rio de Janeiro: 2005.

CAICEDO, José María Torres. **Las dos Américas**. Disponível em: <www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm>. Acesso em: 17 jan. 2014. (Poema original de 26 de setembro de 1856).

CARDILLO, Lorena. Barricada TV – Todas las noticias que en la tele no ves. In: VINELLI, Natalia (Comp.). **Comunicación y televisión popular**. Buenos Aires: Editorial El Río Suena, 2011.

CASSOL, Daniel Barbosa. **Brasil de Fato: A imprensa popular alternativa em tempos de crise**. 2010. 159f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo/RS, 2010.

CEBRIÁN HERREROS, Mariano. **La radio en la convergencia multimedia**. 1ª Ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DINIZ, Dilma C. B. O conceito de América Latina: uma visão francesa. In: **Caligrama**, Belo Horizonte, n. 12, dezembro de 2007, p.129-148. Disponível em: <www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/185>. Acesso em: 27 nov. 2013.

ESQUIVADA, Gabriela. **Noticias de los Montoneros – La historia del diario que nunca pudo anunciar la revolución**. Buenos Aires: Sudamerica, 2009.

FERES JR., João. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FERNANDES, Vivian O. N. **Vida longa ao Brasil de Fato**. 2008. 143 p. Monografia (Projeto Experimental) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (MG). Livro-reportagem impresso.

FERRARETTO, Luiz Artur. Pesquisa a respeito do rádio e de outros meios sonoros no século 21: das transformações na natureza do meio e de seus congêneres aos seus usos no contexto da convergência digital. In: **Rádio-Leituras**. Ano I, Num 01. Edição Julho–Dezembro 2010. Disponível em:

<<http://radioleituras.files.wordpress.com/2011/01/radioleituras1rev1.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 9-30.

FESTIVAL DE LA RADIO Y LA TELEVISIÓN COMUNITARIA Y POPULAR DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Declaración de Quito**. Quito, Equador: 1995. Disponível em: <www.infoamerica.org/libex/libex_7_d_4.htm>. Acesso em: 2 abr. 2014.

FOX, Elizabeth. Las políticas de los mass-media em Latino-américa. In: FOX, Elizabeth (Org.). **Medios de Comunicación y Política en América Latina – La Lucha por la democracia**. México: Ediciones G. Gili, 1989.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Americanidade e latinidade da América Latina: Crescente interpenetração e decrescente segregação**. Recife: UFPE, 1966. p. 5-21. Disponível em: <<http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/americanidade.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

GIRARD, Bruce. Pulsar: dos años de radio e internet. In: **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**. Quito, Ecuador: Editorial QUIPUS – CIESPAL, marzo, 1998. p. 79-80.

GÓES, Laércio Pedro Torres de. **A mídia alternativa dos movimentos sociais na Web**. Trabalho apresentado no I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

GONÇALVES, Aracely Mehl. **Francisco Ferrer y Guardia: Educação e a imprensa anarco-sindicalistas – “A Plebe” (1917 – 1919)**. 2007. 150f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, do programa de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2 – Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 5 - O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Máximo Simpson. Comunicação Alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In: GRINBERG, M. S. **A Comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GUZZO, Alejandra. Reflexiones sobre Cine, Documental y TV Alternativa en la Argentina actual. In: VINELLI, Natalia (Comp.). **Comunicación y televisión popular**. Buenos Aires: Editorial El Río Suena, 2011.

HAANDEL, Johan Cavalcanti van. **Formatos emergentes de criação e transmissão de áudio online: A construção do webcasting sonoro**. 2009. 165f. Dissertação de Mestrado – Programa de Comunicação e Semiótica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KAPLÚN, Mario. **Una Pedagogía de la Comunicación**. Madrid: Ediciones de La Torre, 1998.

KAPLÚN, Mario; HERMOSILLA, Maria Elena. **La educación para los medios en la formación del comunicador social**. Montevideo: Fundación de cultura universitaria – Licenciatura de Ciencias de la Comunicación de la Universidad de la República, 1987.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

KUHN, Fernando. **O rádio na internet: rumo à quarta mídia**. Campinas: Unicamp, 2000. 137 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social).

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília e Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. **Ideia é relançada 30 anos depois**. Observatório da Imprensa: 21/08/2008. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ideia_e_relancada_30_anos_de_pois>. Acesso em: 21 abr. 2014.

LLOREDA, Oscar. Televisión Comunitaria en Venezuela – Una Mirada en Perspectiva. In: VINELLI, Natalia (Comp.). **Comunicación y televisión popular**. Buenos Aires: Editorial El Río Suena, 2011.

LOPEZ, Débora Cristina. **Estratégias para o radiojornalismo na internet: um estudo da evolução e das mudanças recentes no site da rádio CBN**. Trabalho apresentado no GT de Mídia Sonora, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Estrategias%20para%20o%20radiojornalismo%20na%20internet%20um%20estudo%20da%20evolucao%20e%20das%20mudancas%20recentes%20no%20site%20da%20radio%20CBN.pdf/view>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

LOS MONTEROS, Guillermo García Espinosa de. **Jornalismo Internacional, Correspondentes e Testemunhos sobre o Exterior**. Disponível em: <www.descolando.com.br/resources/jornalismointernacional_apostila.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2013.

LUIZ, Lucio; ASSIS, Pablo de. **O Podcast no Brasil e no Mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais**. Trabalho apresentado no GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação,

evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Caxias do Sul, RS, de 2010. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0302-1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2014.

MACHADO, Arlindo et al. **Rádios Livres – A reforma agrária no ar**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MARQUES, Márcia. **As mudanças nas rotinas de produção das agências de notícias com a consolidação da internet no Brasil**. 2005. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MARTÍ, José. **Nossa América**. São Paulo: HUCITEC, 1983. p. 194-201. (Texto original de 1891).

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003a.

_____. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003b. p. 57-86.

MEDITSCH, Eduardo Barreto Vianna. **O rádio na era da informação**. Coimbra: Minerva, 1999.

MENDEZ, Arcadio Sabido. **Sobre el concepto de hegemonía**. Disponível em: <www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=442>. Acesso em: 18 ago. 2013.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Imprensa das Classes Subalternas: atualização e atualidade de um conceito. In: **Revista Em questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 193-208, jan./jul. 2010.

MORAES, Denis de. Governos progressistas e a batalha pela democratização da comunicação na América Latina. In: **Revista Versus Acadêmica**, Rio de Janeiro, novembro de 2009. p. 36-43. Disponível em:

<www.versus.ufrj.br/edicoes_pdf/pdf_versusN3/Academica1_vsn3.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2013.

_____. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación** - www.eptic.com.br. Vol. IX, n. 2, mayo – ago. / 2007.

_____. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: PD&A, 2001.

MOURA, Ana Maria Straube de Assis. **O jornal Brasil de Fato: a construção de um meio de comunicação popular**. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, evento da SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, novembro de 2009. Disponível em: <http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/ana_maria_straube_de_assis_moura.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2014.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, Dennis de. O Jornalismo Alternativo na Contemporaneidade. In: Apostila – **I Curso de Difusão Cultural em Jornalismo Popular e Alternativo**. São Paulo, 7 a 11 de dezembro de 2009, p. 05-08. Disponível em: <www.usp.br/alterjor/Apostila_ICursoDifusao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. **Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta**. (Trabalho apresentado no VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de Jornalismo – SBPJor). São Paulo: ECA/USP, 2009.

ORTRIWANO, Gisela. **A informação no rádio - os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

_____. **Interatividade entre Rosas e Espinhos**. In: Revista Novos Olhares, São Paulo: ECA/USP, Ano 1, nº 2, 2º Semestre de 1998. p. 13-30.

_____. A Estrutura Radiofônica. In: **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985. p. 78-83.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. Caros Amigos – Um outro jornalismo é possível. In: SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos**. Cadernos da Comunicação. Série Memória; vol. 13. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005. p. 70-77.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares – A participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaboraões no setor. In: **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 46-61. 2009.

_____. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. In: **Contemporânea | comunicação e cultura**, Salvador (UFBA), v.11, n.01, p. 138-158, jan/abril. 2013.

_____. **Rádio Comunitária na Internet: apoderamento social das tecnologias**. Trabalho apresentado no Núcleo de Mídia Sonora. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela INTERCOM e realizado no Rio de Janeiro, de 5 a 9 de setembro de 2005. Disponível em: <www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos/2184e17efed4e9eeeaec2c0166115f72.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2014.

PULLEIRO, Adrián. **La radio alternativa en América Latina: experiencias y debates desde los orígenes hasta el siglo XXI**. Buenos Aires: Editorial Cooperativa El Río Suena, 2012.

REYES MATTA, Fernando. **A informação na nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANT'ANNA, Francisco. **Radiojornalismo no Brasil: um jornalismo sem jornalistas**. Líbero -Revista do programa de pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero. Ano XI - nº 22 - Dez 2008. Disponível em: <www.facasper.com.br/rep_arquivos/2010/03/16/1268762757.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2013.

SANTORO, Luís Fernando. **Imagem nas mãos - O vídeo popular no Brasil**. São Paulo: Ed. Summus, 1989.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos**. Cadernos da Comunicação. Série Memória; vol. 13. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRIGO-DE-SOUZA, Lúcia Maria. Rádios.Internet.br: o rádio que caiu na rede... **Revista USP**, São Paulo, n.56, p. 92-99, dezembro/fevereiro 2002-2003.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes – Comunicação e Informação na nossa época (Relatório MacBride)**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

VILLAGRA, Pablo. La TV Popular en Chile. In: VINELLI, Natalia (Comp.). **Comunicación y televisión popular**. Buenos Aires: Editorial El Río Suena, 2011.

VINELLI, Natalia (Org.). **Comunicación y televisión popular – Escenarios actuales, problemas y potencialidades**. Buenos Aires: Cooperativa Gráfica El Río Suena, 2011.

_____. **ANCLA – Una experiencia de comunicación clandestina orientada por Rodolfo Walsh**. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1992.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **No ar – A história da notícia de rádio no Brasil**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

Sites

ADITAL: <http://www.adital.com.br>.

AGENCIA PÚLSAR ALC: <http://www.agenciapulsar.org>.

AGÊNCIA PULSAR BRASIL: <http://www.brasil.agenciapulsar.org>.

AGÊNCIA RÁDIO WEB: <http://www.agenciaradioweb.com.br>.

ALAI: <http://alainet.org>.

ALBA: <http://alba-tcp.org>.

ALCA: http://www.ftaa-alca.org/alca_p.asp.

AMARC AMÉRICA LATINA: <http://alc.amarc.org>.

AMARC BRASIL: <http://amarcbrasil.org>.

BARRICADA TV: <http://www.barricadatv.org>.

BRASIL DE FATO: <http://www.brasildefato.com.br>.

CAROS AMIGOS: <http://carosamigos.terra.com.br>.

CARTA CAPITAL: <http://cartacapital.com.br>.

CARTA MAIOR: <http://www.cartamaior.com.br>.

CBN: <http://cbn.globo.com/home/HOME.htm>.

FOLHA DE S. PAULO:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/podcasts/ult10065u713509.shtml>;

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/podcasts/thaisnicoleti/>.

FORO DE SÃO PAULO: <http://forodesaopaulo.org>.

IHU UNISINOS: <http://www.ihu.unisinos.br>.

INFO ABRIL: <http://info.abril.com.br/multimedia/podcasts/>.

IPS: <http://www.ips.org/ipsbrasil.net/index.php>.

LAVOZ FM RADIO COMUNITARIA VILLA COLON:
<http://lavozafradiocomunitaria.es.tl/Canal-2-tv-Comunitaria.htm>.

MERCOSUL: <http://www.mercosul.gov.br>.

MINGA INFORMATIVA: <http://www.movimientos.org/es/>.

MST: <http://www.mst.org.br>.

OPERA MUNDI: <http://operamundi.uol.com.br>.

PRENSA LATINA: <http://www.prensalatina.com.br/>.

RADIOAGÊNCIA NACIONAL: <http://www.radioagencianacional.ebc.com.br>.

RADIOAGÊNCIA NP: <http://www.radioagencianp.com.br>.

RÁDIO ESTADÃO: <http://radio.estadao.com.br/audios/>.

REDE BRASIL ATUAL: Site oficial: <http://www.redebrasilatual.com.br>.

REVISTA BRAVO: <http://bravonline.abril.com.br/podcast>.

REVISTA FÓRUM: <http://revistaforum.com.br/>.

REVISTA PIAUÍ: <http://revistapiaui.estadao.com.br/so-no-site/podcasts>.

SÓ ESQUERDA: <http://www.soesquerda.com.br>.

THE PODCAST CONSUMER 2012:
<http://www.edisonresearch.com/home/archives/2012/05/the-podcast-consumer-2012.php>.

VIA CAMPESINA: <http://viacampesina.org/es/>.

Entrevistas e depoimentos

AMÉRICO, Jorge Luiz Toledo. Entrevista concedida a Vivian de Oliveira Neves Fernandes. Áudio: 30 min. Radioagência NP: São Paulo, 2014.

CILENTE, Luiza Peixoto. Entrevista concedida a Vivian de Oliveira Neves Fernandes. Áudio: 34 min. Agência Pulsar Brasil: São Paulo/Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Gilka Carla Resende da. Entrevista concedida a Vivian de Oliveira Neves Fernandes. Áudio: 1h e 35 min. Agência Pulsar Brasil: São Paulo/Rio de Janeiro, 2014.

DEISTER, Jaqueline. Entrevista concedida a Vivian de Oliveira Neves Fernandes. Áudio: 16 min. Agência Pulsar Brasil: São Paulo/Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, Leonardo da Silva. Entrevista concedida a Vivian de Oliveira Neves Fernandes. Áudio: 26 min. Radioagência NP: São Paulo, 2014.

FIDELES, Nina de Almeida. Entrevista concedida a Vivian de Oliveira Neves Fernandes. Áudio: 14 min. Radioagência NP: São Paulo, 2014.

PASQUALINO, Beatriz Buschel. Entrevista concedida a Vivian de Oliveira Neves Fernandes. Áudio: 1h e 6 min. Radioagência NP: São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Dennis. Entrevista concedida a Vivian de Oliveira Neves Fernandes. Áudio: 45 min. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

RODRIGUES, João Paulo. Entrevista concedida a Vivian de Oliveira Neves Fernandes. Áudio: 13 min. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/Radioagência NP: São Paulo, 2014.

SILVEIRA, Daniele dos Santos. Entrevista concedida a Vivian de Oliveira Neves Fernandes. Áudio: 18 min. Radioagência NP: São Paulo, 2014.